FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA E ESTUDOS CULTURAIS

MARIA APARECIDA DA SILVA

AS MIGRAÇÕES E A DIVERSIDADE CULTURAL EM ROLIM DE MOURA A PARTIR DAS DÉCADAS DE 1970 E 1980

PORTO VELHO
2015

MARIA APARECIDA DA SILVA

AS MIGRAÇÕES E A DIVERSIDADE CULTURAL EM ROLIM DE MOURA A PARTIR DAS DÉCADAS DE 1970 E 1980

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História e Estudos Culturais da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História e Estudos Culturais.

Área de Concentração: Culturalidades Amazônicas.

Orientadora: Profa. Dra. Odete Burgeile – UNIR.

PORTO VELHO
2015

FICHA CATALOGRÁFICA

BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES

S586c
Silva, Maria Aparecida da.
As migrações e a diversidade cultural em Rolim de Moura a partir das décadas de 1970 e1980. / Maria Aparecida da Silva, Porto Velho, 2015.

140 f.: il.

Orientadora: Professora Odete Burgeile

Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2015.

1. Migração 2. História 3. Diversidade cultural 4. Rolim de Moura. Fundação Universidade Federal de Rondônia. II. Título.

CDU 314.7 (811.1)

Bibliotecária: Nágila Nerval Chaves CRB 6/363

Maria Aparecida da Silva

AS MIGRAÇÕES E A DIVERSIDADE CULTURAL EM ROLIM DE MOURA A PARTIR DAS DÉCADAS DE 1970 E1980

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História e Estudos Culturais da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História e Estudos Culturais.

Área de Concentração: Culturalidades Amazônicas.

Aprovada em _____ de _____ de 2015.

Banca Examinadora:

_____
Presidente e Orientadora: Odete Burgeile - UNIR

_____
Membro Titular: Lilian Maria Moser - UNIR

_____
Membro Titular: Cláudia Maria Fernandes Corrêa - UNIR

_____
Suplente: Elcio Aloisio Fragoso - UNIR

Porto Velho
2015

AGRADECIMENTOS

À Professora Odete Burgeile que aceitou o desafio de orientar este trabalho e de acompanhar todas as atividades e produções no decorrer do curso.

À Professora Lilian Maria Moser por estar sempre presente em minha formação acadêmica.

A todos os companheiros e alunos da Escola Priscila Rodrigues Chagas pela colaboração e compreensão em todos os momentos em que precisei me ausentar do recinto escolar para estudar, participar de eventos científicos, fazer minhas leituras, pesquisa e elaboração da dissertação.

Aos amigos Juscelino Gomes e Neide Santos, Eraldo Batista, Antônio Carlos dos Santos, Cidinéia Bernardes da Luz e a filha Júlia.

Aos tios Heleno Souza da Silva e Jurema Perondi e a família da prima Maria José que nos acolheram em vossas casas por diversas vezes no decorrer das aulas.

A minha família fonte inspiradora da temática desta dissertação, pois a migração faz parte de sua vida.

A Leonides Selhorst pessoa que me ofereceu a oportunidade de estudar e mostrou-me que a educação transforma a vida de quem acredita nela.

Aos meus companheiros de luta José Aparecido da Cruz e Vítor Hugo da Silva Cruz. José por me levar semanalmente para estudar e cuidar do nosso menino que não tinha completado um (01) mês de vida quando as aulas se iniciaram.

RESUMO

Este trabalho começa com o interesse pela intensa migração ocorrida nas décadas de 1970 e 1980 para Rolim de Moura e pelo fato do movimento migratório ter cooperado para que a diversidade cultural se tornasse tão abrangente na localidade em que a pesquisa se desenvolveu. Neste caso, o empenho da pesquisadora em compreender o processo de migração de diferentes regiões brasileiras para este município, a levou procurar entender os interesses do estado no desenvolvimento da região, a discorrer sobre as influências percebidas a partir do processo migratório para a consolidação da história das pessoas envolvidas e identificar as contribuições trazidas por esses migrantes para a construção da História de Rolim de Moura, tendo em vista a diversidade cultural local. No intuito de integrar a temática migração e diversidade cultural, foi essencial a exposição conceitual sobre cultura, diversidade e hibridismo cultural, identidade e fronteira que fundamentam o texto, possibilitando uma interpretação dos dados obtidos na investigação da história das migrações no Brasil, o movimento migratório para Rondônia e as migrações para Rolim de Moura. A compreensão destes fatos históricos tornou possível fazer um estudo particular da história das migrações em Rolim de Moura, por meio da pesquisa de cunho bibliográfico cujos teóricos analisados foram Williams (1969), Cevasco (2003), Hall (2011), Bourdieu (1989), Ianni (1979), Martins (2009), entre outros. O estudo ampliou-se com a pesquisa qualitativa, baseada nos métodos: Roda de Conversa, com a gravação das histórias orais de vida dos migrantes que participaram da técnica Cápsula Narrativa, e também com a rede de contatos levantada pelo questionário entregue às pessoas deste grupo previamente selecionadas, destacando a preocupação com as informações obtidas e relacionando-as constantemente com os referenciais teóricos sobre o referido tema. A pesquisa evidenciou pontos extremamente relevantes para o contexto investigado e que foram discutidos mediante a bibliografia levantada. Há que considerar também a existência de pouca produção regional sobre o tema, sendo assim, esta investigação terá inúmeros desdobramentos e as pesquisas vindouras poderão responder a questionamentos que ainda precisam de respostas.

Palavras-chave: Migração. História. Diversidade Cultural. Rolim de Moura.

ABSTRACT

This work begins with the interest of the intense migration occurred in the decade of 1970 and 1980 to Rolim de Moura and to the fact that the migratory movement had cooperated to the cultural diversity had become so large in the locality wherein the research had developed. In this case, the exertion of the researcher in understanding the migratory process of different Brazilian regions to this town lead her to try to understand the interests of the state in the development of the region, talk about the influences perceived from the migratory process to the consolidation of the involved persons' history and identify the contributions brought by these migrants for the construction of Rolim de Moura History, bearing in mind the local cultural diversity. Having in mind to integrate the migration and cultural diversity thematic, it was essential the conceptual exposition about culture, diversity and cultural hybridism, identity and frontier that are the basis of the text, making possible an interpretation of the knowledge gotten by the investigation of the migration history in Brazil, the migratory movement to Rondônia and the migrations to Rolim de Moura. The understanding of these historical facts became possible to make a particular study of the migration history in Rolim de Moura by means of the bibliographical research whose theorists analyzed were Williams (1969), Cevasco (2003), Hall (2011), Bourdieu (1989), Ianni (1979), Martins (2009), among others. The study had amplified with the qualitative research, based in the methods: Chat Ring, with the recording of the oral life histories of the migrants that participated of the Capsule Narrative technique, and also the contact networks surveyed by the questionnaire delivered to the people of this group earlier selected, highlighting the preoccupation with the information gotten and interrelating them continually with the theoretical referentials about the cited theme. The research evidenced items extremely relevant to the researched and that were discussed by the bibliography surveyed. There is a point to be considered that is the existence of little regional production about the theme, so this investigation will have countless unfolding and the forthcoming researches may be able to answer the questions which yet need to be answered.

Keywords: Migration. History. Cultural Diversity. Rolim Moura.

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 - Os principais Projetos implantados pela Colonização Oficial em Rondônia entre os anos de 1970-1980 40
QUADRO 2 - Migração em Rondônia - 1977/1994 41
QUADRO 3 - Situação Fundiária em Rondônia - 1991 47
QUADRO 4 - Situação Fundiária em Rondônia -1996 48
QUADRO 5 - População de Rolim de Moura 51
QUADRO 6 - Resultado da Migração para Rolim de Moura na década de 1980 54

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

CAPÍTULO 1. APORTE TEÓRICO SOBRE CULTURA, DIVERSIDADE CULTURAL, HIBRIDISMO CULTURAL, IDENTIDADE E FRONTEIRA. 18

CAPÍTULO 2. AS MIGRAÇÕES NO BRASIL, EM RONDÔNIA E ROLIM DE MOURA. 32

2.1 A Migração Interna Brasileira. 32

2.2 O Movimento Migratório para Rondônia. 38

2.3 As migrações em Rolim de Moura. 50

CAPÍTULO 3. ROLIM DE MOURA: ENTRE OS INTERESSES POLÍTICOS E ECONÔMICOS DO ESTADO E A HISTÓRIA REAL DOS MIGRANTES NESTA REGIÃO DE FRONTEIRA. 56

3.1 Origem do nome da cidade de Rolim de Moura. 56

3.2 Rolim de Moura: o centro das atenções para o Estado de Rondônia. 57

3.3 Os caminhos percorridos e os percalços enfrentados na construção do espaço rural e urbano rolimourense. 61

3.3.1 A saga dos migrantes. 61

3.3.2 As longas caminhadas 63

3.3.3 Os Grileiros e as Orientações do INCRA. 65

3.3.4 Década de 1980: O encontro dos migrantes com uma região menos hostil. 68

3.4 As contribuições dos migrantes na consolidação da História e “cultura” local. 74

3.5 O auge da economia rolimourense nas décadas de 1970-1980. 79

3.5.1 Período madeireiro. 79

3.5.2 A Cafeicultura. 81

3.5.3 A técnica do café em Rolim de Moura: uma reprodução cultural? 82

CAPÍTULO 4. ROLIM DE MOURA, TERRA DE MIGRANTES E DA DIVERSIDADE CULTURAL. 84

4.1 Rolim de Moura: espaço de homens e mulheres em busca de terra. 84

4.2 A cidade de Rolim de Moura e suas origens culturais. 86

4.3 A mulher migrante: educação, olhares, saberes e perspectivas. 90

4.4 “Rolim de Moura: um mosaico cultural”.....96
4.5 Os aspectos culturais a partir dos relatos dos migrantes.....98
4.5.1 A vida comunitária: das Colheitas ao campo de futebol.....98
4.2 A pinga, a famosa cachaça: consolo e remédio.....104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....107
REFERÊNCIAS.....112
APÊNDICES.....120
ANEXOS.....129

INTRODUÇÃO

É indiscutível afirmar que o fator migração foi uma realidade vivenciada por milhares de pessoas que passaram pela mesma experiência em todo o território rondoniense e ocuparam estas terras fronteiriças entre as décadas de 1970 – 1980 e trouxeram consigo uma diversidade cultural acompanha a história humana, que expressa e indica possibilidades de vida social organizada e registrando graus e formas diferentes de domínio humano sobre a natureza. (SANTOS, 2006, p. 15)

Em consequência da migração, o presente estudo trata de uma pesquisa iniciada em 2010 com a ideia de compreender a vinda de milhares de brasileiros que chegaram a Rolim de Moura entre as décadas de 1970 e 1980, e em 2013 chegou a 55.357 mil habitantes. O município em questão situa-se na região Centro Sul do Estado de Rondônia, conforme indica o mapa (Anexo A) que identifica a região onde se desenvolve a pesquisa e que fica aproximadamente a 477 km da capital Porto Velho. Januário (2009, p. 43) afirma que Rolim de Moura fica fora do eixo da BR 364 e é um dos municípios mais populosos e desenvolvidos de Rondônia, ficando atrás apenas dos municípios de Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes, Vilhena, Cacoal e Jaru.

Além da migração, houve a preocupação em relação a diversidade cultural, riquíssima e abundante que necessitava ser investigada e teve como norte a linha de pesquisa Culturalidades Amazônicas, cuja perspectiva foi registrar as histórias de vidas dos migrantes e suas famílias que permaneceram no município de Rolim de Moura, pois são eles os conhecedores das expressões culturais inseridas nos processos sociais vividos, bem como os pilares deste momento histórico.

Apesar de muitos sequer conhecerem a região em questão, na década de 70 inúmeras famílias vieram para Rondônia, mais precisamente às terras de Rolim de Moura, por intermédio da propaganda do governo militar de que aqui conseguiriam a tão almejada terra, pois a migração sempre soou como resolução de problemas imediatos do governo federal em relação à questão da terra e das lutas sociais em prol da reforma agrária.

Ao contrário do que muitos acreditam, a migração em direção à Amazônia, neste caso a Rondônia não solucionou nenhum dos gargalos brasileiros entre os quais a reforma agrária, o êxodo rural, conflitos urbanos em virtude do inchamento das grandes cidades do sul e sudeste brasileiro, uma vez que as medidas

governamentais são paliativas, imediatistas e assistencialistas deixando de cumprir seu papel que além de conciliador deveria ser eficaz em favor da população excluída do sistema agrário brasileiro.

Ao analisar os contingentes migracionais, é possível reconhecer neles a diversidade cultural que se caracteriza pela questão étnica, religiosa, de gênero, classes sociais e culturais que são acolhidos em uma nova localidade, neste caso Rolim de Moura – Rondônia, provocando rupturas no processo de organização formal no que consistem os aspectos sociais, econômicos, religiosos, políticos, culturais, dentre outros fatores.

Ao fazer esta análise sobre a migração para Rolim de Moura enquanto pesquisadora migrante se estabelece aqui o encontro entre o conhecer e viver a situação que se propõe estudar, pois, em contato com os sujeitos envolvidos o pesquisador torna-se delineador das múltiplas situações que poderão surgir no decorrer da atividade em questão, seja na aplicação dos questionários, na gravação das falas e histórias de vida, no estudo e análise dos documentos mencionados no projeto apresentado. A intenção entre pesquisador e sujeitos a serem pesquisados vincula-se em todos os aspectos: pessoais, individuais, coletivos, sociais, políticos, econômicos, culturais e religiosos. Para que isso se tornasse mais preciso, a pesquisa teve início em 2010, facilitando o contato e a coleta de dados.

Neste espaço anterior a discussão dos objetivos e orientações metodológicas da pesquisa, vale mencionar que como migrante, cujas origens estão no Paraná, a pesquisadora por meio de suas lembranças recorda fatos da vida de muitos migrantes que por meio de suas falas sempre resgataram os caminhos pelos quais tinham passado até chegar à Rondônia estimulando nela um interesse de entender as diversas situações e as causas que provocaram a vinda de modo particular à região de Rolim de Moura, parte central do Estado de Rondônia.

É exatamente neste ponto que os Estudos Culturais veem discutir, segundo Escosteguy (1998, p. 94), a força das migrações e com ela a questão cultural que os migrantes vão se deparando com vários estilos de vida, de inúmeras localidades do Brasil, abrindo caminho e construindo um “rosto” rolimourense em consonância com inúmeras faces brasileiras: nordestinos, paranaenses, mineiros, capixabas, mato-grossenses, gaúchos, paulistas entre outros que contribuiriam para a constituição da diversidade cultural desta região.

Nesta perspectiva a investigação teve por base a migração e a diversidade cultural presente no decorrer da presente pesquisa e na vida destes migrantes, resultado da miscigenação da população migrante de todo Brasil que almejam o “EL DORADO” Azevedo (1999, p. 171), ou seja, a terra “prometida” na nova fronteira agrícola brasileira.

Tendo como elementos da pesquisa a migração e a diversidade cultural em Rolim de Moura e consequentemente os migrantes de acordo com Santos (2006, p. 63) são os conhecedores, os sujeitos ativos e as expressões culturais dos processos sociais vividos e os pilares deste momento histórico.

Compreende-se, portanto, que rememorar esse processo histórico é de fundamental importância dada à complexidade desta realidade. Deste modo a relevância da pesquisa se justifica pela oportunidade de organizar os fatos e acontecimentos, sistematizar a história de vida vivenciada por diferentes migrantes até o presente momento, dentro da diversidade cultural que permanece na região há mais de trinta anos e requer um estudo aprimorado.

Assim sendo, o presente trabalho teve como pergunta principal “Como ocorreu o processo de migração de diferentes regiões brasileiras para o município de Rolim de Moura – RO? ” e tendo em vista este interesse, bem como da problemática levantada na busca pela retomada desse momento histórico, a pesquisa foi norteada ainda os seguintes objetivos específicos: entender os interesses do estado no desenvolvimento da região; discorrer as influências percebidas a partir do processo migratório para a consolidação da História das pessoas envolvidas; e identificar as contribuições trazidas por esses migrantes para a construção da História de Rolim de Moura tendo em vista a diversidade cultural local.

Para fundamentar a discussão sobre assuntos em questão foi utilizado o seguinte aporte teórico e bibliográfico: Cultura (WILLIAMS, 1969; HOGGART, 1973; BURKE 1989; 2005; JOMASON 1996; RIBEIRO, 1978; CEVASCO, 2003; SANTOS, 2009; HALL, 2011; SAID, 2011), diversidade cultural (BOLOGNINI, 1998; HALL, 2011; CRUZ, 2012), hibridismo cultural e multiculturalismo (CANCLINI, 1997; HALL, 1999/2003/2006; SANTOS (2001); BONNICI, 2011;PRYSTON, 2013), e identidade/comunidades imaginadas (BOURDIEU, 1989; BHABHA, 1998; CASTELLS, 1999) BAUMAN, 2005; HALL, 2006; ANDERSON, 2008). Sobre Amazônia, Projetos de Colonização e distribuição de terras (IANNI, 1979;

CARDOSO & MULLER, 1977; TOCANTINS, 1982; PINTO, 1986; PERDIGÃO E BASSEGIO, 1992; GONDIM, 1994, OLIVEIRA, 1997; AMARAL 2004/2007; STELIDE, 2005). Em relação à migração destacam-se (BEOZZO, 1992; DORA & VANALLI, 1994; TEIXEIRA & FONSECA, 1998, MARTINS, 2009/2012). O termo fronteira foi discutido a partir de (BECKER, 1990; MARTINS, 2009). As ideias sobre a questão da mulher foram fundamentadas em (BIASOLI-ALVES, 2000; DEL PRIORE, 2000; SAFFIOTI, 2013). Para discutir educação, destacou-se o pensamento de (CARNEIRO, 2006-2008; CANDAU, 2008). Rolim de Moura neste contexto foi fundamentado em (SILVA, 1984; LIMA, 2001; SANTOS, 2001) e sobre a cachaça o texto base utilizado foi de (CAMARA CASCUDO, 1986).

Além da pesquisa histórico-bibliográfica proposta por Severino (2002, p.162) conduzindo as várias formas que operacionalizaram os métodos a serem utilizados no decorrer da pesquisa e mediante o emprego de instrumentos adequados, optou-se pela metodologia qualitativa, por meio da qual os primeiros autores dos Estudos Culturais segundo Escosteguy (1998, p. 90) escolheram devido ao fato de que o interesse incide nos valores e sentidos vividos, exigindo da investigadora maior dedicação na pesquisa que se propôs realizar.

Entretanto, para que houvesse êxito na pesquisa três métodos foram utilizados na coleta de dados. O primeiro foi a Roda de Conversa[1] que segundo Pere Petit[2] tem em si a perspectiva metodológica da História Oral, também conhecida de “Bate Papos”, “História de Vida em Comum” ou “Entrevistas Coletivas”, expressando uma conversação grupal ou diálogo, supostamente livre, do qual participam diferentes pessoas, agrupadas em círculo, sobre algum ou vários assuntos do seu interesse. Normalmente esses debates são moderados e intermediados por uma ou várias pessoas e podem, ou não, contar também com a participação do público que participa das mesmas.

O segundo método integrado a pesquisa foi a História Oral de Vida proposta por Meihy e Ribeiro (2011, p. 82), caracterizada pela narrativa da experiência de

[1] Apêndice A, p. 120 – Relatório da Roda de Conversa ocorrida em 10 de janeiro de 2010.

[2] PETIT, Pere. REFLEXÕES SOBRE AS “RODAS DE CONVERSA” COMO FONTE PARA O ESTUDO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS. Disponível em <http://www.encontro2012.historiaoral.org.br>. Acesso em 06 de agosto de 2014.

pessoas. Pressupõe-se, neste caso, que a memória e as circunstâncias narrativas não obedecem à sequência lógica dos fatos.

Neste caso fez-se o uso da técnica “Cápsula Narrativa” de Caldas (1999, 138) que contempla a História Oral de Vida, uma narrativa do colaborador, ou seja, é ele que assume a palavra e expõe toda a dimensão do seu vivido. Ele é o protagonista uma vez que sua fala não deve sofrer rupturas.

E o terceiro método foi à aplicação de questionário[3] junto à rede de contatos[4], in loco. Considerado um instrumento básico, foi um recurso fundamental para conhecer a história dos migrantes e suas experiências de vida ocorridas desde sua terra natal até chegar a Rolim de Moura – RO. O foco desta técnica foi obter dados escritos já que para Marc Bloch (2001, p. 78) esta é, com efeito, a primeira necessidade de qualquer pesquisa histórica bem conduzida, junto aos migrantes colaboradores, que estão neste espaço geográfico de Rondônia, Amazônia e Brasil.

Há, portanto, que se abrir espaços para que esses sujeitos expressem seus olhares, suas opiniões e divulgar de modo simples ou culto suas aventuras no processo de constituição da história local de Rolim de Moura.

Burgeile (1989, 2009) já trabalhava com o tema dos barbadianos, utilizando questionários e entrevistas para levantar aspectos linguísticos e histórico culturais deste grupo étnico. Em ambos os casos a aceitação em participar e narrar os fatos ocorre exatamente porque há um contato próximo das pesquisadoras e colaboradores.

As leituras bibliográficas pertinentes ao processo migratório, sobre as migrações, Rondônia e Rolim de Moura foram confrontadas com as falas e depoimentos de todos os migrantes e a partir de então foi possível detectar que nem tudo que estava nos livros, isto é, as teorias não condiziam com a história e a experiência de milhares de colonos migrantes que vieram para esta fronteira do Brasil. De todas as promessas que eram feitas somente uma de fato se concretizou. O acesso à terra. Como abrir as estradas, chegar a terra e torná-la produtiva era outra história.

Compreender os migrantes sob o ponto de vista dos próprios migrantes é a tônica da investigação proposta, haja vista que a essência, o núcleo, os sujeitos

[3] Apêndice B, p. 123.

[4] Apêndice C, p.124.

envolvidos são os migrantes que apontam um caminho com elementos novos que estão em sua memória, porém, limitada em função da passagem do tempo. Mesmo porque Bloch (2001, p. 103) afirma que os testemunhos são apenas a expressão de lembranças, os erros primordiais da percepção arriscam-se sempre a complicarem-se graças a erros da memória. Algumas se dão na condição momentânea do observador: o cansaço, por exemplo, ou a emoção.

A pesquisa tem como princípio a análise de dados concretos, tendo em vista, a história de Rolim de Moura sob o olhar de homens e mulheres inseridos em diferentes grupos sociais e por meio da memória histórica terão suas histórias de vida registradas através dos fatos vivenciados por eles na individualidade ou na coletividade, pois, segundo Montenegro, (2007, p.19) a memória coletiva de um grupo representa determinados fatos, acontecimentos, situações; no entanto, reelabora-os constantemente. Tanto grupo como o indivíduo operam estas transformações.

E será por meio da fala, do se expressar que os agentes envolvidos poderão comunicar sua história em Rolim de Moura, seja através do 'contar casos, experiências, lições que a vida ensinou'. Sendo assim, muitas informações serão comuns a muitos assim como particularidades individuais surgirão de acordo com as histórias orais por meio de entrevistas gravadas e os questionários aplicados.

O que interessa, então, é partir da vida destes migrantes, trazer à tona as experiências vividas neste período de trinta e nove anos, valorizando seu saber e conhecimento de causa sob os múltiplos olhares de acordo com Khoury, Peixoto e Vieira (1998, p. 11), procurando entender por que o processo tomou um dado rumo e não outro, permitindo e indicando que nem todos que vieram para Rolim de Moura tomaram as mesmas decisões, tiveram o mesmo êxito ou trilharam o mesmo caminho.

No intuito de facilitar a compreensão textual, veremos a seguir sua organização metodológica, cujo desenvolvimento estará pautado na aplicabilidade da pesquisa proposta, fazendo-se necessário, a apresentação e a distribuição dos capítulos e como cada um deles estarão estruturadas de forma a contemplar as informações obtidas. Sendo assim:

O primeiro capítulo tem como título **Aporte teórico sobre Cultura, Diversidade Cultural, Hibridismo Cultural, Identidade e Fronteira**. Neste caso o intuito é fazer a exposição dos conceitos sobre cultura tendo em vista os autores dos

estudos culturais e discutir acerca dos olhares sobre cultura e diversidade cultural, propor uma reflexão sobre hibridismo cultural e identidade.

No segundo capítulo sobre **as migrações no Brasil, em Rondônia e Rolim de Moura** faz uma abordagem do histórico sobre a migração interna brasileira, o movimento migratório para Rondônia e a migração para a região de estudo. Tendo como proposta entender a migração no Brasil de modo geral e os casos particulares deste processo em Rondônia e Rolim de Moura.

O terceiro capítulo apresenta as versões a partir do eixo **Rolim de Moura: entre os interesses políticos e econômicos do Estado e a história real dos migrantes nesta região de fronteira**. A reflexão tem como norte os caminhos percorridos e os percalços enfrentados na construção do espaço rural e urbano rolimourense, as contribuições dos migrantes na consolidação da História e “cultura” local bem como os “Ciclos Econômicos” desenvolvidos pela migração em Rolim de Moura. O objetivo, portanto, é entender os interesses do estado no desenvolvimento da região.

O quarto capítulo intitulado **Rolim de Moura, terra de migrantes e da diversidade cultural**, tem o objetivo de discorrer sobre as influências percebidas a partir do processo migratório para a consolidação da História das pessoas envolvidas; e identificar as contribuições trazidas por esses migrantes para a construção da História de Rolim de Moura tendo em vista a diversidade cultural local considerando o tema Rolim de Moura, Terra de Migrantes e da Diversidade Cultural e propõe o debate temático sobre Rolim de Moura: espaço de homens e mulheres, a cidade de Rolim de Moura e suas origens, a mulher migrante: educação, olhares, saberes e perspectivas; e Rolim de Moura: um mosaico cultural.

CAPÍTULO 1. APORTE TEÓRICO SOBRE CULTURA, DIVERSIDADE CULTURAL, HIBRIDISMO CULTURAL, IDENTIDADE E FRONTEIRA.

Ao se fazer uma análise dos conceitos ligados ao termo cultura busca-se entender às realidades nas quais estão inseridas e integradas as sociedades organizadas e compreender seus significados para os grupos envolvidos. Portanto, definir cultura depende muito dos contextos e suas variáveis entre um grupo e outro nas diversas partes do planeta bem como as inúmeras interpretações existentes sobre tais conceitos ao longo da história.

Cevasco (2003, p. 11) ressalta que “Uma das coisas que ficam evidentes nesse apanhado rápido de significado de cultura é que o sentido das palavras acompanha as transformações sociais ao longo da história e conserva, em suas nuanças e conotações, muito dessa história”.

De acordo com Hoggart (1973, p. 22-23), a cultura é apresentada como um conjunto de hábitos e expressões que constituem o universo cultural e destaca também que o domínio da cultura não é um campo estático, mas, pelo contrário, está aberto à constelação e a contestação e reapropriação por intermédio das mudanças sociais que inevitavelmente alteram as questões no âmbito cultural. Estas alterações são resultantes da inserção dos meios de produção no campo econômico, na política, na vida social – o concreto e o local, ou seja, Hoggart (1973, p. 125-126) argumenta o que está em jogo na vida das pessoas trabalhadoras é “[...] aquilo que podem compreender aquilo com que sabem lidar”.

Em decorrência das inúmeras mudanças sociais a cultura passa a ser defendida como conceito que se rearticula de acordo com as modificações históricas sob a ótica política e econômica, mas que mantém o equilíbrio entre a história tradicional e a nova história. A Nova História, segundo Peter Burke (2005, p. 47-48) interpreta e concebe a cultura a partir do cotidiano, ou seja, os costumes, valores e modos de vidas.

> O termo cultura tendia a referir-se à arte, literatura e música (...) hoje, contudo seguindo o exemplo dos antropólogos, os historiadores e outros usam o termo "cultura" muito mais amplamente, para referir-se a quase tudo que pode ser apreendido em uma dada sociedade, como comer, beber, andar, falar, silenciar e assim por diante. (BURKE, 1989, p. 25).

Com o intuito de ampliar os debates sobre o assunto, Frederic Jomason (1996, p. 16) argumenta que a cultura dentro da história do presente, considerando as mudanças e as modificações por meio da ação do sistema capitalista onde a

produção de bens culturais e o consumo de tais produtos vão definir e modelar as estruturas sociais dos grupos onde as pessoas passam a adotá-los individual ou coletivamente, fazendo a reprodução e configurando o quanto o pós-modernismo significaria na lógica cultural do capitalismo tardio.

Por sua vez, R. Williams (1969, p. 16) vê a cultura como um pensar a vida diária, as instituições sociais, políticas e econômicas bem como seus interesses em todos os aspectos da vida em sociedade, ou seja, para o autor,

> Definir cultura é pronunciar-se sobre o significado de um modo de vida. A ideia de cultura é a resposta global à grande mudança geral nas condições de nossa vida comum, isto é, compreender, interpretar e apreciar em seu todo a mudança em curso após Revolução Industrial. (WILLIAMS, 1969, p. 305).

A proposta de Williams (1969, *apud* CEVASCO, 2003, p. 49) é “repensar a cultura e apresentar uma concepção mais inclusiva, que desse conta de seu potencial em uma sociedade em transformação”. A cultura vem contrapor-se ao poder hegemônico e tem como essência eliminar as divisões existentes na sociedade de classes. Para Williams (1969, p. 305), a “história da ideia de cultura é a história do modo por que reagimos em pensamento e em sentimento à mudança de condições por que passou nossa vida”.

Além disso, o conceito de “Cultura”, segundo Said (2011, p. 11-12) designa todas as práticas culturais, como as artes de descrição, comunicação e representação, que tem relativa autonomia perante os campos econômico, social e político, e que frequentemente existem sob as formas estéticas, sendo o prazer um de seus principais objetivos. No que tange a ideia do autor em questão é que “a cultura é o campo de batalha no qual as causas se expõem à luz do dia e lutam umas contra as outras”. (SAID, 2011, p. 16)

Inclui-se nesta discussão tanto o saber popular sobre partes distantes do mundo quanto o conhecimento especializado de disciplinas como a etnografia, a historiografia, a filologia, a sociologia e a história literária, incluindo ainda um elemento de elevação e refinamento, o reservatório do melhor de cada sociedade, no saber e no pensamento. Confirmando o que Said (2011, p. 339) defende: a história de todas as culturas é a história dos empréstimos culturais resultantes da expansão do imperialismo e do olhar voltado às diversas culturas. Neste sentido Said (2011, p. 28) assinala que, “em parte devido ao imperialismo, todas as culturas

estão mutuamente imbricadas; nenhuma é pura e única, todas são híbridas, heterogêneas, extremamente diferenciadas, ‘sem qualquer monolitismo’”.

Entretanto, para Cevasco (2003, p. 27-58), as mudanças de significado do termo cultura vêm ocorrendo de acordo com as transformações sociais e interagindo constantemente com as situações e momentos históricos em que elas estão inseridas, versando sobre o cultivo das faculdades mentais e espirituais; atividade; civilização; processo intelectual e espiritual tanto na esfera pessoal como na social e o processo secular do desenvolvimento humano imbuídos do seu modo de vida, proporcionando a proposição de uma cultura em comum, ou seja, produzida e pertencente a todos.

Segundo a autora, a cultura é chamada a desempenhar um novo papel social: o de apaziguar e organizar a anarquia do mundo real dos conflitos e disputas sociais, principalmente no tocante a divisão social e na religião haja vista que tais aspectos estão inseridos à história da migração e a diversidade cultural em Rolim de Moura na visão dos migrantes, no espaço e tempo histórico definido permitindo que o tema a ser investigado parta sempre a cultura como assunto que abrange do local para o geral e tem seu papel social. Assim sendo, Cevasco (2003, p. 48) expõe que,

> Certamente ela contribui para o funcionamento desse sistema econômico e político, e como tal se constitui em um campo válido de lutar pela modificação dos significados e valores de uma determinada organização social. Mas fica difícil intervir na sociedade a partir de uma concepção da cultural como separada da organização social, um campo apartado de onde efetivamente se desenrola a vida social.

Neste contexto, em que se discute a cultura e sociedade, convém destacar o estudo em específico, a migração sendo possível estabelecer um paralelo entre Hall (2011, p. 1-5) e Santos (2009, p. 20-26) que afirmam que a cultura dinamiza e provoca as transformações no modo de vida das pessoas comuns, alterando o modo de vida e o cotidiano das populações envolvidas no processo migratório para a região em estudo. A cultura para o segundo o autor é herdada e inclui os panoramas e costumes de uma época. O lugar da cultura está na vivência, isto é, na realidade das pessoas e em todas as atividades, instituições e relações das sociedades, em qualquer momento histórico particular.

Tendo em vista tais aspectos e as peculiaridades em que está inserido, Darcy Ribeiro (1978, p. 127) define a cultura como,

> Herança social de uma comunidade humana, representada pelo acervo coparticipado de modos padronizados de adaptação à natureza para o provimento da subsistência, de normas e instituições reguladoras das

> relações sociais e de corpos de saber, de valores e de crenças com que seus membros explicam sua experiência, exprimem sua criatividade artística e a motivam para a ação.

Ainda convém lembrar que Santos (2009, p. 7), por sua vez, menciona que ao fazer uma menção e reflexão sobre cultura é fundamental considerar a humanidade em toda a sua variadíssima riqueza e sua multiplicidade de formas de existência. É exatamente no conjunto da diversidade cultural, isto é, as diferenças interculturais apontadas por Bolognini (1998, p. 9) que se integram e articulam as forças que as famílias migrantes trouxeram consigo que Hall (2011, p. 3) denomina de mistura cultural, ou seja, a diversidade cultural, haja vista que o multiculturalismo ainda de acordo com Hall (2003, p. 51-52) "é utilizado universalmente e está relacionado aos termos raça, etnicidade, identidade, diáspora e denomina uma variedade de articulações, ideais e práticas sociais".

É a partir da diáspora, ou seja, a retirada dos migrantes, fontes de uma energia cultural (JACQUES, 1997, p. 17 *apud* HALL, 2011, p. 7) que se tenta organizar o conceito de diversidade cultural. Silvia de Almeida (2006, p. 4) destaca que a diversidade cultural acompanha a história da humanidade e nas últimas décadas a afirmação da diversidade étnico-cultural é uma das mais relevantes transformações do Mundo. A diversidade cultural é vista como fator de enriquecimento e se caracteriza, segundo Alves e Aleixo (2011, p. 130-135), pela identidade híbrida que abrange a cultura de vários países e é formada pela junção de várias culturas espalhadas no planeta.

É indiscutível que a visão sobre diversidade cultural varia de autor para autor, pois neste caso é possível estabelecer algumas características para este termo, por exemplo, as diversas formas de manifestação cultural defendidas por Leonardo Brant (2005, p. 21-53) que segundo o autor vão além da produção econômica haja vista que elas devem ter como base as origens bem como os costumes e atitudes das pessoas envolvidas. A diversidade cultural é a expressão mágica que aplica e justifica na vida em sociedade. Para Milton Moura (2010, p. 321) a diversidade cultural é definida como o intercâmbio entre diferentes culturas haja vista que a própria cultura é uma invenção humana e intransferível, isto é,

> A diversidade cultural é colocada no mesmo plano dos direitos econômicos e sociais e remete a uma conceituação de cultura consideravelmente ampla, fortemente ancorada na discussão antropológica. Afirma-se em diversos momentos a diversidade como compatível com a unidade do gênero humano e com o intercâmbio entre diferentes culturas.

É inegável também se opor à ideia de que a diversidade cultural reconfigura realidades e práticas divergentes no intuito de permitir que os diversos sujeitos, suas motivações e culturas ditas originárias possam ser reconhecidos e, ao mesmo tempo sendo reconfiguradas a partir do hibridismo cultural considerando as especificidades locais onde estão inseridas, neste caso, Rolim de Moura que se torna um lar para quem chega. Esta terra que acolhe os migrantes se traduz na em alguns aspectos destacados por Alves e Aleixo (2011, p. 130) “lugar mítico do desejo que está na imaginação diáspora, ou seja, também a experiência viva da localidade onde as situações são mediadas pelas relações sociais historicamente especificadas no dia-a-dia” e que vai contribuindo para que de fato o hibridismo cultural se torne uma realidade tendo em vista a assimilação das experiências de vida locais aos seus modos culturais.

Ao fazer uma reflexão sobre Hibridismo Cultural, Canclini (1997, p. 283-350) postula que o hibridismo cultural é a reorganização dos cenários culturais e os cruzamentos constantes das identidades exigem investigar de outro modo às ordens que sistematizam as relações materiais e simbólicas entre os grupos. Deste modo as migrações contribuem para que este reorganizar leve em consideração as relações interculturais existentes nos encontros das populações nos diversos tipos de migrações que se traduzem no conceito de hibridismo cultural proposto por Hall (1999, p. 91) na seguinte reflexão:

> Algumas pessoas argumentam que o “hibridismo” e o sincretismo – a fusão entre diferentes tradições culturais – são uma poderosa fonte criativa, produzindo novas formas de cultura, mais apropriadas à modernidade tardia que às velhas e contestadas identidades do passado. (HALL, 1999, p. 91).

Na concepção de Canclini (1997, p. 283-350) as hibridizações indicam que todas as culturas são de fronteira. Sendo assim, as culturas perdem a relação exclusiva com seu território, mas ganham em comunicação e conhecimento, e consequentemente, diversidade e hibridismo cultural tornam-se um empecilho, segundo Hall (2006, p. 92) para as reconstruções de identidades puras e a retomada das tradições, principalmente na Europa.

Quando se discute diversidade e hibridismo cultural, faz-se necessário repensar o conceito de identidade, que, em virtude das alterações ocorridas no mundo moderno e pós-moderno tem provocado o que Hall (2006, p. 7-13), denomina de crise de identidade uma vez que não há mais este elemento cultural como algo considerado fixo, definido como permanente e acabado. As transformações

ocorridas têm forçado o ser humano a assumir diferentes identidades ou ainda perfis identitários em momentos que também se divergem dentro de uma nação e espaço geográfico. Diante da exposição dos dados acima, pode se citar como exemplo a definição que Hall (2006, p. 38-39) propõe por identidade,

> Assim a identidade é realmente formada ao longo do tempo através de processos inconscientes e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo imaginário ou fantasioso sobre sua unidade. Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar em identificação, e vê-la como um processo em andamento. Outra vez pode-se avaliar o dano que essa forma de pensamento causa a noções que veem o sujeito racional e a identidade como fixos e estáveis.

Ainda de acordo com Hall (2006, p. 49), a nação é uma comunidade simbólica, imaginada, criada a partir dos discursos pré-estabelecidos pelo sistema político, religioso e também educacional, ou ainda pode ser concebida como um sistema de representação cultural, exercendo o poder de sentimento de pertencimento e lealdade por intermédio da identidade cultural que para Bonnici (2011, p. 37) “se revela, portanto, nesse espaço ambivalente o qual supera a noção da diversidade cultural a favor da hibridez. A diferença cultural funciona dentro dessa hibridez, ou seja, o significado da cultura acontece no entre lugar”.

Além disso, Bauman (2005, p. 12), destaca a necessidade de que todos os envolvidos se tornem,

> conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade”.

Entretanto, a ideia assim pensada deve levar em consideração o sentimento de pertencimento ao local onde está inserida a sociedade envolvida, ou seja, há necessidade de um processo de mobilização social cujo objetivo está integrado as metas apresentadas por Castells (1999, p. 79) entre as quais se destacam a “afirmação da identidade cultural local e a conquista da autonomia política e participação na qualidade de vida dos cidadãos”.

De modo geral percebe-se na fala de Bauman (2005, p. 19) que o sentimento de pertencimento das comunidades autossuficientes está passando pelo processo da individualização da vida social. Neste caso cada sujeito tem que criar sua própria identidade, pois, ela não é tida como herança. Há mudanças, e assim

sendo, a identidade vai se redefinindo constantemente diante de uma sociedade que vem se fragmentando ao longo dos anos.

Tendo em vista que as identidades estão fragmentadas e se reconstruindo, de acordo com as escolhas que fazemos, e que, estão visíveis nas transformações em todos os países principalmente no campo socioeconômico e automaticamente esta realidade tem contribuído para o surgimento de novas identidades. Entretanto, o conceito de identidade pode ter inúmeras interpretações, principalmente no que tange a linguagem do senso comum.

> Na linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir do mesmo ideal. É em cima dessa fundação que ocorre o natural fechamento que forma a base da solidariedade e da fidelidade do grupo em questão. (HALL, 2006, p. 106)

Contudo, Bourdieu (1989, p. 113-115) afirma que a luta por identidade étnica ou regional, exige mais que tudo o respeito às origens, a vida em sociedade, a cultura de cada sujeito envolvido e seus modos de vida, de modo particular em regiões de fronteira, local este resultante das ações jurídicas e que é produção da diferença cultural. Há uma relação de forças materiais e simbólicas em jogo provocando rupturas e a remodelagem das identidades que se reconstituem no espaço regional a ser reconhecido e existir em suas propriedades: território, a religião, a atividade econômica e a constituição da sociedade.

No que se refere a esta questão, Castells (1999, p. 24) argumenta que,

> A identidade legitimadora dá origem a uma sociedade civil, ou seja, um conjunto de organizações e instituições, bem como uma série de atores sociais estruturados e organizados, que, embora às vezes de modo conflitante, reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural.

Tudo isso está inserido de acordo com Bauman (2005, p. 12-13) em uma sociedade que tornaram incertas e transitórias as identidades sociais, culturais, sexuais, entre outros aspectos que abrangem e falam a linguagem dos que foram marginalizados pela globalização. A questão da identidade precisa envolver-se mais uma vez com o que realmente é: uma convenção socialmente necessária.

Segundo Moura (2010, p. 331), o contexto brasileiro, no qual as migrações são frequentes e produzem mudanças intensas, a diversidade cultural refere-se às múltiplas diferenças que caracterizam também o hibridismo cultural, isto é, estão inseridas desde a concepção da ocupação do espaço geográfico, das gerações, das

questões étnicas e da produção de mercadorias. Além do mais considera as tradições religiosas bem como os familiares, o acesso à informação e o conhecimento como princípio da heterogeneidade que para Hall (2003, p. 74-75) é o processo da tradução cultural resultante dos inúmeros deslocamentos humanos que tendem a revisar suas práticas culturais e assimilar as diferentes culturas com as quais tem o contato promovendo os interesses da vida comunitária e seu caráter multicultural.

O debate sobre multiculturalismo se diverge quanto a suas origens utópicas, racistas e que privilegiam a herança ocidental. Ao interpretar este conceito Almeida (2006, p. 05), aponta que com o decorrer dos anos muitas políticas assimilacionistas foram criadas para sanar a ideia homogênea que tal conceito preconizava. Para Damázio (2008, p. 68), o Estado deve “preservar e estimular os vínculos entre os indivíduos e seus grupos culturais”, ou seja, é fundamental expandir o discurso cujo objetivo é entender as causas e as lutas para se construir uma sociedade democrática e igualitária. (VALLESCAR PALANCA, 2000, p. 125)

O multiculturalismo é interpretado por Pryston (2013, p. 9) como algo que agrega em si as diferenças culturais, raciais e sexuais que passaram a serem critérios positivos. Este termo considerando o diferente na concepção cultural emergiu nos fins dos anos 80 nos cursos universitários europeus e norte-americanos, principalmente, no “Terceiro Mundo”, vinculando temas como: mulher, gays e lésbicas, os negros classificados com outros nomes, e também, os movimentos humanos aqui expressos pelas migrações.

Almeida (2006, p. 10), discorre sobre multiculturalismo, expondo:

> O multiculturalismo aceita e legitima as particularidades culturais e sociais das minorias defendendo a plena integração dos indivíduos e grupos sem a perda da sua especificidade, cabendo ao Estado o papel regulador e incentivador na construção deste modelo. Opondo-se ao etnocentrismo, o multiculturalismo pretende resistir à homogeneidade cultural e defende a oportunidade de expressar e manter aspectos distintivos da cultura minoritária, sem prejuízo na participação política, ou em aspectos sociais e económicos.

No que tange à temática, Bonnici (2011, p. 21-27) compreende que o multiculturalismo tendo em vista a cultura que está em processo contínuo de mutação, isto é, está sempre se transformando e se unifica sem homogeneizar, privilegiando a diversidade de experiências e tradições, onde a diversidade étnico-cultural e o pluralismo são reconhecidos como normas nas sociedades

contemporâneas que são constituídas de diversas culturas. Bonnici (2011, p. 20) pontua ainda que,

> Multiculturalismo é um termo que descreve a existência de muitas e diferentes culturas numa localidade, cidade ou país, sem que uma delas predomine, às vezes coexistindo separadas geograficamente, embora na maioria das vezes existentes em convivência.

Além disso, Alves e Aleixo (2011, p. 146) argumentam que o multiculturalismo defende a ideia de que as diferenças devem ser vistas como importantes pilares para que as sociedades envolvidas nos processos diásporos cresçam, por meio do pluralismo cultural que as diásporas oferecem e tem oferecido ao Brasil, Rondônia e Rolim de Moura.

Por intermédio das migrações o processo de identificação com o lugar, o espaço a ser ocupado de acordo com Bhabha (1998, p. 76) está imerso a grupos plurais, pois, “nenhum sujeito pode ocupar sozinho ou de modo fixo, e, portanto, permite o sonho da inversão de papeis” entre o ‘colonizador’, neste caso o colono e os demais grupos envolvidos: indígenas, seringueiros e ribeirinhos. Na concepção de Bourdieu (2003, p. 73).

> Trata-se de culturas distintas, homogêneas, autossuficientes, fortemente aglutinadas das chamadas sociedades tradicionais. As culturas tradicionais colonizadas permanecem distintas: mas elas inevitavelmente se tornam “recrutas da modernidade”.

Assim sendo, o colono migrante ao chegar ao espaço rondoniense, mais precisamente em Rolim de Moura expressa o que Bhabha (1998, p. 80-85) propõe para reflexão,

> ocupa o espaço familiar do outro (no processo de identificação) desenvolve uma especificidade histórica e cultural gráfica na cisão de si mesmo como sujeito. A questão da identidade paire sempre se forma incerta, tenebrosa, pois a identidade nunca é um a priori, nem um produto acabado, ela é apenas e sempre o processo problemático de acesso a uma imagem da totalidade.

A identificação com o local encontrado, um lugar de ambivalência, torna presente algo que está ausente. É representação de um tempo que está sempre em outro lugar, uma repetição do local de origem no espaço geográfico a ser colonização pelo (i) migrante.

Alves e Aleixo (2011, p. 146) argumentam que a migração traz traços da diáspora, da hibridização e da diferença. Os sujeitos diásporos, neste caso os migrantes em Rondônia são intrusos, que estão lá, mas não pertencem àquele local,

a identidade cultural por vezes se choca com os valores impostos pelo discurso dominante e acaba se diluindo dentro de um regime de marginalização e exclusão.

Outro fator existente é o olhar do migrante sobre as identidades e representações culturais dos “amazônidas” em Rondônia a partir das décadas de 1970 e 1980.

A visão do sujeito que chega a essa região é de estranheza quando percebe que aqui já se encontra os povos e as comunidades tradicionais compostos por indígenas e ribeirinhos. Esses grupos estão vinculados aos rios e aos seringais, e são agroextrativistas, que de acordo com Cruz (2012, p. 595-597) são nomeados, identificados e classificados de acordo com a diversidade de culturas e modos de vida de um conjunto de grupos sociais que vem ocupando ao longo dos anos áreas agora destinados à preservação e conservação ambiental.

Todavia, estas comunidades se caracterizam por terem uma relação intensa com a natureza, com o território, com a territorialidade, com a racionalidade econômica produtiva e com suas inter-relações pessoais e entre grupos da região, formando uma auto identificação. Os grupos que constituem a sociedade amazônica somam mais de seis milhões de sujeitos que compõem um mosaico cultural amazônico. Tem por base o extrativismo vegetal como meio de subsistência, modelo que promove uma relação de respeito, a convivência mútua entre homem e natureza e mais ainda sem ter que destruir a floresta, motivo que causa indignação ao migrante.

A migração de modo geral tem contribuído para a formação de identidades. De acordo com Hall (2006, p. 07), o processo de formação da autoimagem desses povos está sujeito a uma historização radical, via ação dos sujeitos envolvidos, e às adaptações que vão ocorrendo a partir da história, da linguagem e da cultura que se configuram de acordo com a realidade de cada região. Esse processo passa constantemente por mudanças e transformações.

Hall (2006, p. 12-17) trabalha com a ideia de que o sujeito pós-moderno não tem uma identidade fixa. Ele vem assumindo identidades diferentes de acordo com o momento e a realidade em que vive, contribuindo para a criação de novas identidades, a produção de novos sujeitos que devem ter surgido a partir dos “novos movimentos sociais: o feminismo, as lutas negras, os movimentos de libertação nacional, movimentos antinucleares e ecológicos. ” (HALL, 2006, p. 21).

É no movimento ecológico que a discussão se firma quando o que está em evidência é a Amazônia, pois, os povos e as comunidades tradicionais, compostas por indígenas, seringueiros e ribeirinhos, sentem-se ameaçados com a presença de agentes externos, neste caso os migrantes. De acordo com Amaral (2004, p. 49-50) o migrante visa,

> Simplesmente a reprodução social nas novas terras. Os projetos implantados não levaram em consideração essas organizações sociais – indígenas, seringueiros e ribeirinhos, que já faziam parte do contexto da Amazônia. O homem era tudo, a natureza era nada.

Esta visão foi causando reações imediatas por parte de quem já se encontrava nessas terras e com elas possuíam uma identidade constituída, ou seja, as comunidades tradicionais e em consequência disso, vê-se, a todo instante que a vinda dos migrantes contribuiu, tanto no imaginário como no campo simbólico, para que se originassem novas identidades. Esse processo apresenta características bastante diversificadas, com vários olhares e múltiplas experiências trazidas pelos sujeitos envolvidos na socialização e nos espaços ocupados pelos mesmos. Toda essa ação poderia estar ou não em concordância com o discurso implantado, uma vez que procuravam solidificar sua individualidade e ao mesmo tempo estar integrado ao mundo globalizado.

As identidades tornam-se algo concreto a partir do momento em que os migrantes, neste caso específico, aceitem se representar dentro de uma nova perspectiva de vida. Eles não devem esquecer suas raízes, porém, podem reproduzir ou não costumes e heranças culturais de sua terra natal no ‘habitat’ ora ocupado. E é essencial que visualizem neste novo conjunto iniciativas que moldem suas configurações como resultadas do contato com outros modos de vida.

Diante do exposto, é, portanto, de conhecimento geral que as migrações no Brasil, no Estado de Rondônia e em Rolim de Moura se constituíram de processos migratórios e/ou diásporos dos (i) migrantes que chegaram de diversos locais do planeta e regiões brasileiras almejando de acordo com Bhabha (1998, p. 29),

> O desejo de reconhecimento, "de outro lugar e de outra cosa", que leva a experiência da história *além* da hipótese instrumental. Mais uma vez, e a espaço da intervenção que emerge nos interstícios culturais que introduza invenção criativa dentro da existência. E, uma última vez, há um retorno à encenação da identidade como iteração, a recriação do eu no mundo da viagem, a reestabelecimento da comunidade fronteiriça da migração.

Em consequência disso, nota-se que com os processos migratórios houve segundo Castells (1999, p. 80) “a produção de significado e identidade: minha

vizinhança, minha comunidade, minha cidade, minha escola, minha árvore, meu rio, minha praia, minha capela, minha paz, meu ambiente", ou seja, o sujeito vai se apropriando do local e reproduzindo suas experiências individuais, mas que para Bhabha (1998, p. 20) também vai incorporando "o interesse comunitário ou o valor cultural" em função da "articulação social, da necessidade de compreender a diferença cultural" e desenvolver "estratégias de resistências" nestas fronteiras, pois segundo Bhabha (1998, p. 23) "O imaginário da distância espacial – viver de algum modo além da fronteira de nossos tempos – dá relevo as diferenças sociais, temporais, que interrompem nossa noção conspiratória da contemporaneidade cultural".

Ainda convém lembrar que para Martins (2009, p. 10) a fronteira aqui discutida representa o ponto de limite de territórios de diferentes grupos humanos entre os quais as populações tradicionais e colonos migrantes em Rondônia compõem sociedades que se formam, se desorganizam ou se reproduzem, isto é, é o local onde o homem não se encontra e se desencontra.

Assim sendo, Martins (2009, p. 11-21) expõe que "a fronteira é, portanto, da civilização, espacial, de culturas e visões de mundo, de etnias. Fronteira da história e da historicidade. Fronteira do humano. Ela transforma a sociedade. Ela é dinâmica. Ela é um pilar da estrutura da sociedade brasileira".

Ainda convém lembrar a definição de fronteira por Bourdieu (1989, p. 114-115),

> A fronteira nunca é mais do que o produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na "realidade" segundo os elementos que ela reúne, tenham entre si semelhanças mais ou menos numerosas e mais ou menos fortes. Cada um de acordo em notar as "regiões" delimitadas em função dos diferentes critérios concebíveis (língua, habitat, amanho da terra, etc.) nunca coincide perfeitamente.

É na fronteira que se reproduz as diferenças culturais e ela também é o reflexo do impacto que processos diversos podem acarretar. Neste caso as migrações incentivadas pelo Estado brasileiro são responsáveis por alterar o cotidiano dos grupos ali "dominados", articulando e entrando em cena o que Bourdieu (1989, p. 124-125) denomina de forças simbólicas,

> Quando os dominados nas relações de forças simbólicas entram na luta em estado isolado, como é o caso nas interações da vida quotidiana, não têm outra escolha a não ser a da aceitação (resignada ou provocante, submissa ou revoltada) da definição dominante da sua identidade ou da busca da assimilação a qual supõe um trabalho que faça desaparecer todos os sinais destinados a lembrar o estigma (no estilo de vida, no vestuário, na pronúncia, etc.) e que venha em vista propor, por meio de

> estratégias de dissimulação ou de embuste, a imagem de si o menos afastada possível da identidade legítima. O que está em jogo nela é o poder de se apropriar, se não de todas as vantagens simbólicas associadas à posse de uma identidade legítima [...].

Entretanto, muito tem se discutido sobre uma possível identidade "legítima" de um Estado-nação, neste caso a brasileira que pode ser caracterizada pela definição de Anderson (2008, p. 32) como identidade nacional, pois "a identidade nacional é uma comunidade imaginada". Ela é imaginada politicamente, limita-se, quanto regiões limítrofes, é soberana no intuito de garantir sua liberdade e independência.

O autor assim define nação como comunidade imaginada, pois, embora ela tenha fronteiras definidas, as pessoas que a compõe e se dizem patriotas, não se conhecem o suficiente para de fato traduzi-la como comunidade homogênea e que represente de fato a realidade cultural, por exemplo, de uma nação seja ela qual for são consideradas heterogêneas e se constituem de múltiplas culturas e identidades. Por isso tudo, Hall (2006, p. 58-61) a traduz como,

> Uma nação é uma comunidade simbólica, ou um sistema de representação cultural, e é isso que explica seu poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade. Tem a posse em comum de um rico legado de memórias, o desejo de viver em conjunto e a vontade de perpetuar a herança que se concebeu. Não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unifica-los numa identidade cultural, para representa-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional e, que enfim, uma cultura nacional nunca foi um simples ponto de lealdade, união e identificação simbólica. Ela é também uma estrutura de poder cultural.

Isso sem contar que tais informações reforçam o papel do Estado e seus interesses ao ampliar as fronteiras, expandir a identidade cultural e nacional, mesmo que seja nítida uma identificação simbólica e agir aos moldes da cultura dominante. A este respeito Gonçalves e Gonçalves e Silva (2006, p. 76) argumentam que,

> O Estado brasileiro conseguiu consolidar seus três grandes pilares ideológicos no que concerne à construção nacional: a unidade linguística, a hegemonia do catolicismo e a submissão da diversidade e das desigualdades raciais a um modelo cultural dominante.

Levando em consideração a discussão realizada, é pertinente dizer que a partir de Bhabha (1998, p. 27) o "ato migratório" faz parte da sobrevivência humana e isso corrobora com a criação de espaços culturais híbridos e com o surgimento de novas identidades e também estariam contribuindo na consolidação de uma identidade cultural em formação, isto é, tudo está se transformando constantemente e contribuindo na reelaboração do que se denomina por cultura, pois, as condições

que forçam os deslocamentos humanos exprimem a ideia de que nada é fixo ou se encerra em uma sociedade cujas identidades estão sendo moldadas ao longo do período analisado.

Enfim, ao se propor investigar sobre a História das Migrações e a diversidade cultural em Rolim de Moura a partir de 1970-1980 é viável pensar nas múltiplas identidades que foram se incorporando ao longo do processo de ocupação desta região por migrantes que chegavam de todas as regiões brasileiras e foram sendo transformadas ao longo dos anos. Para Hall (2006, p. 110-112),

> As identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela. As identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora "sabendo", sempre que elas são representações, que a representação é sempre construída ao longo de uma "falta", ao longo de uma divisão, a partir do lugar do Outro e que, assim, elas não podem, nunca, ser ajustadas – idênticas – ao processo de sujeito que são nelas investidos.

Ao ver o outro ocupando o mesmo espaço e a necessidade recíproca de auxiliarem-se os migrantes foram se adequando aos jogos de interesse, assimilando práticas sociais, superando resistências, adotando posturas que pudessem ser revestirem de novos paradigmas no que se refere às identidades diásporas que ocuparam esta região da Zona da Mata bem como dar visibilidade ao multiculturalismo, a diversidade cultural o hibridismo cultural e a fronteira que vem se redefinindo tendo em vista as modificações cotidianas com as práticas desenvolvidas pelos sujeitos que aqui se encontram.

Em virtude do marco conceitual ora exposto é necessário compreender que tudo está integrado as migrações ocorridas no Brasil, em Rondônia e Rolim de Moura. O fator migrar estimula a integração das diversas formas de se pensar a (s) cultura (s) e permite que ela (s) seja (m) reconstruída (s) nas localidades que recepcionam os sujeitos que vão configurar seus papeis em identidades móveis e em contextos híbridos.

CAPÍTULO 2. AS MIGRAÇÕES NO BRASIL, EM RONDÔNIA E ROLIM DE MOURA.

2.1 A Migração Interna Brasileira.

É de conhecimento geral que a migração faz parte da História da humanidade desde os seus primórdios seja pela necessidade de sua sobrevivência ou pelas transformações ocorridas em virtude das questões econômicas. Estes processos migratórios contribuíram para o desenvolvimento de povoados, vilas e cidades, expressões marcantes do deslocamento e fixação do ser humano em todo o planeta terra e concomitantemente ocorre a expansão da “cultura”, que segundo Ivanilde Apoluceno de Oliveira (2011, p. 118), é um elemento que faz parte da existência humana e do seu processo histórico de humanização, ou seja, o ser humano ao criar cultura faz a si mesmo e a sua história, na medida em que é um ser em permanente tornar-se e fazer-se.

Além do mais, o fundamental é entender que o processo da migração e a cultura é uma construção histórica. Há uma dinamicidade dos valores culturais de acordo com os movimentos da população dentro de um determinado território, e, portanto, a expansão e compreensão da cultura como “o conhecimento, as ideias e as crenças, assim como as maneiras como elas existem na vida social” (J.B. DOS SANTOS, 1986, p. 24 *apud* BOLOGNINI, 1998, p. 9) que se propagam juntamente com as migrações populacionais e que se reagrupam socialmente nos novos territórios ocupados pelos sujeitos envolvidos nos contextos produzidos e de acordo com Hoggart (1973) fazendo uma reapropriação da cultura e incorporando a diversidade cultural que com o tempo vai se reorganizar aos moldes que Canclini (1997) denomina de Hibridismo Cultural.

É neste contexto que o Brasil tem suas “origens” resultantes a partir de três matrizes formadores (RIBEIRO, 1999, p. 19) e culturas: indígena, portuguesa e negra, que posteriormente se somaria a vinda de milhares de imigrantes oriundos de inúmeros países, com alto contingente de agricultores dos países europeus para a América, e neste período mais específico para o Brasil, tal situação forçaria e desencadearia uma migração interna com o objetivo de “desenvolver” o território nacional e consequentemente proporcionaria a formação da “cultura” brasileira.

Do Nordeste para o Sul e Sudeste, Centro Oeste e Norte do Brasil a migração é constante seja por livre busca na realização de sonhos, por exemplo,

busca de um pedaço de terra, ou ainda, diminuir tensões sociais nos grandes centros urbanos e “livrar” inúmeros nordestinos das secas perversas, drama antigo que nunca foi solucionado, uma vez que o dinheiro destinado a minimizar tal situação sempre chegou a mãos não sensibilizadas com o problema desta população. Isto evidencia as soluções e políticas imediatistas para apaziguar o dilema relacionado à questão da terra que permeia a História brasileira.

A questão migratória no Brasil está voltada a questão da terra e se remonta a colonização do Brasil, quando as terras foram distribuídas por meio das Capitanias Hereditárias[5] formando assim os primeiros latifúndios brasileiros. Partindo deste pressuposto, o debate dar-se-á em consonância com os estudos que referenciam a temática migração dentro do Brasil, entre as respectivas regiões e do Brasil para o exterior, além, de o nosso país ser um receptor de imigrantes desde os primórdios do processo de colonização e mesmo antes quando por estas terras o fluxo (i) migratório indígena era bastante intenso.

A imigração forçada para o Brasil e também em seu próprio território vem sendo ao longo de toda a História deste país um caminho por meio do qual os governos de modo geral ofereciam e ainda oferecem possibilidades aos migrantes, que sem alternativa, ou expulsos do espaço que ocupavam, seja pelo domínio do latifúndio e também pela substituição da mão de obra humana pela mecanização, almejam uma vida melhor conquistando seu pedaço de chão. Este resultado é decorrência das mudanças de comportamento agrícola ocorrido na década de 1970 e 1980 nas Regiões Sul e Centro – Sul do país.

Contemplando todos os aspectos que correspondem à questão migratória é possível considerar que a migração dentro do Brasil é frequente desde sua Pré-história, quando aqui viviam os indígenas seus primeiros habitantes, que por diversos motivos eram pressionados a migrar em sua própria terra. Estes povos a princípio mudavam de um local para outro no sentido de manter-se em comunidade e também de buscar seu sustento por meio da caça, pesca, coleta de frutos e plantio indo deste pressuposto

Com a presença dos colonizadores milhares de nativos foram expulsos de suas terras e buscaram o interior do Brasil na perspectiva de preservar seus

[5] Denominação dada ao sistema de colonização posta em pratica pelo governo português ao dividir o território brasileiro em certo número de lotes de terra, no século XVI. (Azevedo, 1999, p. 89.)

costumes, cultura, tradições, crenças, entre outros. Isto é, aqueles que conseguiram sobreviver ao massacre da colonização. Isso sem contar aqueles que fugiam das perseguições coloniais, servindo ao domínio econômico por meio de trabalhadores braçais em benefício da sociedade em fase de organização, como ressalta Beozzo (1992, p. 42),

> As populações indígenas são submetidas a migrações forçadas, para liberarem terras para o plantio colonial: submetidas à migrações forçadas para fugirem à preagem praticada por bandeirantes paulistas e encomendeiros espanhóis e a migrações forçadas, como populações cativas, encaminhadas para os centros mais dinâmicos da economia colonial.

Este tipo de migração forçada contribuiu na efetivação do que se conhece hoje por latifúndio, que teve seu início com as capitanias hereditárias, em que a concentração de terras para o plantio da cana-de-açúcar em tão poucas mãos, deu origem aos sem–terras no Brasil Colônia e estes foram forçado a buscar o sertão ou o interior brasileiro e ali produzir pelo menos a agricultura de subsistência.

No entanto, estes pequenos agricultores sempre estiveram em movimento de migração toda vez que alguém com posses marcava presença no local onde estivessem e sem condições de comprovar que eram os ‘verdadeiros’ proprietários viam–se obrigados a se retirar em busca de um pedaço de terra, tendo que refazer automaticamente o mesmo processo. Esta realidade hoje pode ser comparada a ‘grilagem’ nas fronteiras agrícolas em expansão.

Ainda convém lembrar que na Amazônia os colonizadores portugueses usaram dos aldeamentos e descimentos obrigando os indígenas a migrarem em direção as reduções, isto é, os vilarejos onde havia a presença dos missionários para catequizá-los e educá-los na doutrina cristã, atendendo aos interesses da coroa portuguesa. De acordo com Teixeira e Fonseca (1998, p. 13) o personagem típico principal e predominante era o indígena ‘amansado’ que colaborava tanto nas expedições que devassaram a Amazônia, a partir do século XVII, quanto como trabalhador direto nos estabelecimentos agrícolas e extrativistas coloniais.

Por outro lado, Beozzo (1992, p. 63) sustenta a ideia de que além dos povos indígenas serem os primeiros migrantes no Brasil, os Quilombos surgiram em função de vários processos migratórios. Mesmo que esta organização tenha se originado da fuga de negros escravos que escapavam dos castigos de seus senhores, de indígenas que não aceitavam ser submetidos à escravidão imposta pelos colonizadores e demais excluídos dentro da sociedade colonial, ela foi considerada

resultado de fluxos migratórios de pessoas expulsas de sua terra ‘natal’ em busca de liberdade.

Estes grupos social e economicamente excluídos seguiram o ritmo da migração que ocorria em virtude da decadência da produção açucareira e que direta ou indiretamente foi ‘direcionado’ para as regiões mineradoras onde os minérios davam impulso a economia colonial fortalecendo o desenvolvimento das cidades interioranas, promovendo transformações sociais, culturais e econômicas no Sudeste e Centro – Oeste do Brasil, e que exigia a presença dos escravos haja vista que o trabalho desenvolvido por eles era essencial nas jazidas de minérios.

Em consequência disso, nota-se que o chamado caminho para a liberdade ganha corpo quando os escravos ao fugirem dos maus tratos de seus senhores e também escaparem do trabalho forçado nas plantações de café e nas minas auríferas onde os castigos severos os conduziam à morte. Os negros fugidos ou migrados procuravam locais isolados nas florestas e sertão onde não pudessem se reconhecidos e capturados. Estes espaços distantes e de difícil acesso localizados no meio da floresta, próximos a rios recebiam o nome de Quilombos, isto é, por “povoados de escravos fugidos que formavam entre si uma rede de apoio mútuo e de defesa” (BEOZZO, 1992, p. 64).

Este movimento segundo Moura (1989, p. 22-30) foi denominado também de quilombagem, ou seja, movimento de mudança social, módulo de resistência mais representativo; fronteira social, cultural, militar contra o sistema que oprimia o escravo. Centro organizacional composto de manifestações de protesto racial e social que tinha como o epicentro o quilombo, e nele se engloba as manifestações de resistência da parte do escravo, conduzindo ao caminho do ‘fim’ da escravidão no Brasil, que na realidade os deixou desamparados e ‘sem-terra’, isto é, a abolição da escravidão não foi seguida pela reforma agrária. Diante de tal fato, estas pessoas ficaram desamparadas, sem trabalho e sem o chão para cultivar seu próprio alimento. Esta realidade os transformou em desempregados ou vivendo do subemprego na cidade e no campo, ou ainda, migrando para outras regiões do país em busca de trabalho ou um pedaço de terra.

A preocupação com a miscigenação da população brasileira provocou uma exclusão massiva dos negros e indígenas, negando a eles a cidadania e fez com que a elite brasileira investisse no trabalho ‘livre e assalariado’ e estimulasse a imigração europeia. Na visão da classe dominante os problemas do Brasil estavam

ligados à questão racial, então era necessário fazer uma mudança na composição racial do povo. Diante de tal fato a ideia estava fixa em “tirar o povo negro, mestiço, indígena e substituindo - o por uma população branca e europeia, todos os males do país estariam sanados, sem que fosse preciso tocar nas demais estruturas e, em especial, a propriedade da terra” (BEOZZO,1992, p. 89).

Os desdobramentos da migração ocorrem em função da produção cafeeira no Sudeste e no Sul que trouxe ao Brasil milhares de imigrantes europeus e como consequência da industrialização, muitos foram vitimados pela falta de terra, o êxodo rural e falta de emprego a todos, homens e mulheres veem como oportunidade de vida o novo mundo. Porém, chegando ao Brasil, se deparam com a Lei de terras de 1850 (STEDILE, 2005, p. 15-31) que altera o programa de distribuição de terras, isto é, diante desta proscrição legal (RIBEIRO, 1999, p. 270-273/386), o acesso à propriedade da terra não poderia mais ocorrer pela simples ocupação e cultivo, mas, através da obrigatoriedade da compra ou de formas de legitimação cartorial da posse.

No que tange as leis e ao programa de distribuição de terras, o acesso às terras somente seria possível a quem pudesse comprá-las. Diante de tal fato, os diversos grupos, sendo a maioria compostos por migrantes que vieram para o Brasil, serviu de mão de obra assalariada nos grandes cafezais, outros iniciaram o processo de industrialização brasileiro na região Sudeste do Brasil e um número pequeno de imigrantes conseguiu adquirir seu lote de terras ao sul brasileiro. Houve também casos daqueles que conseguiram economizar com o trabalho nos cafezais e posteriormente tornaram-se pequenos proprietários agrícolas caracterizando uma farsa, pois, segundo Beozzo (1992, p. 82),

> A propaganda era quase sempre, enganosa. Mostra-se ao imigrante as colônias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde os colonos haviam recebido terra, sonho dos camponeses europeus e, na realidade, eram desembarcados não no Sul, mas sim em Santos e encaminhados para as fazendas de café, onde obviamente seriam sempre “colonos”, mas colonos sem-terra.

Fica evidente que a questão da terra sempre foi e será uma constante na vida dos imigrantes. Muitos sulistas descendentes de alemães e italianos, bem como migrantes de outras regiões não tendo acesso à terra ou por terem poucas terras para uma família numerosa e que não garantiria o sustento de todos levou-os a imigrarem para outros estados e a situação se repetiu em todas as regiões do Brasil. As terras de Rondônia também foram receptoras destes grupos que almejava o

sustento não alcançado em seus estados ‘natais’. Martins (2009, p. 109-110) afirma que:

> Não havia futuro no lugar antigo – muita gente, terra insuficiente. A insuficiência foi sendo agravada por outros problemas, como secas e geadas. Muitas vezes, a família foi migrando aos poucos para a nova localidade de fronteira, de modo a estabelecer uma base segura de sobrevivência. Pois, há sempre um recomeço para estas famílias sempre pelo trabalho neste ‘lugar de futuro’. Todas se referem à melhora de condições de vida. Porém, não se trata do ‘nível de vida’, mas, o trabalho na terra.

A realidade exposta é um reflexo da concentração de terras em tão poucas mãos – no Sudeste e Sul em função da monocultura do café, da cana–de–açúcar, e mais recentemente da soja e da agropecuária. No Nordeste os grandes canaviais e a produção cacaueira, reproduzindo a presença dos coronéis e perpetuando de certa forma as ‘capitanias hereditárias’ e, por conseguinte, a mecanização do campo expulsou os camponeses que ocupavam a vaga ora dominada por máquinas. Fortalecendo esta ideia, Santos (2001, p.74) pontua que:

> Esses migrantes foram expulsos, em sua maioria, de suas áreas de origem pela concentração fundiária, pela fragmentação dos estabelecimentos rurais, ou, ainda, pelo intenso processo de mecanização, que liberou farta mão-de-obra, ocasionando intensa proletarização da força de trabalho.

É inegável que tais fatores contribuíram para que concentração de terras no Brasil se acentuasse e promovesse os grandes êxodos de p**e**ssoas sejam eles do campo para campo, do campo para cidade e entre as cidades de acordo com os interesses que cada migrante possuísse em sua área de atuação profissional, isto é, todos os êxodos foram impulsionados por ciclos econômicos que ao optar pelo lucro oprimem e excluem o povo brasileiro.

Pode-se afirmar que as migrações dentro do Brasil seguiram as atividades ligadas à economia açucareira, mineradora, extrativista (borracha), agrícola, pecuária e industrial. Ambos favorecendo o sistema capitalista, forçando e impelindo o povo a buscar oportunidades inéditas de terra e trabalho em seus estados de origem e quando isso não se realiza, foca o olhar em regiões despovoadas e na ‘certeza’ de que nesta fronteira agrícola pudesse encontrar um meio de vida melhor na nova terra.

Atualmente, observa-se que os governos brasileiros sempre estiveram à mercê das decisões capitalistas. Conforme Ianni (1979, p. 16-17), o Estado brasileiro foi levado a favorecer o desenvolvimento extensivo do capitalismo. Assim a Amazônia como última fronteira seria a oportunidade de ampliar a política de

acumulação capitalista acelerada em território nacional ocupando as terras-do-sem-fim, devolutas, tribais ou ocupadas em terras griladas, latifúndios, fazendas empresas ou ‘sesmarias’, de nacionais e estrangeiros.

2.2 O Movimento Migratório para Rondônia.

A ocupação do espaço geográfico rondoniense ocorreu em função dos interesses do Estado português nestas fronteiras com a construção da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, primeira capital do Mato Grosso, ao qual pertencia boa parte das terras rondonienses para onde migraram ricas famílias proprietárias de jazidas auríferas, bem como de negros que foram trazidos para trabalhar extraindo ouro e mantendo a agricultura de subsistência, garantindo a manutenção da sociedade local institucionalizada, e com a estruturação da cidade foi possível, no século XVIII a construção de um forte militar, o Real Forte Príncipe da Beira localizado às margens do Rio Guaporé, na região onde se localiza o município de Costa Marques.

O objetivo era consolidar posse lusitana sobre estas terras. Posteriormente a extração da borracha entre o final do século XIX e meados do século XX proporcionou a construção da E.F.M.M – Estrada de Ferro Madeira Mamoré trazendo à região de Porto Velho milhares de migrantes nordestinos e imigrantes de diversas nacionalidades para trabalhar na construção da ferrovia. Além da ferrovia, a construção das Linhas Telegráficas coordenada pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon cujo objetivo era integrar os estados do Mato Grosso e Amazonas aos demais estados brasileiros também garantiu um fluxo populacional no início do século XX.

Ao mesmo tempo em que tais construções foram efetivadas, a economia da borracha garantiu que originasse dois polos urbanos: Porto Velho e Guajará-Mirim e, portanto, a selva se modernizou. É a partir deste conjunto de situações que aumenta o propósito de ‘proteger’ e definir territorialmente a região que se criou o Território Federal do Guaporé em 1943 e em 1956 em homenagem a presença e atuação política de Marechal Mariano da Silva Rondon, passou a ser chamado pelo nome de Rondônia (PINTO, 1986, p. 182).

Após a Segunda Guerra Mundial, com o declínio da economia gomífera e da dependência externa (TOCANTINS, 1982, p. 150) houve mudanças na posição

internacional em relação à borracha (IANNI, 1979, p. 59) que somado a ruptura dos financiamentos federais para a região, entre 1948 e 1960, surgiu a necessidade de incrementar outras técnicas que garantiria permanência das pessoas que vieram trabalhar na extração da borracha. Incentivados pelo governo seguiram a prática da agricultura de subsistência de modo tradicional por meio das colônias agrícolas em Rondônia nas quais se desenvolveu a relação com a terra era de coleta, extração e cultivo.

Por outro lado, com o surgimento das primeiras jazidas minerais encontradas em solo rondoniense, com destaque para a cassiterita (o estanho) um produto que segundo Cardoso & Muller (1977, p. 56), se tornou um estímulo para a abertura da BR 364, enfraquecendo a ação das Colônias Agrícolas[6], pois, os garimpos de cassiterita em seu ápice concentravam milhares de pessoas que viam nele a possibilidade de ficar ricos. É exatamente a propaganda da presença dos garimpos em Rondônia um dos motivos que fomentou o fluxo migratório nas décadas de 1960–1970–1980, pressionando a atuação do Governo Federal através da colonização oficial, promovendo o Programa "Operação Amazônia" (IANNI, 1979, p.224). Diante do exposto, convém pontuar a afirmação de Becker (1990, p. 66),

> Embora as primeiras tentativas de ocupação de Rondônia datem do Final do século XIX, só a partir da descoberta da cassiterita e da abertura da BR 364, nos anos 60, é que efetivamente se desencadeou o povoamento do território. Esse processo de ocupação nos anos 70 e seguintes, sob a égide da ação governamental, adquire uma dinâmica peculiar, cuja marca é a rapidez e a intensidade, evidenciadas no incremento populacional e nas transformações da base econômica regional. Foram, portanto, os interesses econômicos e políticos manifestados sobre esse espaço que jurisdição federal, nas duas décadas, que forjaram seu conteúdo e determinaram as novas proposições quanto à forma de ordenar a ocupação das terras.

Dentro deste programa a 'distribuição controlada da terra' seguiu o planejamento do governo federal que por meio do INCRA utilizou os projetos que poderiam auxiliar na efetivação de uma contra - reforma agrária como indicam dados de Perdigão & Bassegio (1992, p. 76-77) em que o governo continuou a serviço das empresas particulares brasileiras da região Centro – Sul. Estas empresas foram privilegiadas com terras localizadas às margens da BR 364. E mesmo que houvesse o interesse do INCRA em fiscalizar, este por sua vez assistiu a uma 'corrente

[6]Colônias Agrícolas foram criadas pelo Governo do Território Federal de Rondônia após a Segunda Guerra Mundial para evitar o êxodo rural. Em sua maioria desenvolviam a agricultura de subsistência e poucas dedicaram - se a horticultura e avicultura.

migratória de forma desordenada' chegar a terras rondonienses. Santos (2001, p. 71) nos lembra que:

> É certo que no caso de Rondônia, e isso se constitui sua grande particularidade, pelo fato de seu processo de colonização ser totalmente de natureza oficial, houve um claro caráter distributivista na condução do mesmo. Porém, os projetos posteriores aos Projetos Integrados de Colonização, os PICs, já primavam pela seletividade, de vez que a política oficial já se voltava para os grandes empreendimentos agropecuários na Amazônia.

Contextualizando o texto acima, o quadro a seguir aponta dados relacionados aos principais Projetos implantados pela Colonização Oficial em Rondônia entre os anos de 1970-1980 e seus principais objetivos.

QUADRO 1 - Os principais Projetos implantados pela Colonização Oficial em Rondônia entre os anos de 1970-1980

PROJETO	NOMES	OBJETIVO DO INCRA
PIC – Projeto Integrado de Colonização	Ouro Preto, Sidney Girão (Guajará – Mirim), Ji-Paraná (Cacoal, Rolim de Moura), P.A. Ribeiro (Colorado) Adolph Rohl (Jaru).	Organizar os assentamentos com maior assistência ao colono, agricultores de baixa renda, isto é, os campesinos.
PA – Projeto de Assentamento ou PAR – Projeto de Assentamento Rápido	Machadinho, Cujubim, Urupá e Bom Princípio, hoje Seringueiras.	Sua atuação se reduz a simples demarcação e titulação das parcelas ocupadas espontaneamente; praticamente sem nenhuma infraestrutura e assistência ao produtor rural.
PAD - Projeto de Assentamento Dirigido	Burareiro - Ariquemes Mal. Dutra – Ariquemes	Estabelecia que os gastos e infraestrutura eram assumidos pelos parceleiros mais especializados, com no mínimo um pouco de conhecimento agrícola.
A Colonização Particular em áreas de concorrência pública.	Corumbiara, Burareiro, Garças, Baixo Candeias e Igarapé Três Marias.	Destinava terras a empresas particulares de colonização, agricultores de média renda, possuidores de crédito.

Fonte: SILVA, M. A, 2015.

Diante dos projetos implantados pela colonização oficial do Governo Federal houve mudanças distintas entre os migrantes do início do século XX que eram majoritariamente uma população do Nordeste brasileiro e de quem viria ocupar as

terras pertencentes à União no final do mesmo século, ou seja, migrantes de origem sulista. Segundo Santos (2001, p. 77) esse perfil do migrante alterou com o processo de ocupação e colonização da área denominada hoje pelo nome de Rondônia e ao mesmo tempo altera o ritmo de vida da população local que vivia basicamente do extrativismo e da agricultura de subsistência.

Na década de 1970 havia o predomínio dos nordestinos ou descendentes destes, haja vista que esta população era composta de antigos soldados da borracha ou então filhos desta geração de migrantes. Nos anos de 1980 o quadro se inverte, neste caso os sulistas são maioria, seguido por migrantes do Centro – Oeste e do Sudeste que vieram ocupar estas terras já que o Centro – Sul brasileiro não suporta o fluxo de pessoas que saiam das áreas rurais rumo à cidade ou então o próprio campo vinha condicionando sua retirada sem oferecer uma reforma agrária coerente.

Ao se examinar alguns dados verifica-se que na década de 1990, a população ‘rondoniense’ é composta por migrantes do Sudeste, acompanhados por sulistas. Santos (2001, p. 77), destaca que os tais migrantes, principalmente os sulistas, possuíam uma tradição de campesinato, de propriedade familiar da terra, diferentemente dos nordestinos, que culturalmente, dado ao latifúndio canavieiro, na zona da mata, não tinham uma relação de propriedade com a terra.

Com relação a estes migrantes, o quadro abaixo apresenta o período, o número de migrantes e o percentual incrementado a economia rondoniense entre os anos de 1977 a 1994. Logo em seguida estes dados são comparados aos dados do Censo de 1991, 2000 e 2010.

QUADRO 2 - Migração em Rondônia - 1977/1994

Ano	Nº de Migrantes	Incremento (%)
1977	3.140	-
1978	12.658	303,12
1979	36.791	190,65
1980	49.205	33,74
1981	60.218	22,27
1982	58.052	-3,60
1983	92.723	59,72
1984	153.377	65,41
1985	151.684	-1,10

1986	165.679	9,22
1991	193.599	10,80
1994*	207.115	11,50
Total	783.527	-

Fonte: SEPLAN-RO/CETREMI

*Estimativa FIERO/1995

Segundo dados do IBGE (1991) em relação ao padrão de sexo, a população de Rondônia é predominantemente do sexo masculino, em consequência das características de migração rural-rural ocorrida durante a década de 1970, onde os migrantes correspondiam aos trabalhadores rurais de sexo masculino. Posteriormente, após o crescimento urbano, iniciou-se um processo de migração cidade-cidade, onde a presença da mulher passou a ser significativa, em função do emprego especializado urbano.

Portanto, o censo de 2000 confirma estas informações quanto a presença feminina e masculina na zona rural e zona urbana. De um total de 671.647 mulheres no Estado de Rondônia 444.809 estavam nas cidades e 226.838 continuavam nas comunidades rurais. Dentre a população masculina que somava 708.140 pessoas no mesmo período, 439.74 optou pela vida nos núcleos urbanos, enquanto 268.426 permaneceram no campo.

Enfim, o censo de 2010 apresenta uma população majoritariamente urbana. De um total aproximado de 1.562.409 pessoas no período analisado, 1.184.025 indivíduos estão morando nas cidades, enquanto que 411.488 vivem na zona rural. Do geral havia no período indicado 795.157 homens residentes em Rondônia. Destes, 570.886 estão nas cidades e 224.027 residem nas áreas rurais. As mulheres somam 767.252 residentes no Estado. Entre elas o número que optaram pelas cidades soma 580.038, enquanto 187.215 continuam nas comunidades rurais.

Vale lembrar que estes migrantes, sejam homens ou mulheres, já haviam percorrido outros caminhos antes de chegar a terras rondonienses. A saga dos milhares de migrantes que percorreram o Brasil foi intensa, assim sendo, Lima (2001, p. 132) assinala que praticamente todos realizaram mais de uma etapa migratória, em geral três:

> Poucos eram primários (migrantes pela primeira vez); a maioria, vinda do Sul, principalmente do estado do Paraná, já havia passado por São Paulo e Espírito Santo; os que chegavam de Mato Grosso também eram oriundos de outras regiões, utilizando este estado apenas como um corredor para chegar até Rondônia. (LIMA, 2001, p. 132).

Além disso, estes sujeitos desempenharam diversas funções por onde passaram, quer seja na agricultura como boias–frias, em cafezais e na cana de açúcar, em farinheiras, entre outros trabalhos em terras alheias ou mudando de ocupação de acordo com o tipo de serviço que encontrassem nestas paragens até chegarem ao Estado Rondônia. No que diz respeito aos trabalhos desenvolvidos por estas pessoas, Becker (1990, p. 149), pontua que pequenos agricultores, trabalhadores rurais e pessoas engajadas em atividades variadas transformam-se em comerciantes, trabalhadores do comércio e na indústria e, em menor número, em colonos.

As estratégias para ocupação rápida do território foram utilizadas de forma não planejada e orientada no que se refere à questão ambiental. A migração para Rondônia além de atender a interesses políticos, econômicos, geográficos e demográficos trouxe também a destruição ambiental desenfreada uma vez que o próprio INCRA pressionava os agricultores a desmatar desconsiderando, por exemplo, as culturas tradicionais dos indígenas, ribeirinhos e seringueiros. Esses grupos estão vinculados aos rios e aos seringais, e são agroextrativistas, que de acordo com Cruz (2012, p. 595-597) são nomeados, identificados e classificados de acordo com a diversidade de culturas e modos de vida de um conjunto de grupos sociais que vem ocupando ao longo dos anos áreas agora destinados à preservação e conservação ambiental.

O ‘choque’ de pensamento entre as populações tradicionais em defesa do uso racional da floresta e o migrante se tornou inevitável, pois segundo Teixeira (1996, p. 43-46) estes sujeitos ao chegarem à Rondônia, por exemplo, por intermédio da colonização causaram um impacto no âmbito das culturas locais, pois elas eram as possíveis situações problemas para os objetivos dos migrantes causando reações imediatas por parte de quem já se encontrava nessas terras e com elas possuíam uma identidade constituída e que além de sofrerem com o preconceito, serem menosprezados e discriminados culturalmente foram excluídos do processo de colonização, e afetadas diretamente com da destruição ambiental. Diante deste panorama surge com a necessidade de corrigir a degradação socioambiental criou-se nos anos 1970 o POLONOROESTE - Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste do Brasil (SANTOS, 2001, p. 81).

No entanto, o projeto encontrou inúmeras dificuldades financeiras, técnicas e institucionais, sendo reformulado, quatro anos após para superar os obstáculos

experimentados no decorrer de sua efetivação. Porém, a devastação ambiental permaneceu, tanto é que dados confirmam que na década de 1990, Rondônia era o estado da Região Norte que mais havia devastado a parte que lhe cabe da floresta amazônica. E quanto à exclusão social, os NUARs – Núcleos Urbanos de Apoio Rural (SANTOS, 2001, p. 81) serviram para ampliar este quadro dramático. De acordo com Becker (1990, p. 156),

> Dos vinte nuares previstos, dez foram construídos. Uma arquitetura faraônica marca a presença do Estado – o centro técnico-administrativo-, pura forma simbólica sem conteúdo prático. Do que foi observado, não vêm eles exercendo a função de apoio à população rural: os serviços não funcionam e os lotes urbanos são ocupados por comerciantes, especuladores, migrantes à espera de terra e não pelos colonos; apenas funcionam a comunicação radiofônica, a promoção de organizações participativas e um atendimento escolar elementar.

Na realidade os NUARS surgiram como uma grande “favela”, isto é, um lugar onde as pessoas ficavam aguardando serviço e terra para trabalhar. Entre eles estão Novo Horizonte D’Oeste e Castanheiras, distritos de Rolim de Moura, que foram emancipados e atualmente distribuem lotes urbanos para não ver sua população exaurir-se, por não possuir estrutura para se manter e nem aos seus munícipes, que veem as cidades maiores do Estado como opções de emprego, por exemplo.

O drama ambiental apresentado aponta que sempre houve o pensamento de explorar tudo que estivesse ao alcance: a floresta, a fauna e demais recursos naturais; o solo pouco agricultável. No que se refere a esta questão Lima (2001. p. 133) pontua que os migrantes que vieram para Rondônia foram à prática, e descobriram em poucos anos o embuste de que foram vítimas, por se apossarem de terras improdutivas e impróprias para o desenvolvimento da pecuária.

Considerando ou não esta realidade, no campo econômico, o Estado de Rondônia sai do modelo extrativista tradicional adaptado à região e entra no processo de reprodução econômica trazida pelos migrantes de suas regiões e estados de origem, sem levar em consideração as sociedades que aqui se fixaram a muito mais tempo, gerando impasses entre o agir economicamente do indígena e do seringueiro.

Em tese, inicialmente os migrantes que chegaram neste espaço geográfico desconsideraram as populações e as técnicas de produção herdadas e desenvolvidas por esses grupos na floresta e que aqui constituíram o que Ianni (1979, p. 93) caracteriza de morada habitual e cultura efetiva, garantindo a

posse e o uso da terra. Oliveira Filho (1979, p. 115) destaca que os colonos chegam à região com a visão de que a floresta precisa ser domada, pois até o momento isso não ocorre em detrimento das populações tradicionais não agirem, permanecendo no primitivismo secular.

Em virtude do que foi mencionado em Rondônia a sociedade local estava estruturada social, econômica e culturalmente em bases e princípios, sendo posteriormente desestruturada, transformada e reorganizada pelo processo de colonização satisfazendo os interesses diversos e contraditórios, principalmente no que tange a agropecuária, que para Martins (2009, p. 74) é uma atividade econômica que dispensa mão de obra, expulsa dos camponeses e esvazia territórios. Em síntese, a população migrante transformou este espaço, estabelecendo uma identidade, recriando tradições; unificando os ideais através do Hino, por exemplo, por meio do qual se exalta os 'pioneiros', os colonizadores, e expondo claramente quem são os excluídos deste símbolo do Estado: o índio, o seringueiro, o ribeirinho, o quilombola, os nascidos em Rondônia, entre outros.

De acordo com dados apresentados, a migração para Rondônia levou a uma desterritorialização e ao mesmo tempo uma busca pela reterritorialização e a construção de uma nova territorialidade com base nos referenciais que se tem dos lugares habitados, e decide se existe uma tendência de uma reprodução do vivido e construir em todo território um lugar não igual, mas ao menos semelhante ao lugar que se deixou.

Nem todos tiveram a oportunidade de constituir-se e sentir-se proprietário já que estiveram em solo rondoniense para servir de mão-de-obra à prática do capitalismo que modernizou por meio da força Rondônia na Amazônia, promovendo o que na prática denominamos de escravidão por meio do trabalho dos boias–frias aqui denominados peões, que respondem pelo trabalho temporário nas serrarias, fazendas com a produção do café e hoje, com a predominância da pecuária uma das responsáveis pela expropriação deste grupo de trabalhadores, ampliando a exclusão social de milhares de homens e mulheres que fazem a reprodução de um país mal resolvido na estrutura agrária.

Um modelo que mantém também o 'eldorado' rondoniense no poder é o agropastoril nas mãos de latifundiários, indicativo de que a terra deixou de cumprir seu papel social haja vista o redimensionamento governamental na política para a Amazônia, apoiado no POLOAMAZÔNIA (IANNI, 1979, p. 67) e neste meio

Rondônia e a sobrevivência dos pequenos agricultores assentados ou à espera de sua colocação de acordo com Perdigão & Bassegio (1992, p. 107), começou a ser comprometida.

> A situação do migrante é a do trabalhador que tem dificultada a aquisição da terra, que não possui os instrumentos de trabalho, e cuja maioria está à disposição do capital para vender sua mão-de-obra em condições de serviços temporários como boias-frias ou para se tornar escravo do capitalismo selvagem, que se implantou em Rondônia. Duplamente escravos, porque submetidos a condições degradantes de trabalho e tolhidos em seus direitos fundamentais, como o de ir e vir. Por outro lado, o próprio capitalismo agrário e agrícola de Rondônia também é duplamente mascarado.

No primeiro caso, sua selvageria diz respeito ao tratamento escravista ao qual submete suas vítimas, os humildes e ingênuos migrantes. No segundo caso, ele implica o próprio patrimônio natural que destrói, ou seja, escondido na selva, em locais de difícil acesso e, por conseguinte, de fiscalização ou de possibilidade de denúncia, o capitalismo rondoniense encontra espaço para cometer toda sorte de infração aos Direitos Humanos. A própria floresta que dizima, na ganância do lucro, é o seu refúgio: abatendo árvores, animais e seres humanos, nos confins de Rondônia, o sistema camufla o seu caráter bestial e animalesco: nas selvas é ainda mais selvagem e muitos são os bodes expiatórios.

Para Cardoso & Muller (1977, p. 122) o INCRA visava à realização da reforma agrária no Brasil com inúmeros subsídios, por exemplo, a promoção particular e a execução da colonização oficial e do desenvolvimento no campo, por meio do cooperativismo e da eletrificação rural. Gerando dupla interpretação dos fatos em território rondoniense que garantiu a perpetuação do domínio particular que veio aplicar o capital e a distribuição de terras aos migrantes sem terras por meio da ação do Estado, que ampliou os conflitos fundiários, pois, milhares de pessoas permaneceram excluídos da Reforma Agrária e os inúmeros problemas dos quais o governo federal lutava para se livrar continuaram existindo e até mesmo se intensificando na Amazônia.

Neste caso, Ianni (1979, p. 139) lembra que:

> A grilagem, a defesa da terra pelo posseiro, a expropriação do índio, a expansão da empresa privada de colonização, a transformação da terra em mercadoria, vários são os processos sociais que tornam Rondônia em Território – problema para o poder público. Tanto assim que o governo passa a dificultar a ida de migrantes para lá.

Sendo assim, faz–se necessário a estruturação da situação fundiária que neste caso se apresenta dentro destes dois panoramas de acordo com dados da SEPLAM/INCRA/SEDAM nos anos de 1991 e 1996:

QUADRO 3 - Situação Fundiária em Rondônia - 1991

TIPO DE OCUPAÇÃO	ÁREA (HA)	%
ÁREAS INDÍGENAS	4.515.228	18,6
RESERVAS FLORESTAIS	1.291.884	5,3
ÁREAS DA UNIÃO	4.596.482	18,9
ÁREAS DE DOMÍNIO PARTICULAR	2.726.344	11,2
CONCORRÊNCIA PÚBLICA	2.340.290	9.6
ÁREAS URBANAS	51.111	0,2
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	4.421.770	18,2
COLONIZAÇÃO OFICIAL	3.050.777	12,6
PROJETO ASSENT. RÁPIDO	825.858	3,4
REFORMA AGRÁRIA	486.182	2,0
TOTAL	24.305.926	100

FONTE: SEPLAM/1991

As alterações vêm com a criação das Unidades de Conservação Federal e Unidades de Conservação Estadual como forma de inibir o desmatamento, conforme apresentação do segundo quadro sobre a situação fundiária em Rondônia. No entanto, as áreas de domínio particular disponíveis continuam iguais. Ampliou-se a porcentagem de terras para áreas urbanas e promovem a retirada de terras das populações indígenas, que perdem espaço neste processo de redistribuição de terras. As populações tradicionais, como as comunidades ribeirinhas e quilombolas sequer são mencionadas.

A zona urbana tem sua área ampliada em função das consequências da falta de uma política agrária que deveria cumprir seu papel de assegurar terra aos agricultores que vieram se auto reproduzir como produtores rurais em Rondônia. Isto é, estas pessoas não receberam os investimentos necessários para se manter na zona rural. Assim, o êxodo rural não era somente um privilégio dos grandes centros urbanos brasileiros.

QUADRO 4 - Situação Fundiária em Rondônia -1996

TIPO DE OCUPAÇÃO	ÁREA EM HÁ	% ÀREA DO ESTADO
Áreas Indígenas	4.465.149	18,4
Unidades de Conservação Federal	1.581.110	6,5
Unidades de Conservação Estadual*	1.525.762	6,3
Áreas da União	2.764.146	11,6
Domínio Particular	2.726.344	11,2
Concorrência Pública	2.340.290	9,6
Áreas Urbanas	117.011	0,2
Regularização Fundiária	4.421.770	18,2
Colonização Oficial	3.050.777	12,6
PAR	825.858	3,4
Projeto de Reforma Agrária	486.182	2,0
Total	24.304.400	100,0

FONTE: SEDAM – 1996/INCRA – 1996

O quadro ora exposto expressa o resultado da ação do POLONOROESTE que, direta ou indiretamente cobra do Governo Federal algo em troca. Sendo assim, em 22 de dezembro de 1981, Rondônia sai da categoria de Território e torna-se Estado. Em conjunto a esta nova realidade organiza-se politicamente com um estilo próprio em relação aos demais estados da Região Norte do Brasil. Os migrantes que aqui consolidaram sua permanência sejam eles agricultores, pecuaristas fazendeiros, comerciantes, empresários, funcionários públicos ou liberais, entre outras profissões, exercem lideranças e em contato com outras lideranças políticas ocupam e ganham espaço e poder. Sendo assim Becker (1990, p. 96-107) salienta que:

> A experiência de RO revela também o significado político da região, como um poder local específico. O quadro institucional cria, legaliza e procura controlar o processo de formação da região, identificado com o da criação de distritos, de municípios e do próprio Estado; a prática social, contudo, acionando uma resistência coletiva, influi na forja da identidade regional e no direcionamento do processo de transformação espacial e social.

Convém lembrar que se Rondônia como Território Federal já recebia poucos incentivos agrícolas, ao se tornar Estado os investimentos são reduzidos, situação vinculada ao campo político em âmbito nacional, considerando a colonização desenvolvida pelo INCRA tem-se a noção do porquê do termo a ‘invenção de Rondônia’ utilizado por Perdigão & Bassegio (1992, p. 75). Sua ‘criação’ a

caracterizou como receptora do excedente populacional resultante da concentração fundiária no Sul e Sudeste do país no período de 1970–1980.

É visível que os interesses do capital engendram nesse processo os investimentos que são atendidos prontamente pelos governos militares. A perpetuação desta política em Rondônia é nítida, porém, ocorre uma organização local do pensamento político regionalizado. Esta peculiaridade na política rondoniense surge do meio do povo migrante, pessoas que participam de diversas entidades, sejam elas ligadas a vida comunitária, das associações, sindicatos e cooperativas que representam agricultores, sejam do comércio, funcionários públicos entre outros seguimentos da sociedade. Sem esquecer que estes migrantes têm poder aquisitivo que pode variar de acordo com as atividades econômicas que desempenham.

Entretanto, a experiência adotada não facilitou a vida no campo para os pequenos parceleiros. Ao privilegiar os interesses do grande capital o governo favoreceu a concentração fundiária. Além do acúmulo de terra e percebendo que somente os fazendeiros conseguiam financiamentos, os pequenos agricultores sem subsídios agrícolas ou créditos bancários não conseguem se manterem em seus lotes, cujo solo após três anos de uso aproximadamente perde nutrientes que já eram escassos inviabilizando a produção, pois segundo Amaral (2007, p. 83-86),

> A irracionalidade dos assentamentos oficiais – terra pobre, habitada por gente pobre, colheita pobre; ausência (ou quase) dos serviços primordiais - saúde e educação; trabalho infantil; agregados e os proprietários irregulares; dificuldade de deslocamento das comunidades distantes e do escoamento da produção \ linhas vicinais – nem estradas e nem terras produtivas; falta de conhecimento em relação ao financiamento bancário; os atravessadores [...]

Outra preocupação constante dos agricultores que conseguiam financiamentos é que nem sempre o produto final das colheitas era suficiente para quitar as dívidas junto aos bancos e casas agropecuárias, obrigando-os a vender seus sítios a agropecuaristas (fazendeiros), isto é, após quatro décadas de colonização houve uma fragmentação e venda dos lotes, simultaneamente a um processo de reconcentração fundiária em Rondônia.

O destino para muitos agricultores era adquirir um lote em outras localidades, nas novas áreas de fronteira agrícola onde pudessem fazer uma nova tentativa. Entretanto, ocorreu também o inverso, muitos deles sequer fizeram esta nova busca. Optaram por voltar a terra ‘natal’. Portanto, houve após intenso fluxo

migratório, um refluxo dos migrantes que chegaram em Rondônia para outras regiões. O próprio Estado tem internamente migrações permanentes que vem contribuindo na fundação de inúmeros municípios. Rondônia também perdeu migrantes para os seguintes Estados: Acre, Amazonas, Mato Grosso e Pará. Neste aspecto as políticas públicas não se efetivaram, provocando uma mudança na dinâmica populacional de Rondônia.

2.3 As migrações em Rolim de Moura.

O movimento migratório para Rolim de Moura está intrinsecamente ligado ao fato da migração ter sido tão intensificada nas décadas de 1970 e 1980 em direção à Amazônia e neste caso mais direto ao Estado de Rondônia, período no qual milhares de famílias vieram às terras de Rolim de Moura, onde tomaram posse da tão sonhada terra.

Ao fazer uma discussão relacionada as migrações para Rolim de Moura é necessário compreender que este município teve seu início a partir do PIN - Programa de Integração Nacional e do PIC Ji–Paraná, ou seja, sendo um desmembramento do PIC mencionado e a partir das novas áreas de assentamento ao longo dos eixos secundários da expansão de colonização, tendo em vista a impressionante dinâmica migracional nesta área, favorecendo sua emancipação política em 05 de Agosto de 1983, pelo Decreto Lei nº 071[7] do governo do Estado na época, Cel. Jorge Teixeira de Oliveira, sendo assim desmembrado do município de Cacoal com uma área de 1.457, 885 km². Seu primeiro prefeito foi Valdir Raupp de Matos, eleito em 9 de dezembro de 1984.

Rolim de Moura, segundo Santos (2001, p. 136) é representante de um típico modelo distributivista que caracterizou a colonização oficial de Rondônia. Pela observação dos dados analisados os contemplados dentro dos PICs não eram ou pelo menos não deveriam ser agentes capitalizados e sim o pequeno agricultor expropriado de sua região de origem, ou sem terras, em busca de condições de subsistência no campo por meio da agricultura familiar.

Atualmente o município está estruturado administrativamente da seguinte forma: Rolim de Moura, sede municipal e Nova Estrela Rondônia o único distrito de

[7] Anexo B, p. 130.

Rolim de Moura, situado na linha 208 a 25 km da sede do município. O Município faz limite com Castanheiras ao Norte, Santa Luzia D'oeste e Alta Floresta D'oeste ao Sul, Pimenta Bueno, São Felipe e Cacoal a Leste, Novo Horizonte D'oeste a Nordeste e está incrustado na Região Centro-Sul do Estado e situa-se a uma altitude média de 261 metros.

A zona rural rolimourense é traçada por estradas vicinais paralelas numeradas chamadas na região de "linhas". A distância entre uma linha e outra é em média 4 km, somados, hoje o Município tem 292 Km de linhas vicinais em bom estado de tráfego, sendo atravessado no sentido Norte-Sul pela RO 479 num trecho de 48,5 Km e pela RO 010 numa extensão de 30,5 Km. Já na Zona Urbana temos os seguintes Bairros: Beira Rio, Boa Esperança, Bom Jardim, Centenário, Centro, Cidade Alta, Industrial, Jardim Eldorado, Jardim Tropical, Nova Morada, Olímpico, Planalto, São Cristóvão, entre outros.

Segundo informações do censo do IBGE de 2007/2009 expostas no quadro abaixo sobre a população rolimourense, observa-se que houveram oscilações no número de habitantes. Isso ocorreu em função do deslocamento migracional às novas fronteiras agrícolas, ou seja, as famílias que aqui não foram assistidas pelo governo por meio dos projetos de colonização e assentamentos continuaram a busca pela sobrevivência.

QUADRO 5 - População de Rolim de Moura

PERÍODO	TOTAL DE HABITANTES
1991	59.751
1996	44.738
2000	47.382
2007	48.894
2009	50.499
2010	50.648
2013	55.357

Fonte: Dados do IBGE 2007/2009/2010/2013.

No que se refere aos dados dos habitantes, por sexo, o censo do IBGE (1991) afirma que a formação da população rolimourense estava constituída de 51,90% de homens contra 48,10% de mulheres, situação semelhante tanto na zona urbana quanto na zona rural. Já as informações apontadas pelo IBGE (2000)

demonstram que houve uma pequena redução em relação aos dois grupos. A população masculina diminuiu para 50,62%, o que equivale a 23.935 homens e a população feminina aumentou para 49,38 % representando 23.350 mulheres.

Os dados do Censo 2010 divulgados pelo IBGE, a população está distribuída da seguinte forma 21.078 mulheres e 20.351 homens vivem na cidade, enquanto que 4.400 mulheres e 4.819 homens continuam vivendo na zona rural rolimourense, se igualando a realidade do Estado de Rondônia, que foi incorporando vários estilos de vida, de inúmeras localidades do Brasil, abrindo caminho e construindo um "rosto" rolimourense, em consonância com inúmeras faces brasileiras: nordestinos, paranaenses, mineiros, capixabas, mato-grossenses, gaúchos, paulistas, entre outros, uma vez que a população, num todo, traz consigo uma diversidade cultural que viria se transformar no que Canclini (1997, p. 283-350) de hibridização cultural, resultado da miscigenação do povo migrante de todo Brasil que almejam o eldorado e que segundo Azevedo (1999, p. 171) é um:

> Mito criado pelos descobridores e exploradores espanhóis curiosos e ambiciosos que procuravam uma terra rica em metais preciosos. Esta notícia se espalhou por toda Amazônia brasileira passando a imagem a quem viesse para esta região ficaria rico.

Outrossim, de acordo com Santos (2001, p. 132-134) Rolim de Moura é um ponto estratégico na região no que tange a ocupação, a colonização e a ligação da BR 364 ao Rio Guaporé em Costa Marques, divisa com a Bolívia. Em outras palavras, o objetivo dos governos militares, cujo lema era integrar para não entregar e segundo Martins (2009, p. 74) tinham o propósito de em ocupar os espaços vazios protegendo, controlando o território nacional a Oeste e Noroeste do Brasil de possíveis invasões estrangeiras.

Obviamente que os interesses de colonizar a faixa oeste do Brasil viriam tirar do governo central em Brasília a responsabilidade da promoção no campo social e no desenvolvimento humano, seja das dezenas de tribos indígenas na opinião de Martins (2009, p. 30) que ocupavam a região de fronteira mais precisamente, seja dos migrantes que a priori ocupariam estas terras. Na análise de Martins (2009, p.108), a ideia que circulava nos meios de comunicação social era de informações sobre terras livres, trabalho, lugares bons para o pobre viver. Independente dos acontecimentos e percalços que esta parcela da população brasileira poderia enfrentar na região que hoje pertence a Rolim de Moura e suas adjacências. Nesta perspectiva a sociedade ao se organizar na região também foi alicerçando uma

determinada identidade cultural (BONNICI, 2011, p. 7) onde a diversidade sede lugar a hibridez cultural.

Assim sendo, os migrantes reproduziram em Rolim de Moura e região circunvizinhas as experiências acumuladas nos estados de origem e/ou por onde já haviam estabelecido residência, isso sem conhecer as reais condições do solo no qual estavam pisando. Não se pensou em uma adequação à floresta e à terra fraca sem nutrientes, mesmo porque eles tinham a informação de que estavam adquirindo terra boa, ou pelo menos semelhante as que tinham trabalhado. Mas para que isso fosse possível, a floresta foi dizimada em quase sua totalidade favorecendo o que podemos denominar de ciclo da madeira em Rolim de Moura, provocando o assoreamento do solo, em virtude da maior parte da terra ser imprópria para o desenvolvimento das técnicas agropastoris.

Somou-se à questão a extração da madeira, à produção agrícola e à pecuária, em meados da década de 80 – 90 um intenso comércio, que até então não existia no município. A população de Rolim de Moura buscava em Cacoal, entre 1976/77 – 1981/82, parte dos gêneros alimentícios, vestuário, combustível, entre outros itens necessários à vida dos migrantes que aqui chegavam. Com o comércio articulado e muito ativo, Rolim de Moura passa a ser um centro comercial que atende os então distritos, hoje municípios da Zona da Mata, surpreendendo até mesmo os mais otimistas, pois, população se envolveu neste processo.

Na concepção de Pessoa (1988, p.38-39),

> Envolvido está, também, o imigrante com a economia de Rolim de Moura, cujo suporte iniciou-se baseada na extração e beneficiamento de madeiras de lei, tendo sido o município detentor de 30% da exportação mundial de madeiras em 1984. Mas hoje já não se exporta tanta madeira, e nem só de madeira já pode manter-se a economia; o intenso comércio de gêneros alimentícios, roupas, calçados, máquinas e implementos agrícolas, impulsionam a atividade comercial da cidade e da zona rural. O município detém cerca de 450 estabelecimentos comerciais, diversificados na distribuição de produtos e gêneros à comunidade.

O quadro a seguir exemplifica a afirmação de Pessoa (1988) no que tange a migração e as transformações ocorridas ao longo da década de 1980 na região de estudo, isto é, conforme o progresso chegava mais pessoas vinham conhecer e estabelecer residência ou um ponto comercial.

QUADRO 6 - Resultado da Migração para Rolim de Moura na década de 1980

ANO	Nº DE HABITANTES	%
1981	3.662	6,1
1982	2.898	5,0
1983	7.820	8,4
1984	12.875	8,5
1985	11.932	7,9
1986	15.102	9,1
Total	54.289	8,0

Fonte: SEPLAN/NURE – Núcleo responsável pela Migração

Dentre os inúmeros motivos que trouxeram esta população às terras de Rolim de Moura se destaca a mentalidade de ganhar muito dinheiro, ficar rico e assim voltar para seu Estado de origem sem o compromisso de efetivar aqui sua vida, provocando rupturas no processo de organização formal no que consistem os aspectos sociais, econômicos, religiosos, políticos e culturais.

Outros fatores que contribuíram para que um número elevado de agricultores não permanecessem na região foram “a desistência ou desadaptação do colono à região” como lembra Santos (2001, p. 153), ou ainda em função da perda do lote agrícola para algum grileiro que para Becker (1990, p. 31) era o “personagem clássico na expansão das fronteiras agrícolas brasileiras, o grileiro na fronteira amazônica tem um papel central nas áreas de dominância de empresas e fazendeiros em si, seja ele um intermediário das empresas ou uma firma imobiliária”. Ou ainda para o próprio INCRA, quando este descobria que o beneficiado não era agricultor, casado ou que não tinha filhos.

Ainda convém lembrar o fato de que os migrantes que exerciam outras atividades em suas cidades de ‘origem’ não podiam adquirir tais terras. Outros sem conhecimento dos direitos que possuíam recebiam a notícia que não seriam ‘beneficiados’ pelos créditos agrícolas, vendiam a terra (o lote) e partiam para cidade – zona urbana de Rolim de Moura. Em alguns casos a falta de preparo técnico ou conhecimento em relação às atividades agrícolas forçava-os a se disporem do bem conquistado e ainda havia agricultores, os mais ‘aptos’ à agricultura e que tiveram a oportunidade de receber subsídios agrícolas bancários e aquisição de produtos, os inseticidas, por exemplo.

Isso ocorreu principalmente no trato com o café, em casas agropecuárias, pois, o resultado da produção sequer era o suficiente para pagar o montante tomado como empréstimo nas agências financeiras e muito menos ao comércio, onde os juros duplicavam sob os valores dos produtos comprados no início da safra. Aqueles que não venderam suas propriedades decidiram cortar as grandes extensões de café, e transformando estas áreas em pasto com criação de gado leiteiro e gado de corte de acordo com o padrão e ritmo de produção.

CAPÍTULO 3. ROLIM DE MOURA: ENTRE OS INTERESSES POLÍTICOS E ECONÔMICOS DO ESTADO E A HISTÓRIA REAL DOS MIGRANTES NESTA REGIÃO DE FRONTEIRA.

3.1 Origem do nome da cidade de Rolim de Moura.

É de conhecimento geral que todas as cidades recebem um nome homenageando grupos indígenas, uma determinada planta ou uma personalidade. A região onde a pesquisa ocorreu foi 'batizada' com o nome do primeiro governador da Capitania de Mato Grosso Antônio Rolim de Moura. De acordo com Canova (2008, p. 75-86), ele nasceu na Vila de Moura, no Baixo Alentejo, no ano de 1709. Seu vasto conhecimento em diversas áreas chamou a atenção do rei de Portugal D. João V, atribuindo a ele a missão de vir para esta região. Assim fez o nobre Rolim, obedeceu às ordens reais como bom vassalo português.

A autora pontua ainda que Antônio Rolim de Moura embarcou em Lisboa em fevereiro de 1749 e dois meses depois chegou a Pernambuco. Dali, em junho, segue ao Rio de Janeiro. Só no início do ano seguinte, dirige-se a São Paulo e depois a Cuiabá. Nesse trajeto, permaneceu na região de Cuiabá por quase todo ao ano de 1751 - de janeiro a princípio de novembro - se inteirando dos problemas da Capitania e tomando as primeiras providências administrativas. A 03 de novembro de 1751, D. Antônio Rolim de Moura partiu para as minas ao norte de Mato Grosso.

A 07 de dezembro chegou ao Guaporé e, no dia 14 do mesmo mês, estava no sítio de Pouso Alegre, o lugar em que seria fundada a futura Vila Bela da Santíssima Trindade, a primeira Vila-Capital de Mato Grosso, erigida a essa condição, em 19 de março de 1752, na margem direita do Guaporé.

A Vila-Capital foi erigida em terreno alagadiço, pois o rio Guaporé costumava derramar água em tempos de cheia. Porém, o lugar foi estrategicamente pensado e sua edificação consolidou o início da ocupação lusitana no extremo oeste da América portuguesa. Ali, em Vila Bela, passou a administrar a Capitania e muito se correspondeu com os seus superiores. Nos seus escritos, mostrou sua insatisfação com as agruras do lugar e deixou impressões sobre o ambiente e suas mais categóricas queixas, que nos serviram para elaborar um primeiro exercício, na compreensão do sentido da sua presença em um núcleo colonial lusitano no século XVIII.

3.2 Rolim de Moura: o centro das atenções para o Estado de Rondônia.

Ao fazer uma análise da sociedade rolimourense, buscou-se as causas que contribuíram para que Rolim de Moura deixasse de ser somente um projeto de extensão agrícola e se tornasse um grande celeiro madeireiro e agrícola atraindo para si interesses estratégicos no campo político e econômico do então Território Federal de Rondônia, que ao se tornar Estado em 1981, vê a necessidade de gerar receitas e quanto mais municípios, maior seria a arrecadação. Dados do Jornal "A Tribuna"[8] (09/06/1983) revelam que,

> Rolim de Moura representa em meados de 1983, 50% da carteira agrícola de Cacoal, que além das culturas de café, arroz, milho, feijão e mandioca, Rolim de Moura se constituí - se de uma importante região de reserva madeireira. Atualmente, o mogno e a cerejeira, encontrados na área, representam grande fonte divisas para Rondônia.

Neste caso, ao tornar-se município, geraria em termos econômicos e sociais benefícios para o Estado. Diante dessa situação constata-se que Rolim de Moura tornar-se-ia um ponto de referência até mesmo na questão geográfica, pois estaria garantindo a ocupação e o controle do Vale do Guaporé.

Em consequência disso, nota-se a presença do Estado a partir de 1980 na região, quando este inicia a abertura de estradas ligando a BR 364 com a RO 479, bem como a instalação de uma balsa no Rio Ji-Paraná na passagem para Rolim de Moura, o que possibilita conforme informações do Observador Amazônico[9] (Ano 3, fevereiro/março de 1980):

> Criação e a implantação da Vila Rolim de Moura com definição e topografia de ruas e avenidas e o distrito industrial, além da construção de 36 pontes de madeira, 01 escola com 05 salas, agência dos correios, CERON, TELERON, Delegacia de Polícia e um Hospital em Rolim de Moura, ainda distrito de Cacoal.

Esta estrutura viria minimizar problemas ocasionados pelas chuvas principalmente no que se refere à questão das estradas. Segundo noticiários do Jornal Alto Madeira (Janeiro de 1979),

> Devido às chuvas constantes, Comunidades ligadas a BR 364, como a sede do Projeto Rolim de Moura (Município de Cacoal em Rondônia) estão praticamente isoladas e que se não acontecerem dias seguidos de sol toda a área poderá sofrer violentamente com problemas de abastecimento básico.

---

[8] Ver anexo C, p. 132.

[9] A Revista da Amazônia – Circulação Internacional.

No entanto, a ação do Estado só se fez presente na região quando Cacoal fez reivindicações ao então governador Jorge Teixeira para que fizesse a abertura e conservação das estradas vicinais, via BR 364 – RO 479; RO 010 – entre Pimenta Bueno e Rolim de Moura e RO 383 (antiga Linha 208) – ligando Cacoal a Rolim de Moura, pois ambas faziam e continuam estabelecendo comunicação terrestre entre estas cidades.

Até 1979 e início de 1980 o inverno amazônico, isto é, o período chuvoso, de modo particular, a via de acesso possível era a aérea. Neste caso a vinda e a saída de pessoas a Rolim de Moura por este meio de transporte atendia a quem possuía certo poder aquisitivo, conforme lembra o casal Altamiro da Silva e Maria Teresa Tassi (Entrevista em 20/01/2010),

> E daí, aí veio as dificuldades do povo que não tinha prá onde ir... doenças! Aí a turma carregava nas rede que vinha prá Rolim de Moura e ia embora pra Cacoal de avião, se não tinha avião muitos chegava a morrer até na estrada. E nóis sofreu ali muitas vezes naquela pista de avião. Ali não adiantava ir de carro. Chegava lá não tinha ônibus que passava no rio, tinha que larga o carro lá. Tinha que ir de avião. E como a gente já tinha um 'alicercezinho', tinha um dinheirinho a gente ia de avião, mais e os coitados que ia a pé? A gente ia de avião e via os cara indo na 184 de a pé. Outros na 208. Não podia nem pagar um avião. Era cinco cruzeiro, a gente pagava de avião na época, mais era doze minutos estava em Rolim de Moura. Enquanto os coitados levavam o dia inteiro de lá pra cá. [*sic*]

Além das pessoas que faziam as vias de acesso a Rolim de Moura a pé, outras enfrentavam os atoleiros empurrando carros, caminhões de tora e ônibus que mais tarde vieram fazer o trajeto entre as localidades já mencionadas. Os migrantes que chegam até o ano de 1984 tinham a chance de ser contemplados na seleção para a aquisição dos lotes agrícolas. Sobre o assunto, a Revista Momento (1984) traz como encarte em uma de suas edições,

> Em 1984 o presidente Figueiredo entregou 3.700 títulos aos sem-terra, beneficiando agricultores assentados em diversos projetos nos municípios que resultaram da Colonização iniciada em 1970 pelo INCRA, entre eles está Rolim de Moura. A partir deste período o acesso à terra foi reduzido drasticamente.

Muitas famílias que vieram para esta região repetiram aqui experiências similares pelas quais haviam passados em seus estados de origem ou por onde passaram como relembra o casal Jorge de Souza Keler & Dicéia Vieira Keler (Entrevista em 21/01/2010):

> Primeiro a gente veio prá Rondônia prá poder a gente 'miorar' a situação porque lá no Espírito Santo a gente vivia em terra dos outros e era muito sofrido lá. É que quando a gente veio pra cá a gente não tinha dinheiro pra

> comprar terra. Em todos os locais onde moremos em Rondônia sempre trabalhemo em terra dos outros. [*sic*]

Sem terra para trabalhar a opção foi entrar no MST – Movimento dos Sem Terra - e ocupar fazendas, cujas terras eram devolutas, neste caso a fazenda “Morimoto” localizada em Alto Alegre dos Parecis.

Na tentativa de minimizar os problemas locais o governador da época, José de Abreu Bianco, ofereceu terras cedidas pelo INCRA, em Buritis. Dezenas de famílias se deslocaram para esta localidade com o objetivo certo de adquirirem seu lote de terra. Sr. Jorge de Souza Keler (Entrevista em 21/01/2010) em sua fala destaca:

> Nós foi em vinte e cinco famílias. Tudo já...alguém levou mudança quando foi. Nóis já tinha certeza da terra. Mais foi até uma surpresa que a gente teve porque foi diretamente o INCRA que entregou esta terra prá nóis lá. Quando o INCRA entregou esta terra prá nóis lá, aí loguinho com seis meses veio o problema. Quem não desmatasse, nós vamos tomar a terra [*sic*].

O processo se recria 20 anos após o início da colonização agrícola, em Rondônia, nos mesmos moldes onde o agricultor é forçado a desmatar, caso contrário poderia perder a posse definitiva da terra. Levando a crer que mesmo com todo um aparato e estrutura legal que pudesse contribuir para uma ocupação mais humanizada e equilibrada ambientalmente na região, o próprio estado cria obstáculos para que isso ocorra. Surge a contradição dez anos depois, quando o agricultor precisa manter-se na área por meio da abertura da floresta e este é barrado de acordo com as leis ambientais.

Estes fatos permitem compreender os interesses do Estado no desenvolvimento da região de Rolim de Moura e considerar as pretensões em relação à Amazônia, e neste caso, também para Rondônia uma vez que, mesmo não se sentindo parte da Amazônia, os migrantes em foco estão inseridos neste espaço geográfico. Tendo este aspecto bem esclarecido, o governo federal pleiteia diminuir a tensão dos grandes centros urbanos da época e ampliar os investimentos na indústria e mecanização agrícola nas regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Sabe-se que não havia emprego para todos que deixavam o campo e tinham a cidade como destino, ou seja, o êxodo rural é gritante, as cidades superlotadas gerariam uma série de conflitos sociais na luta por emprego, moradia, saúde e educação de qualidade, isto sem aumentar uma lista de benefícios para se ter uma vida digna.

Aqueles que não deixam a zona rural são pressionados pela mecanização do campo, forçados deixam o trabalho nas fazendas ou vendem as pequenas propriedades para grandes fazendeiros e veem nas propagandas do governo sobre as terras em Rondônia uma possibilidade de mudar a vida, era a chance de se tornar proprietário agrícola ou ampliar suas posses, já que geralmente as famílias eram numerosas e todos viviam da agricultura. Renato Ortiz (1991, p. 115) destaca que a ação do governo federal se desdobra, justamente por que,

> Trata-se de um Estado que é percebido como centro nevrálgico de todas as atividades sociais relevantes em termos políticos, daí uma preocupação constante com a questão da "integração nacional". Uma vez que a sociedade é formada por partes diferenciadas, é necessário pensar uma instância que integre, a partir do centro, a diversidade social.

O Estado brasileiro utiliza-se da mídia divulgando o slogan da "integração nacional" para fazer propaganda das terras ao Norte do Brasil, veiculando a ideia de que aqui os problemas dos agricultores seriam resolvidos. Mas, o que Pessoa (1988, p.65) apresenta é que,

> O tempo passando, o sul do Brasil superlotando-se e a esperança, então, estava contida, ainda, nesta parte norte. E, quando em 1975 o INCRA fazia entrega dos primeiros lotes de terras a agricultores excedentes de Cacoal, estes fundaram Rolim de Moura.

Tendo o Sul e o Sudeste do Brasil superlotado e graves conflitos sociais, o governo precisava urgentemente solucionar os problemas demográficos e sociais. A alternativa seria então divulgar por meio dos MCS – Meios de Comunicação Social - a existência destas terras e estimular a vinda de quem não tinha nada a perder em meio ao caos já estruturado.

Assim como a borracha, a construção de Brasília, por exemplo, esta medida controlaria os ânimos daqueles que estavam sendo 'despejados' de sua terra natal ou de onde havia escolhido para viver, ou melhor, sobreviver.

Outro motivo que trouxe um elevado número de migrantes a Rolim de Moura foi o prejuízo que muitos tinham na agricultura com as geadas principalmente nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ouvindo as histórias que chegavam de Rondônia, apresentando-a como uma terra promissora e favorável para quem desejava uma vida melhor, muitos resolveram vir trazendo suas famílias sem pensar em um possível retorno.

Entretanto, afirma Ortiz (1991, p. 118) o objetivo do governo e dos grandes empreendedores com o poder midiático em suas mãos era o desenvolvimento do mercado, isto é, os planos de desenvolvimento vinham imbuídos com seu sentido

social e econômico, assim, o poder da propaganda trouxe para esta região milhares de migrantes que cumpriam o dever do próprio Estado no sentido de ocupar e garantir o ‘progresso’.

Diante destas promessas, milhares de famílias vieram tentar a sorte, justamente porque, recebiam informações sobre de uma região em expansão. Estas notícias eram repassadas pelos migrantes que já estavam morando em definitivo e trabalhando no Projeto Agrícola Rolim de Moura e, assim, aos poucos constituiu-se “a produção de significado de identidade” (CASTELLS, 1999, p. 80).

No que tange ao assunto acima mencionado as visitas aos familiares deixavam os ‘turistas’, futuros migrantes, empolgados com o que viam neste lugar. As amizades e os colegas de trabalho eram fundamentais da decisão de muitas pessoas, isso porque, o amigo que conhecia aqui sabia do interesse dos que haviam ficado, mais uma vez as relações de compadrio favoreciam para que se instalassem aqui pequenas ‘colônias agrícolas’, cujos interesses eram comuns. Os caminhoneiros que trouxeram em seus fretes as mudanças também foram responsáveis em divulgar estas terras para onde voltavam.

3.3 Os caminhos percorridos e os percalços enfrentados na construção do espaço rural e urbano rolimourense.

3.3.1 A saga dos migrantes.

Em meados dos anos das décadas de 1970 e 1980, a região de Rolim de Moura era receptora de pessoas que não tinham ‘nada’ a perder nestes rincões da Amazônia brasileira. Homens e mulheres que tiveram como marca a teimosia, a luta, a persistência e a perseverança junto ao INCRA, em Cacoal, para que seus nomes pudessem estar na lista de agricultores, que possivelmente poderiam adquirir o lote de terra. Eles lembram que as terras eram direcionadas a quem o INCRA queria, isto é, para eles havia cheiro de corrupção.

De todos os estados e regiões brasileiras chegavam migrantes com diversos interesses, contudo, o que se destacava era a busca de melhores condições de vida, mais especificamente na questão financeira, por meio da posse da terra que os tornassem proprietários para que pudesse torná-la produtiva. Assim, adquirir terras para plantar, significa, trabalhar na lavoura simplesmente. Verídico é que a busca

pela terra se tornara uma realização pessoal e econômica, viabilizando o sustento da família.

No entanto, nem todos os migrantes que vieram a Rolim de Moura almejavam terras. Muitos tinham em mente o desenvolvimento comercial, perpetuando nesta localidade atividades que já desenvolviam em sua cidade e estado de origem. Outros ainda viam, aqui, a possibilidade de desenvolver seus projetos profissionais, já que nas regiões de colonização mais antigas, o mercado estava saturado e um meio de conquistar trabalho e emprego seria optar por uma região onde faltava gente especializada e mão-de-obra qualificada que pudesse suprir as necessidades, principalmente no que se refere à educação e à saúde pública.

Este público exercia inúmeras atividades conforme indica o gráfico (Apêndice D) que aborda as profissões dos sujeitos envolvidas na pesquisa. Em sua maioria eram agricultores, construtores (pedreiros), professores, costureiras, donas de casa, comerciantes, auxiliar de serviços gerais, mecânicos, motoristas, policiais, etc. Socorro (1988, p. 22) faz menção das atividades desenvolvidas por estas pessoas após fixarem-se em Rolim de Moura:

> Os migrantes, atualmente, ocupam-se também da construção civil, do comércio, alguns são motoristas, além do profissional liberal médio e superior. Por outro lado, pertencem ao grupo “não economicamente ativo”, prendas domésticas, estudantes e aposentados.

Os migrantes que colaboraram com a pesquisa foram unânimes em afirmar que chegaram primeiro em Cacoal ou Pimenta Bueno – Rondônia, para depois ocuparem a área que hoje pertence a Rolim de Moura. Não havia estradas para chegar a esta localidade, neste caso esperava-se que tão logo abrissem os trechos ainda cobertos pela floresta, pudessem ocupar as terras adquiridas.

Outros ainda vieram em detrimento da isenção fiscal, onde ficaram sem pagar impostos por um período de dez (10) anos. Proposta feita pelo então governador do Território Federal de Rondônia, o famoso Teixeirão, concedendo ao migrante a escolha do local em qualquer cidade entre Vilhena e Porto Velho, onde gostaria de fixar residência ou comércio, isso porque, os governantes não queriam que os brasileiros fossem para o Paraguai, onde também ocorreu distribuição de terras. Aliás, a pesquisa realizada, aponta dois casos de famílias migrantes que estiveram no Paraguai antes de virem para Rondônia.

A maioria dos migrantes que colaboraram com a investigação nasceram no Paraná ou tiveram este Estado como uma opção ao sair de sua cidade local. No entanto, lá perderam tudo o que tinham para o processo de mecanização do campo e/ou em virtude do latifúndio que fazia o percurso de estar comprando as pequenas propriedades para ampliar o domínio do agronegócio.

Contudo, nem todos que vieram para o Estado de Rondônia, e consequentemente para Rolim de Moura, foram contemplados com a distribuição de terras. Carlos Minc (1985, p. 44-45 *apud* OLIVEIRA, 1997, p. 100) destaca que,

> A maior parte dos migrantes que chegaram a Rondônia não conseguiram lotes nem no primeiro nem no segundo ano. Outros ganharam lotes em áreas sem qualquer tipo de acesso, distantes mais de 100 km das estradas.

Rolim de Moura se enquadrava na realidade apresentada e exigia dos migrantes longas caminhadas para que pudessem chegar aos lotes distribuídos pelo INCRA.

3.3.2 As longas caminhadas.

As experiências relatadas pelos migrantes entrevistados revelaram a luta árdua para se chegar à terra, ao lote. Era necessário encarar caminhadas quilométricas, já que não havia estradas e neste caso nem bicicleta, muito menos carroça seguia caminho do Distrito de Nova Estrela em diante. Era impossível o uso até mesmo destes meios de transporte. A pé e munidos de facão, foice e uma espingarda, eles adentravam a floresta cortando galhos, ramos e até mesmo pequenos arbustos que atrapalhavam as caminhadas. Geralmente o trecho percorrido a pé era de 50 a 70 quilômetros para se chegar a terra da qual se ‘tornariam’ proprietários.

A primeira situação vivida deste nível ocorreu com os migrantes paraibanos, que ao virem para Rondônia em fevereiro de 1976, acompanharam a família do Sr. Manoel Martins que morava em Cacoal, mas tinha terra na Linha 45 em Pimenta Bueno. Sr. José Souza da Silva, o popular ‘Zé Paraíba’ (Entrevista em 12/01/2010) lembra que a ida a esta localidade facilitaria o acesso à terra por meio de uma demarcação:

> Partimos, partiram pra 45, pro lote deles levando nóis junto pra fazer uma tal marcação pra gente poder adquirir um pedaço de terra. Aí viemos até Pimenta Bueno. De Pimenta Bueno lá na área da terra deles era 59 quilômetros. Aí tudo na base do pé dois que nem diz o ditado. Mas a coragem de voltar para trais à gente não tinha, sozinho no meio do mato,

> não tinha condições de voltar prá trás. Aí ficamos lá três, três pra quatro dias trabalhando lá fazendo as marcação [*sic*].

A princípio o desânimo abateu os três que não tinham o costume de estar na floresta e caminhar tanto, principalmente em meio à selva amazônica. Ao retornar para Cacoal, embarcaram para o Paraná com o objetivo de fazer as colheitas. Depois de 30 a 40 dias receberam uma péssima notícia. As terras demarcadas pertenciam aos fazendeiros, como afirma Sr. José Souza da Silva (Entrevista em 12/01/2010) um dos migrantes 'demarcadores' das terras: "a terra que nóis tinha recebido, a que nós tinha recebido não, a que nóis tinha feito a marcação já tava, era numa fazenda, na Linha 45, mas já tava grileiros, os fazendeiros já estavam tocando os grileiros de cima já. " [*sic*]

Isso não inibiu a vontade de voltar a Rondônia. Decidiram vir em definitivo quando souberam que o Sr. João H. Selhorst (*In memoriam*) já estava morando em Cacoal. Então, vieram do Paraná a Rondônia em cinco famílias, todas em um caminhão "pau-de-arara" e em Cacoal se uniram na luta pelo 'pedacinho de terra', sempre à espera da posição e encaminhamento do INCRA e seus nomes foram inclusos na lista de agricultores que conseguiram o lote de terra.

Na Roda de Conversa, ocorrida em 10/01/2010, o grupo trouxe a seguinte informação por meio da fala de um dos participantes, o Sr. Erotides Cesário que disse: "quem contribuiu muito para que isso se tornasse concreto foi do Sr. José Olímpio" [*sic*], funcionário do INCRA, esta ajuda foi fundamental, pois, as terras eram direcionadas a quem o INCRA queria, isto é, para eles "havia cheiro de corrupção [*sic*]. "

Neste caso, na fala do Sr. José Souza da Silva (Entrevista em 12/01/2010) é perceptível que a chance da aquisição da terra própria dependia da boa vontade de quem estava à frente do INCRA:

> Aí fomos no INCRA, o INCRA mandou esperar porque não tinha previsão. Aí ficamos por ali quando foi mais ou menos com uns 30 a 40 dias daí saiu esta terra pra Linha 164. Mas sem cortar por o INCRA, era uma terra só de, só tinha no papel, que nem diz o ditado, a gente tinha o documento que era um papelzinho, que eles davam um cartão que falava pra pegar a linha e ir atrás, mas como não tinha, até que o pessoal resolveram cortar e cortaram ela meia de qualquer jeito [*sic*].

Muito mais que o cartão que sinalizava a aquisição do título da terra[10], este grupo de agricultores percebeu que era necessário assegurar que as famílias com certo grau de amizade pegassem os lotes agrícolas em uma mesma localidade, neste caso a Linha 164. Neste caso é possível diagnosticar o que Amaral (2004, p. 83-84), denomina de reprodução do pequeno produtor brasileiro como um personagem insistente e também do compadrio. Sr. João H. Selhorst (Entrevista em 13/01/2010) rememora a seguinte fala que confirma tal situação:

> Naquela época ele, o José Paraíba estava com o José Carlos e o Erotide. Eu sei que o José Paraíba, o Erotide e o José Carlos estavam juntos aqui. Aí nós se ajuntemos lá, nós quatro: Vamos ver se nóis pega, nós tudo junto, porque nós somos conhecidos já, aí tá bom. Aí peguemos aquilo ali fomos lá, viremos, mexemos e conseguiram arrumar um cartão prá nós lá. Fomos examinar a terra [sic].

Sobre a questão do compadrio, José de Souza Martins (2009, p. 150) acrescenta:

> Embora tendencialmente migrem em família e até em grupo, há uma rede familiar mais extensa e viva que constitui a referência nesse movimento. Em cada etapa do deslocamento, os membros da família, os compadres, os antigos vizinhos já chegados, acolhem os que vêm depois e serão acolhidos mais adiante pelos que se foram antes.

Tais fatos marcaram não só a permanência dos migrantes agricultores da década de 1970 como também dos diversos profissionais liberais que vieram na década de 1980 para Rolim de Moura. Os dois momentos se caracterizaram por esta prática, pois, as pessoas vinham porque alguém, seja parente ou amigo, que já se encontrava na região, os encorajavam a vir.

3.3.3 Os Grileiros e as Orientações do INCRA.

Um dos desafios enfrentados pelos migrantes da década de 1970 foi a presença dos grileiros que já estavam em terras que o INCRA destinava aos posseiros que procuravam assistência do referido órgão. Em geral os grileiros faziam o caminho inverso dos migrantes agricultores que recebiam orientações do INCRA. Mesmo sendo agricultores, eles não buscavam ou tinham o INCRA como referência.

A primeira opção era ocupar as terras que fossem encontrando e demarcando–as sem qualquer orientação do órgão competente que representasse o Estado. Ao se deparar com estas pessoas nas possíveis terras dos quais tomariam

[10] Anexo D, p. 133.

posse, os agricultores tinham atitudes diversas. Entre elas merece destaque a fala do Sr. Altamiro da Silva e Sr. João H. Selhorst que se posicionaram a partir de suas ideias e convicções.

No caso do Sr. Altamiro da Silva (Entrevista em 20/01/2010) que havia adquirido lote na Linha 176, juntamente com seu sogro e cunhado em 1976 e feito a demarcação das terras conforme orientações do INCRA junto com o sogro e o cunhado, retornaram a Cacoal onde haviam deixado à família. Quando voltaram ao sítio perceberam que alguém estivera lá e se não bastasse havia trabalhado a terra.

> Esse lote aqui é meu, aquele dali é do meu sogro e o de lá do meu cunhado. Aí eu falei: mais tem uma derrubadinha no meu lote. Quem é que derrubou aqui... o Sr. Manoel falou: é um grileiro que entrou aqui. Um senhor com o nome de Levi, lá de Pimenta Bueno. – Eu falei: mais esse lote é meu. Olha aqui o documento dele. Eu já vim com o documento do INCRA. Na época dava um cartãozinho de endereço – 'Esse é teu lote. Você vai lá e cuida dele'. Deram direito pra ele. O lote era meu e eu tive que pagar sessenta mil pra ele. Até desocupar, pois, ainda retirou uma lata de café que ele tinha semeado lá num buraco do mogno. Não sei se semeia café daquele jeito. Eu tive que pagar tudo pra ele. O técnico agrícola não podia deixar o homem sem terra. Aí ele falou: Não senhor. Eu vou colocar o senhor na Linha 176. Lá o senhor Elias trocou a terra em um burro com carrinho. Ai eu falei: Olha aqui meu lote aí, trocou num burro de carrinho. Ai a gente veio pra cá. Trouxe gente para derrubar e fazer as coisas [*sic*].

As entrevistas complementam-se, pois, as falas indicam fatos de pessoas que chegaram à região de Rolim de Moura no mesmo período, mas em Linhas vicinais distantes umas das outras. O relato do Sr. João H. Selhorst (Entrevista em 13/01/ 2010), por exemplo, traz várias experiências dos locais aonde chegou e se deparou com este personagem típico de toda Amazônia:

> Primeiro fomos pro lado da Linha 06 em Cacoal, só que ali tinha 'grilo' demais, aí ficamos com medo daquele negócio ali, aí fui no INCRA, fui no INCRA, fui no INCRA até que enfim ele falou é temos que dar uma terra pra você porque 'cê' ta atentando demais. – Enquanto vocês não der terra ficamos atentando mesmo, eu falei pra ele. Aí foi até que daí eles deram o cartão. Nós fomos na 188 ali, seu pai veio pra frente aqui. Nós eu e o 'Berto' entramos na 188. 25 homens ali, mas, ninguém ficou ali. Ali era tudo grilo já, o que não era grilo já tem legalizado. Até o Km 10 era bom, mas, só que tudo já derrubado. Aí eu falei: olha pra mim não serve, eu não quero confrontar com este povo de jeito algum. Este povo estão querendo terra não é gente pobre, não é gente! Vê que é gente que precisa. Vamos voltar. O INCRA tem que dar em outro canto. Eu fui embora. Fui direto no INCRA de novo – 'lá se você não mudar lá eu não quero de jeito algum. Além da terra não ser boa é puro grilo'. Eu falei tem gente morando lá e eles precisam desta terra. Nós não podemos entrar no meio, confrontar com aquele povo [*sic*].

Em muitos casos os grileiros vinham para demarcar terra em nome de terceiros, empresas e fazendeiros são os exemplos mais clássicos. Eles registravam estes lotes agrícolas, ou seja, as terras demarcadas pelos grileiros em seus próprios

nomes. A visão que se tem hoje é que os grileiros em muitos casos serviam de ‘laranja’, de ‘fachada’, contribuindo direta e indiretamente para que se formasse e constituísse os grandes latifúndios agrícolas também em Rolim de Moura. Mesmo porque os agricultores ‘grileiros’ não conseguiam manter-se na terra demarcada por muito tempo, já que não tinham condições financeiras e técnicas para desenvolver atividades agrícolas como os demais agricultores que tinham em mente este objetivo.

Então, é visível ao analisar que havia dois grupos distintos de grileiros. O primeiro de agricultores de fato e o segundo de agricultores somente na aparência.

De acordo com tais informações obtidas por meio dos relatos dos migrantes, as ações do INCRA estavam vinculadas às decisões tomadas nos gabinetes e de acordo com os interesses atrelados ao poder do capital. Muitos depoimentos trazem algumas características notórias que vem de encontro com o tal ‘jeitinho brasileiro’.

Os depoimentos apontaram que as terras boas beneficiavam o capital e as terras fracas aos desprovidos financeiramente. Situação comum em Rolim de Moura no auge da distribuição de terras na década de 1970. Neste período o INCRA ‘segurava’ os melhores lotes agrícolas aos grandes detentores do capital, os fazendeiros e empresas do centro Sul do Brasil.

Em muitos casos o próprio órgão mantinha as propriedades de ótima localização e as vendiam a quem oferecesse um valor que rendesse lucros a funcionários do INCRA, cúmplices da corrupção implantada dentro de um processo de distribuição de terras, que deveria atender a massa excluída da reforma agrária em outras regiões do Brasil.

Tanto é que entre os migrantes contatados, há relatos que se encaixam com coerência e confirmam a existência deste fato na região de Cacoal e Pimenta Bueno. Entre eles merece destaque a fala do Sr. Francisco Paulo Vieira (Rede de Contatos, fevereiro de 2010),

> Fomos para Cacoal porque em Pimenta Bueno havia parado a distribuição de terras. Na realidade ocorria corrupção, ou seja, os representantes do INCRA diziam não ter mais lotes a ser distribuídos e segurava os melhores sítios para venda a quem tinha dinheiro. Os lotes bons eram deixados pelo INCRA para venda. Informados destes privilégios e sabedores de lotes sem donos fomos para a região da linha 208 pra ponhar trabalho na terra. Somente depois de três anos é que o INCRA veio fiscalizar e deixou tudo como estava. Isto é, fez vista grossa e não quis se complicar perante o fato [*sic*].

Este depoimento bem como de outros migrantes da rede de contatos que responderam o questionário cujos dados sobre suas funções profissionais estão expressos no gráfico (Apêndice E), faz menção a omissão de um órgão do Governo Federal que deveria atuar em favor das pessoas que realmente necessitam de terras, mas que por interesses pessoais garantia privilégios a grandes capitalistas.

Configurando a fala de Minc (1985, pp. 44-45 *apud* OLIVEIRA, 1997, p. 100) que também em Rondônia, a predominância é de empresas de médio porte, de capitais nacionais, sobretudo de origem paulista. Estas empresas eram privilegiadas e recebiam além dos incentivos fiscais, terras localizadas as margens da BR 364.

3.3.4 Década de 1980: O encontro dos migrantes com uma região menos hostil.

Diferentemente do grupo de migrantes entrevistados cujas histórias foram gravadas e transcritas, o grupo de migrantes que respondeu ao questionário aplicado, cujo quesito abordava o assunto o caminho por onde eles haviam passado e como chegaram às terras rolimourenses, nossos colaboradores trouxeram os dados que se divergem entre si e em outros momentos se complementam.

Para quem chegou na década de 1980 com a ideia em outros setores da economia, como é o caso do Sr. José Alberto Tiussi (Rede de Contatos, fevereiro de 2010), que veio direto a esta localidade para abrir uma indústria madeireira, setor movimentadíssimo na época, cuja fiscalização não tinha nenhum rigor, contrapondo-se a maior parte dos migrantes que vieram na década de 1970 e tiveram como primeiro ponto de moradia Cacoal, já que o INCRA não tinha a pretensão de distribuir terras nesta região. Isso só veio ocorrer quando as pressões dos agricultores se acentuaram e mesmo sem estradas cederam as terras e a própria população fez o papel de trilhar os primeiros caminhos em direção ao Projeto Rolim de Moura, extensão do PIC Gy-Paraná.

Houve casos como do Sr. Agnaldo José dos Anjos (Rede de Contatos, fevereiro de 2010) que veio direto para o município em estudo cujo interesse inicial era ocupar uma área rural que hoje pertence ao Município de Novo Horizonte, desmembrado geográfica e politicamente de Rolim de Moura em 1992 e de migrantes que ao chegar a Rondônia foram para Ji-Paraná, pois aqui, não tinha condições para morar.

A respeito das falas apresentadas, verifica-se que um grupo grande de migrantes vieram em função da fama do local na década de 1980, nesta lógica o destino para estas pessoas foi Rolim de Moura, principalmente para os comerciantes como é o caso do Sr. Isaías Caldeira da (Rede de Contatos, Fevereiro de 2010), proprietário da Loja de confecções e calçados Central Modas, onde ele e sua família compraram o terreno e o prédio da antiga Comercial COIMBRA, no preço de seiscentos milhões de cruzados novos (NCZ$ 600.000.00) e o Sr. Selmir Bergamin (Rede de Contatos, Fevereiro de 2010) também comerciante, que ressalta: “na ocasião em que cheguei, a principal atividade era a extração da madeira. E hoje, o que predomina é o comércio em geral, ou seja, o que predominava, hoje, está praticamente extinto [*sic*]. ”

O casal Lenir Bissoloti de Oliveira & Antônio Barbosa de Oliveira (Rede de Contatos, fevereiro de 2010), que veio para Rondônia na década de 1970, buscava emprego e um futuro melhor. De acordo com o relato a seguir, Rolim de Moura foi a segunda opção, após observarem que a terra em Pimenta Bueno não era propícia para o desenvolvimento agrícola:

> Chegamos a Rondônia em 1977 e ficamos no município de Pimenta Bueno, na linha capa 24. Meu sogro comprou o direito de posse do sítio para a família trabalhar. O nosso objetivo era ficar na roça, mas as terras nessa região são fracas para lavoura. Então, em 1981, resolvemos vir para Rolim de Moura em busca de outro tipo de trabalho, para melhores condições de vida para a família. [*sic*]

Dentro desta ótica observa-se que mesmo com o objetivo de ficar na roça, inúmeras pessoas desistem da ideia ao perceber o baixo teor de fertilidade e a fragilidade do solo em Pimenta Bueno, assim como em outras regiões do Estado de Rondônia. Este exemplo vem confirmar que, antes de chegarem aqui, os migrantes passaram em outros pontos de parada, neste caso outros municípios antes de optarem por vir ocupar estas terras.

Coincidência ou não, este dado foi constatado nas técnicas utilizadas no decorrer da investigação, as gravações, aplicação de questionários e análise de documentos existentes sobre a migração para este município apontam que é real a vinda de migrantes de outros estados para Pimenta Bueno, Cacoal e Vila de Rondônia, atual Ji-Paraná e outras localidades, para que depois pudessem vir para a região de estudo, conforme o gráfico (Apêndice F) sobre parada inicial dos migrantes antes de "optar" por Rolim de Moura. A vinda ocorreu para esta região

depois que as estradas foram abertas e permitia o acesso das pessoas que vinham com outros objetivos além da conquista da terra na região.

No entanto, dois casos resgatam um aspecto bem peculiar entre os demais. É o fato destas pessoas terem residido em várias localidades do Estado, para depois fixar moradia neste local de Rondônia. Nestas experiências, verifica-se que a necessidade da sobrevivência, a falta de trabalho e o não acesso à terra, forçaram estes migrantes a buscar uma alternativa, trabalhar em terras alheias, o que provocou uma constante 'migração'.

A esse respeito surgiu, no decorrer da pesquisa, o caso do casal Aparecido Gonçalves da Cruz & Marlene Justino da Cruz (Entrevista em 22/01/2010) que vivem em Rondônia desde 1973 e que, em vários momentos de sua fala, evidenciam que vem pelejando num canto, no outro.

> Um ano de serraria. Depois da serraria, fui cortar madeira, mudando, mudando, mudando. Trabalhamo em tudo quanto é canto ali. Trabalhava num canto, trabalhava no outro, até que chegamo até esta altura que estamos aqui agora [*sic*]).

O casal Aparecido Gonçalves da Cruz & Marlene Justino da Cruz (Entrevista em 22/01/2010), junto com os filhos percorreram um longo caminho para chegar a Rolim de Moura. Ambos vieram entre os anos de 1972 e 1973 com seus pais para Vila de Rondônia, atual Ji-Paraná. Casaram-se e em 1977 e foram morar na Linha 81, em Ouro Preto do Oeste. Em 1979, decidiram seguir para Linha 40, atual município de Mirante da Serra. No mesmo ano voltaram para Linha 206 em Ji-Paraná. A situação não melhorou e então, em 1986, mudaram-se para área rural de Castanheiras, que até 1992 foi distrito de Rolim de Moura. Por inúmeros motivos, deixaram Castanheiras e foram morar em Alta Floresta do Oeste e, deste 1995 vivem em Rolim de Moura.

Situação que se repetiu com a história do casal Jorge de Souza Keler & Dicéia Vieira Keles (Entrevista em 21/01/2010) que se tornaram 'caminhantes' em Rondônia, trabalhando em terra de terceiros até conquistarem terra própria. Eles passaram por Urupá, Ji-Paraná, Rolim de Moura daqui retornaram para Belo Horizonte-Minas Gerais. De Minas Gerais voltaram para cá, onde moraram nas Linhas 204, 200 e 176. Saíram de Rolim de Moura e foram morar na Linha 106, município de São Miguel do Guaporé. Depois regressaram a esta região, mudaram-se novamente em 1998 para Buritis onde foram assentados em definitivo pelo

INCRA. Em 2008 venderam as terras em Buritis e compraram uma chácara neste município, onde vivem atualmente.

Estes exemplos configuram uma das principais dificuldades pelas quais passaram os primeiros migrantes que, além do medo da selva, dos bichos ferozes e peçonhentos, tiveram problemas sérios para conquistar lotes de terra, posteriormente abri-los e torná-los prósperos. A não distribuição de terras nesta localidade, a falta de estradas, ausência de escolas, pontes, a travessia da balsa entre outras situações, a falta de estrutura médica, dificuldade nos tratamentos de saúde, o surto de malária e de outras doenças típicas da região eram comuns na época. Torcer para não ficar doente era necessário, pois, a assistência médica entre 1977 a 1980 existia somente em Cacoal.

Não havia energia, então, o ‘apagão’ era algo constante, água encanada e saneamento básico nem em pensamento. Os meios de transportes eram precários quando não andavam a pé, ou usavam o cavalo, a bicicleta, o trator, as caminhonetas, o caminhão de tora e na década de 1980 algumas empresas de ônibus vieram se aventurar na região.

Além das situações já mencionadas, o que vem na memória das pessoas é a lembrança dos atoleiros na época das chuvas, pois, nessa época havia dificuldade para se locomover devido às péssimas condições das estradas, reafirmando se não havia estradas, os meios de transportes eram precários. Isso parecia pequeno perto dos escassos recursos da maioria dos migrantes, sendo que em muitas vezes se praticou o comércio na forma de escambo.

Há 39 anos, se produzia e não se tinha como comercializar, não havia compradores e meio de transporte para o escoamento da produção agrícola, quando tinha um local onde deveria escoar a produção era de difícil acesso. Hoje, a dificuldade é a falta de preço e pouca produção agrícola. Em contrapartida, o município está produzindo em grande escala o leite, que é de valor nutricional muito baixo, em consequência de o solo não possuir sais minerais o suficiente que garanta qualidade ao produto.

Além de toda situação exposta, a não adaptação à região, principalmente no que se refere ao clima, à alimentação e à saudade da família que ficou para trás, fez com que muita gente desistisse da região, pois aqui era um lugar de difícil acesso e comunicação com o restante do país; tudo era através de cartas pelo correio, mas demorava muito para chegar ao destino.

Outro meio de comunicação “viável” era o rádio, porém, a emissora de rádio recebia muita influência de emissoras bolivianas e, mais tarde, a Rádio Nacional da Amazônia era o ela entre os migrantes e seus familiares em outras localidades do país. No final da década de 1980, a Rádio Educadora AM 1020, entre outros meios de comunicação.

O comércio era tímido e havia concorrência em relação aos já fixados. A não aceitação do comércio, mercadoria e freguês era uma prática comum. Na época, o trânsito de pessoas era intenso e os comerciantes não podiam confiar o crédito. No início, foram a falta de estrutura e de profissionais especializados, principalmente na área da saúde, que contribuíram para o retorno de migrantes aos estados de origem. A falta desta assistência acarretou na morte de dezenas, centenas e milhares de pessoas, não só em Rolim de Moura, mas, em todo o Estado de Rondônia.

A malária e os acidentes nas derrubadas foram os vilões neste período de ocupação das terras rolimourenses. Mostra evidente que a realidade encontrada neste recanto do país não foi a mais agradável. Segundo os migrantes entrevistados, havia muita mata, confirmando que, no primeiro momento, a extração da madeira era o “motor” da economia local. As casas construídas eram insignificantes numericamente, eram montadas a princípio em forma de barracas cobertas por lonas, indicando que o progresso com a madeira não significava o desenvolvimento da qualidade de vida de seus habitantes, a floresta fora devastada muito rapidamente e com o passar dos anos iniciais da colonização regional postos de gasolina começaram a ser instalados facilitando a vida de quem tinha um meio de transporte.

Esta situação passou por um processo de transformação entre o final da década de 1980 e início dos anos de 1990. A energia era gerada pelos motores, isto é, termoelétricas. Entretanto, isso não garantiu a permanência das madeireiras na região. Mato Grosso e Amazonas foram os refúgios para estas “empresas” madeireiras, pois, as florestas em Rolim de Moura desapareceram, mais de 80% foram destruídas. Demonstrando que a madeira não fomenta mais a economia local, pois, no final da década de 1990 muitas madeireiras foram levadas para outros locais onde a floresta poderia dar-lhes lucros.

Obviamente que este sinal de progresso hoje, em pleno século XXI tem outras motivações. Porém, sejam elas quais forem, transformaram Rolim de Moura na capital da Zona da Mata. Fora do eixo da BR 364 é a maior cidade como afirma

Carlos Santos (2001, p. 92) e faz parte da ‘terceira geração’ dos processos de emancipação política no Estado de Rondônia e está situada entre as dez maiores aglomerações, indicando sua atual situação de ‘boca do sertão’ para a corrente de povoamento que se dirige a ‘fronteira do Guaporé’.

Rolim de Moura “na realidade era inicialmente um projeto de assentamento agrícola, e não urbano”, como afirma Francisco Ferreira Moreira (Entrevista à Revista Ideias e Fatos, Ano I, nº 2, dezembro de 1998) que nasceu em Aurora, Ceará, veio para Rondônia passando por Ouro Preto D’Oeste, Cacoal e por último Rolim de Moura do qual foi o primeiro executor e administrador entre 1978\1979.

No entanto, a falta de terra permitiu que dezenas de famílias se estabelecessem nas proximidades do Rio Anta Atirada e do escritório do INCRA à espera de terras. Enquanto isso não ocorria, surgiram as primeiras casas, pequenos pontos de comércio, a Igreja, a escola, e a partir de então, o núcleo urbano de Rolim de Moura.

Assim sendo, há uma inter-relação entre fenômenos culturais e socioeconômicos que, por meio do impulso social gera a transformação do mundo via projeto intelectual. A cultura é, portanto, o resultado da intervenção da sociedade contrapondo-se as relações reais e materiais.

Neste caso, a cultura é chamada a desempenhar um novo papel social: de apaziguar e organizar a anarquia do mundo real dos conflitos e disputas sociais que segundo Freud (1974, p. 17-24) seriam apaziguadas pela civilização e a religião.

A religião em si teria, de acordo com Bourdieu (2007, p. 71) o poder da “unificação dos universos separados”, os diversos interesses envolvidos na busca pela posse da terra e os conflitos atribuídos a esta questão, bem como “a manutenção da ordem política” local. Estrategicamente ou indiretamente apaziguar as diversas situações seria a função da esfera religiosa.

Porém, Bourdieu (2007, p. 70), destaca que isso somente seria possível se “as diferentes instâncias religiosas dependem diretamente do peso dos leigos por elas mobilizados na estrutura das relações” aqui representados por migrantes das diversas partes do Brasil e que trazem consigo uma bagagem cultural já permeada pelas práticas religiosas de origens variadas.

3.4 As contribuições dos migrantes na consolidação da História e “cultura” local.

A vinda dos migrantes para Rolim de Moura propiciou a consolidação da História das pessoas envolvidas na construção deste ambiente permitindo que lancemos o olhar sobre as centenas e milhares de famílias que cruzaram o Brasil e edificaram suas vidas, implantando nesta vasta região padrões econômicos, políticos, culturais e de sociedade civil organizada muito similar aos quais como cidadãos onde nasceram ou tiveram a oportunidade mesmo forçada de fixar residência seja em um longo ou curto período.

Rolim de Moura em sua formação cultural possui o que denominamos de diversidade cultural como base central, haja vista que localmente bem como no sul e centro – sul do Estado de Rondônia foi composto por migrantes que vieram de todas as regiões do Brasil, cada pessoa trouxe consigo uma visão de mundo seja ela social-religiosa e outros costumes, tais como, a gostos culinários, danças típicas e práticas agropastoris conforme as tradições familiares, ou seja, “a diversidade cultural é um fator de enriquecimento” (ALVES & ALEIXO, 2011, p. 130/135) e se define como “intercâmbio entre diferentes culturas” (MOURA, 2010, p. 321).

Em terras rolimourenses as experiências deste intercâmbio cultural, do ‘encontro’ e do ‘desencontro’ foram frequentes, justamente porque a diversidade cultural permeou a vida de quem aqui está neste período de aproximadamente quarenta (40) anos. Isso fica esclarecido quando Vilhena & Siqueira (2001, p. 220) mencionam que,

> No âmbito histórico-cultural, o município de Rolim de Moura também se sobressai com expressivo potencial em decorrência, sobretudo do grande fluxo migratório – fator determinante da diversidade de manifestações culturais e folclóricas, presente nas festas tradicionais que integram o calendário de eventos cívicos, culturais e esportivos do município, a saber: os festejos juninos, o aniversário do município, a exposição agropecuária, os campeonatos e torneios esportivos de abrangência nacional, estadual, regional e municipal sediados no município.

Neste caso, os autores propõem discutir os aspectos culturais que regem a história do município de Rolim de Moura é fundamental, pois, ao rememorar as datas comemorativas, no caso do carnaval que acontece desde a chegada dos primeiros migrantes, mais especificamente desde 1979, permite uma visualização simbólica e imaginária de que aqui também é Brasil.

A percepção das diferenças culturais foi observada pelos participantes atividade denominada Roda de Conversa cujos dados relacionados as suas

ocupações dos participantes estão expostas no gráfico intitulado “Os Migrantes da Roda de Conversa e suas ocupações[11]. ”

Dentre os participantes, a menção aqui se refere a Antônio da Nóbrega (Roda de Conversa, 10/01/2010) funcionário aposentado da SUCAM-Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, responsável por fazer visitas às casas onde passava o veneno para eliminar os focos existentes de mosquitos transmissores de malária. Serviço prestado nos anos finais da década de 1970 e nos primeiros anos da década 1980, a população de Rolim de Moura, que no período pertencia ao Município de Cacoal.

Em suas visitas aos agricultores era possível perceber o modo de falar e expressões linguajares, que se diferem entre os descendentes de alemães que vieram do Espírito Santo, em relação aos migrantes que saíram de Santa Catarina e do Paraná, por exemplo, pois, cada grupo de descendentes de alemães tinha suas peculiaridades culturais.

A percepção das diferenças culturais – no jeito de falar: passar banha na ‘xana’, ou seja, passar banha na gata para não morrer pela contaminação do veneno e ainda a expressão ‘o cuzin’ está pronto, isto é, o cozido está pronto para o almoço, entre outros aspectos vivenciados entre os descendentes de alemães, que vieram do Espírito Santo em relação aos migrantes que saíram de Santa Catarina e do Paraná.

Considerando as características expressas no modo de falar, nas gírias e linguajares estes elementos vão incorporar à língua que de acordo com Giommi (2011, p. 281) “realmente cria o mundo no qual vivemos”.

No caso Rolim de Moura, assim como o Estado de Rondônia, vem se compondo culturalmente a partir da ideia de Bhabha (1998, p. 20) da “necessidade de compreender a diferença cultural” e se adequando, pois, é justamente aqui que a junção do híbrido trazido pela migração sob a visão de Alves e Aleixo (2011, p. 146) e o sincrético que faz esse povo diferente e singular. E a língua é o resultado de tudo e de todos que para cá vieram.

De modo geral a influência da língua está presente nas diversas atividades culturais existentes e expressas exatamente de acordo com os moldes em que os migrantes desenvolviam em suas terras natais, tais como: festas juninas, aqui, às

[11] Apêndice G, p. 126.

vezes julinas, neste caso, algumas coisas nos lembram do Sul, como: o quentão, a fogueira. Na culinária é muito comum aqui a moqueca de peixe capixaba, a bacalhoada, o churrasco, o chimarrão e o tradicional: arroz, feijão, bife e ovo. Há muitos nordestinos, 'os nortistas' e sulistas. Assim sendo, as adequações da culinária fazem-se necessário diante da realidade que está em fase de constituição.

As festas nas comunidades católicas na cidade e nas linhas são consideradas um marco em pleno século XXI. Enfim, houve uma adequação dos costumes e as diferenças culturais entre a terra natal dos migrantes e Rolim de Moura são poucas em função da reprodução das tradições feita na nova terra.

As adequações acima apontadas demonstram que os migrantes, de certa forma, segundo Hall (2003, p. 52;76) conviveram e tentaram construir uma vida em comum, embora o próprio autor caracteriza por definição, culturalmente heterogêneos. Constituindo um hibridismo cultural, haja vista que aqui as pessoas tiveram que rever, isto é, repensar seus padrões culturais.

Para Escosteguy[12], estes aspectos fazem parte das formas e práticas culturais integradas a um contexto intelectual, político, social e histórico específico e condicionado. Para Santos (2009, p. 8) há uma realidade cultural, pois,

> Cada realidade cultural tem sua lógica interna, a qual devemos procurar conhecer para que façam sentido as suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais estas passam. É preciso relacionar a variedade de procedimentos culturais com os contextos em que são produzidos.

Seja nos aspectos culturais ou no campo sócio-político e econômico, o progresso fantástico da 'capital da madeira' foi consequência do esforço consciente e arrojado da iniciativa popular, ou seja, a coragem dos migrantes que, de fato, acreditaram e apostaram na então Vila de Rolim de Moura, transformando-a em uma cidade que chamou atenção de muita gente e recebeu o título 'fenômeno amazônico'. O grau de confiabilidade na cidade foi um dos elementos que propiciaram o desenvolvimento.

Paulo Feitosa (Entrevista em 05/02/2010), faz menção quanto ao progresso rápido de Rolim de Moura:

> E Rolim de Moura de repente, quando Rolim de Moura, com um negócio de 4 a 5 anos já tinha energia, vamos dizer ali de 06:00h da tarde às 00:00h,

[12]ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Os Estudos Culturais. Disponível em <Http://www.pucrs.br/famecos/pos/cartografias/artigos/estudos_culturais_ana.pd>. Acesso em 22 de Janeiro de 2015.

> 01:00h da manhã já tinha energia, negócio de 4 a 5 anos. Depois nós já tínhamos energia o dia todo. Às vezes, havia escassez de energia que era pra poupar um pouco e em alguns lugares, em alguma região, que era para economizar em pouco de energia. Mas achei assim o progresso assim aqui evoluiu com muita rapidez. Vê que hoje na zona rural aqui em Rolim de Moura ou de qualquer município de Rondônia é a zona rural está toda energizada. Aqui em Rolim de Moura com um negócio de uns dez anos, quinze anos, já estava recebendo asfalto. As ruas de Rolim de Moura já estavam sendo asfaltadas. Com um comércio de grande porte que disputa de igual para igual com mercados de grandes centros. Na área da educação, em Rolim de Moura logo nos primeiros anos nós já tínhamos o segundo grau. As pessoas não perderam muito tempo. Aqueles que aproveitaram, não perderam muito tempo. Logo em seguida nós já tínhamos o Campus da Universidade Federal. De repente nós já tínhamos em 1989, Rolim de Moura tinha apenas seis e estava recebendo um Campus da Universidade Federal [*sic*].

É incontestável o desenvolvimento da cidade em diversos aspectos, tornando-a referencial para o Estado. Quando da sua emancipação política, o então Governador Jorge Teixeira de Oliveira fez a seguinte afirmação, conforme nos aponta o Jornal A Tribuna (06/08/1983)[13] "estava fazendo justiça a capacidade de trabalho e a fé desse povo que soube compreender que somente com trabalho, dignidade e honestidade, Rondônia chegará ao seu grande destino".

Outro detalhe importante relativo à Rolim de Moura é que desde sua emancipação assumiu o posto de capital da 'zona da mata'. Sendo, portanto, o centro comercial da região, mesmo que o ciclo da madeira tenha deixado de ser a principal fonte da economia local. Isso porque a cidade continuou sendo receptora da produção dos municípios vizinhos, conforme afirma Santos (2001, p. 141),

> O setor comercial de Rolim, apoiado predominantemente na atividade agrária da região tem apresentado uma notável evolução, tornando-se nódulo da área de influência do município, isto é, transformou-se em entreposto da região ao receptar a produção de cereais circunvizinha, com a intensa atividade do ramo de intermediação agrícola, além de seu centro de distribuição de mercadoria.

Assim sendo, o referido município tornou-se se um centro comercial para população da região, influenciando economicamente, sendo vital para o progresso do seu entorno como um todo, ou seja, das seguintes cidades de Santa Luzia, Alta Floresta, Castanheiras, Novo Horizonte do Oeste, Nova Brasilândia D' Oeste, São Miguel do Guaporé, Seringueiras e São Francisco do Guaporé. Todos colonizados por migrantes que anteriormente haviam passado por aqui, sendo Rolim de Moura, a cidade-mãe de pelo menos dez municípios.

[13] Anexo E, p. 135.

Em Rolim de Moura conforme afirma Bassegio & Perdigão (1992, p. 97), “O migrante aqui chega e não encontra orientação, fica amontoado em estações rodoviárias ou em galpões de igrejas, como acontece na paróquia de Rolim de Moura”.

De fato, estes migrantes ficavam à espera de trabalho no barracão da Paróquia Nossa Senhora Aparecida – Igreja Matriz. Boa parte foi trabalhar de ‘meeiros’ nos sítios localizados nas linhas vicinais, onde recebiam pelo trabalho parte da colheita do café e da lavoura branca.

Minc (1985, p. 44-45 *apud* OLIVEIRA, 1997, p. 100) destaca ainda,

> Estas relações de agregados e meeiros são muito importantes por que são base do trabalho e das diferenças que se estabeleceram. O meeiro se instala com toda a família no lote de um colono, enquanto aguarda receber lote, ou que o lote recebido se torne acessível.

O meeiro, após acumular um determinado valor, consegue comprar um pedaço de terra ou adquiri-lo junto aos projetos de assentamentos nas localidades já mencionadas. Entretanto, alguns deles adquiriram um pequeno lote ou chácara no local onde moravam, ou seja, na linha onde tinham residência fixa. Isso se justifica pelo fato de que a busca pela terra em outros municípios levá-los-iam a encarar experiências que, de modo geral, já haviam vivenciado – falta de estrada para o escoamento da produção agrícola, escola, atendimento médico (postos de saúde no mínimo), para “sanar” ou pelo menos minimizar o grande vilão que atingia a muitos: a malária, entre outras situações que poderiam causar sérios problemas econômicos e sociais.

Algo que ainda sustenta o agricultor que permaneceu no campo, na terra, é o companheirismo, ‘o compadrio’ tanto enfatizado por José de Souza Martins (2009, p. 150), pois, há uma teia de relações de parentesco e de compadrio se encarrega de difundir as informações sobre a localização de novas terras que ainda podem ser ocupadas.

Como consequência destas redes tornam-se apoio mútuo fazendo surgir as associações rurais que garantem essa proximidade dos colonos. Entidades estas ligadas e assistidas pelo STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rolim de Moura – Rondônia. Santos (2001, p. 136-138), resgata o sentido das associações para Rolim de Moura como inspiradoras do processo de participação política no campo.

Na prática o que vem dificultando a vida no campo é a desvalorização dos produtos agrícolas onde o plantio fora substituído pela produção leite e gado de corte com a instalação de frigoríficos. Grande parte dos agricultores desestimulados não desenvolve a produção das culturas permanentes, o café e as perenes – arroz, feijão e milho, pois o preço pago a cada saca é irrisório. No entanto, é muito característico de Rolim de Moura a produção e cultivo de hortifrutigranjeiros por pequenos sitiantes e chacareiros, que mantém as feiras livres e o comércio do município.

3.5 O auge da economia rolimourense nas décadas de 1970-1980.

Há registros históricos que trazem dados relacionados a Rondônia e seus “ciclos” econômicos que contribuíram no desenvolvimento e constituição do espaço regional bem como nacional deste o período colonial com a economia da extração das drogas do sertão, “o ciclo ou ciclos” da borracha, a extração mineral, a madeira, a agricultura, a pecuária, as ‘indústrias’ e recentemente as usinas de Santo Antônio e Jirau no rio Madeira. Como não poderia ser diferente, o grupo de migrantes em estudo também passou pelos picos econômicos ocorridos na região rolimourense, entre os quais se destacam neste período o áureo da madeira’ e da cafeicultura entre as décadas de 1970 e 1980.

3.5.1 Período madeireiro.

A madeira é considerada, até hoje, a primeira fonte de renda e sustento das primeiras famílias, que tinham necessidade de dinheiro de modo rápido e ‘fácil’. Porém, nem sempre ou na maioria das vezes o lucro desta matéria prima ficava com os moradores, ou seja, nem sempre beneficiou a economia local. Algumas das causas foram: os agricultores tinham como objetivo limpar, tirar da terra a madeira o mais rápido possível, independendo de quem iria ficar com ela, isso porque tinham urgência que o solo ficasse livre para o plantio de grãos e deste modo pudesse gerar alimentos, que permitisse o sustento da família.

Em conformidade com Amizael Gomes da Silva (1984, p. 123), João Batista Lopes foi um dos primeiros parceleiros que, segundo relatos orais eram os agricultores “contemplados” com os lotes agrícolas distribuídos pelo INCRA na região, e que teria afirmado que as colheitas eram abundantes, haja vista que nos

três primeiros anos, após a derrubada da floresta, era permitido afirmar esta proeza. Nos anos seguintes o solo perdia suas propriedades vitais, tornando-o pobre em nutrientes.

Havia um volume enorme de madeira nobre: mogno, cerejeira, cedro, perobas brancas e rosas, angelim pedra e angelim amargoso, caxeta e outras que eram extraídas e exportadas para os Estados Unidos, Europa, Ásia e outros países que necessitavam e ainda compram a madeira regional para manter suas indústrias. Tanto é que os madeireiros organizaram, em 1982, o COMAEX - Consórcio Madeireiro e Exportação Ltda. de Rolim de Moura. Na época, oito (08) madeireiras faziam parte deste consórcio, permitindo que os consorciados pudessem garantir a unidade da indústria madeireira na região. Há dados que indicam que neste período mais de 100 mil pessoas tenham passado pela cidade em função da fama que a madeira lhe trouxera.

Entre os entrevistados, muitos afirmaram que haviam informações em relação às muitas pessoas que vieram à região, lucraram o quanto puderam e voltaram para seus estados de origem. Isso justifica que esta atividade econômica foi a que mais gerou riquezas para o município permitindo dizer, também, que o lucro para Rolim de Moura foi uma realidade em um período de três (03) anos aproximadamente, já que politicamente pertencia a Cacoal. Fidélis Sobrinho (Entrevista à Revista Ideias & Fatos em 25 de janeiro de 1998) afirma que:

> No começo mesmo não tinha jeito de explorar a madeira. Não tinha estrada. Depois foi coisa de louco. Saiu muita madeira daqui. Muita gente ganhou dinheiro e muita gente deixou de ganhar. O pessoal fazia derrubada. Ai vinha um mais esperto e tirava as toras. Teve um cara de Cacoal que levou muita aroeira daqui. Ninguém se preocupava, ele vinha, tava derrubado e largado. Ele levou pra Cacoal [*sic*].

Dado este confirmado por Januário (2009, p. 53) quando menciona que, entre os agentes envolvidos nesse negócio, quem menos se beneficiou foram os colonos, que obtinham renda apenas pelo direito de explorar a madeira em seus lotes. Isso implica afirmar que em nome do capital as famílias migrantes eram obrigadas a se sujeitarem ao trabalho em meio à floresta. Muitos homens perderam suas vidas ao derrubar árvores, pois, não havia segurança.

A partir dos discursos apresentados evidencia-se que a exploração da madeira que valeu a Rolim de Moura o título de ‘capital da madeira’ sendo o município do estado com a maior extensão de florestas desmatadas. Segundo dados dos órgãos SEDAM /SEPLAN/PNDU, entre os anos de 1978 a 1993, o

município de Rolim de Moura tinha sua área devastada num total de 87,17%. Hoje, este número está na casa de 89%. Estas informações estão pautadas de acordo com Januário (2009, p. 53) em dados que revelam que a maioria das propriedades rurais de Rolim de Moura possuem 50% de sua área devastada, contrariando a Legislação em vigor no tocante a manutenção de reserva legal nos lotes rurais (Código Florestal/lei 2.166).

3.5.2 A Cafeicultura.

Com o declínio da extração da madeira muitos empresários do ramo deixaram Rolim de Moura em busca de novas áreas que lhes provessem a matéria–prima necessária para a manutenção da indústria madeireira. Os remanescentes do grande fluxo migratório após terem seus lotes limpos e sem a madeira optam por dedicarem-se à produção de cereais via agricultura tradicional. Nesse caso recriam no espaço rolimourense as técnicas cuja experiência os habilitava, ou seja, o plantio *a priori* da lavoura branca e do café, que aqui ocorreu de forma conciliada, já que o café é tido como uma cultura permanente, isto é, havia a rotatividade das culturas temporárias.

No entanto, a produção inicial sofreu em detrimento da falta de estrada, transporte para escoar a produção, local para armazenar e uma política agrícola que garantisse preço mínimo à colheita anual dos agricultores. Havia casos de atravessadores que se utilizavam desta falta de estrutura e pagavam o mínimo do mínimo. Muitos agricultores vendiam porque tinham que comprar outras mercadorias que a terra não provia.

Em relação a este aspecto, Sra. Maria Celimar Vieira (Rede de Contatos, fevereiro de 2010) fez a seguinte observação:

> No primeiro ano, em 1977, vivendo na Linha 208, plantamos e colhemos muito feijão e milho. Mas, a colheita levada até na ‘picada’ da Linha apodreceu, pois, não tinha estradas para escoar a produção e diante de tais fatos muita gente vendeu as terras, foi embora pra cidade ou comprou uma chácara perto da cidade. Quem permaneceu na terra investiu na produção cafeeira [*sic*].

Mesmo não tendo a prática da monocultura do café em Rolim de Moura, no período em estudo (décadas de 1970 – 1980), sua produção foi provavelmente o momento único vivenciado pelos agricultores entrevistados. Isso é visível quando na fala do Sr. Erotides Cesário (Roda de Conversa, 10/01/2010) “nesta época nós

ganhamos muito dinheiro". Realidade comum a todos que conseguiram construir uma casa melhor, deixando os 'ranchos' – casas de taipa e coberta de tabuinhas. Alguns conseguiram até mesmo comprar um carro, geralmente usado. Na época alguns pais de família tiveram a oportunidade de abrir uma caderneta de poupança para os filhos, como meio de guardar um dinheirinho pensando no futuro, mesmo porque as famílias eram numerosas e este era um meio de garantir um "pé de meia".[14]

3.5.3 A técnica do café em Rolim de Moura: uma reprodução cultural?

O café sempre foi um elemento que motivou as migrações, principalmente com sua expansão em São Paulo e norte do Paraná. Muitos brasileiros do Nordeste, do Espírito Santo e Minas Gerais foram em busca de terras férteis para a prática da agricultura cafeeira. Entretanto, segundo Martins e Vanalli (1994, p. 31-43) a maioria ia para estas regiões "na condição de mão-de-obra assalariada" não conseguindo, portanto, se tornar proprietário estes migrantes veem no "chamado Plano de Integração Nacional" a possibilidade de se tornarem grandes proprietários de terras conforme referência Martins & Vanalli (1994, p. 45) que os associam assim,

> Quando se deslocam para áreas de colonização, vão esperançosos de possuir sua terra para o cultivo, mas, na maioria das vezes chegam lá sem ferramentas, sem dinheiro, e não encontram por parte do governo um auxílio efetivo para realizar seu sonho.

A cultura do café e suas colheitas exigiam muito mais que as demais culturas agrícolas. Era necessário o preparo da terra, técnicas no plantio e na colheita. Além dos investimentos na construção dos terreiros, com um pequeno tanque para a lavagem do café, que depois era lançado aos terreiros de cimento, garantindo sua secagem. Semelhante ao que ocorreu nos Estados de São Paulo e Paraná, conforme Sônia Maria de Freitas (1999, p. 48):

> O café era plantado em sementes ou mudas alinhadas. Havia uma distância de três metros entre os pés de café e, tantos os novos quanto os mais velhos necessitavam de carpas regulares. A primeira colheita ocorria somente após 4 anos, tempo em que os colonos se ocupavam de atividades como: limpeza das roças com a extração de cipó e capim e derrubada de árvores para replantio; cultivo de outras culturas como milho, feijão e mandioca; conserto de cercas, etc.

[14]Expressão utilizada para definir uma reserva financeira que uma pessoa acumulou num determinado período.

Com as experiências adquiridas nesta atividade agrícola, principalmente nas grandes fazendas onde trabalharam nos Estados mencionados, os agricultores viram em Rolim de Moura um local onde pudessem desenvolvê-la. Aqui, as plantações de café poderiam se adequar melhor, já que não corriam problemas naturais, como a geada, por exemplo.

Entretanto, dois grandes obstáculos foram enfrentados: a queda do preço em função do grande montante de café colhido, seguindo a lei da oferta e da procura, bem como, o enfraquecimento do solo, forçando-os a cortar e exterminar grandes plantações de café em toda região de Rolim de Moura. O espaço que foi ocupado pela pecuária.

Becker (1990, p. 159) descreve a situação de Rondônia e em Rolim de Moura não foi diferente,

> Os estabelecimentos até 100ha produzem principalmente lavoura branca, diferenciando-se, quanto ao nível de capitalização, pela produção da lavoura comercial perene – café e cacau -, melhores condições de crédito, muito embora menos de 1/5 dos colonos tenha acesso ao crédito para essas culturas.

Todavia, mesmo os pequenos produtores que conseguiram o crédito bancário, estes tiveram seu poder de produção limitado, pois quando comercializavam o café, por exemplo, já estavam endividados com o banco e com a casa agropecuária e pouco sobrava para manter o cultivo desta cultura. E mais uma vez, em muitos casos a expropriação dos colonos de suas terras era dada como certa já que a venda da terra era o meio mais rápido de pagar as dívidas adquiridas e o valor com a venda do produto era inferior ao débito.

CAPÍTULO 4. ROLIM DE MOURA, TERRA DE MIGRANTES E DA DIVERSIDADE CULTURAL.

4.1 Rolim de Moura: espaço de homens e mulheres em busca de terra.

Ao abordar a questão da migração, logo se pensa em mudança, movimento e um dinamismo intenso, características estas inerentes ao elemento cultura. Santos (2009, p. 20-26) afirma que as culturas movem-se não apenas pelo que existe, mas também pelas possibilidades e projetos do que pode vir a existir, ou seja, as culturas humanas são dinâmicas, acompanhando os contínuos deslocamentos migracionais e seus desdobramentos principalmente “a quase tudo que pode ser apreendido em uma dada sociedade” (BURKE, 1989, p.25), pois ao se analisar os dois conceitos, ambos se complementam por intermédio das transformações sociais que ocorrem (CEVASCO, 2003, p. 11) e ao modo de vida (WILLIAMS, 1969, p. 305) que sofrem rupturas e se readéquam às mudanças, principalmente no campo econômico e que impulsionam os processos diásporos de milhares de pessoas.

Em decorrência do fator econômico e a questão da terra a migração para Rolim de Moura esteve vinculada ao processo da diáspora populacional para Rondônia, pois integra o PIC Gy–Paraná, que assentou milhares de camponeses que se aglomeravam em áreas que compõem os municípios de Cacoal, Pimenta Bueno, Ji-Paraná e Vilhena, permitindo afirmar que estas localidades não disponibilizavam mais de terras, haja vista que boa parte delas estava em mãos de fazendeiros, neste caso em áreas próximas a BR 364 e as áreas distantes eram destinadas aos agricultores sem técnica para trabalhar em terras localizadas nas áreas centrais do estado. Aqueles que não conseguiram terras nos referidos municípios recebiam terras em outros locais longínquos, em Machadinho do Oeste, por exemplo.

Aliás, a BR 364 que, em sua origem, recebeu o nome de BR 029 e, também, segundo Lima (2001, p. 131) denominou-se Rodovia das Onças e da Integração, foi o caminho que trouxe inúmeras famílias, que passaram longos dias de viagem na estrada. Geralmente levava-se de 05 (cinco) a 08 (oito) dias do local de origem de viagem até chegar a Rondônia. Diversas situações tinham que ser superadas. Calor escaldante, atoleiros de areia ou lamaçais em meio de transportes diversos entre os quais os caminhões ‘pau–de–arara’ que traziam de 03 (três) a 05 (cinco) famílias.

Em muitos casos tinham que dividir o espaço com a mudança e até mesmo com animais domésticos.

De acordo com Lourdes Kemper (2002, p. 48), a BR 364 em Cacoal, por exemplo, acolhia inúmeros grupos de migrantes. Para ela:

> A chegada desses primeiros grupos e a construção dos barracos chamava atenção dos que passavam pela BR 364. Muitos caminhões pau-de-arara paravam apenas para que as pessoas conversassem, mas os que aqui estavam tentavam convencê-los a ficar contando maravilhas, enfatizando que estas eram as melhores terras e que era fácil ganhar ou comprar um lote.

Entretanto, mal sabiam eles, que as terras em torno da BR 364 já tinham seus proprietários definidos. Era necessário sair e buscar terras em locais mais distantes. No entanto, para quem, de modo geral, sempre foi empregado em fazendas de café, farinheiras, serrarias ou, ainda, em virtude de a família ser grande e o espaço de terra ser mínimo para garantir a sobrevivência, o ideal era ter um pedaço de terra que, pelo menos, garantisse a base de uma vida digna: terra, moradia, alimentação, saúde, educação, estradas, saneamento básico entre outros requisitos pertinentes. Isso não quer dizer que encontraram tudo organizado.

Pelo contrário, foram os migrantes que abriram as estradas e construíram pontes, escolas, igrejas, entre outros símbolos que transformaram uma área que deveria ser essencialmente agrícola justamente por ser um assentamento agrícola e não urbano, em uma cidade que indicava prosperidade, conforme afirma o executor do INCRA na época, Sr. Francisco Ferreira Moreira (Entrevista à Revista Ideias e Fatos, Ano I, nº 2, dezembro de 1998)

> Na realidade, foi o povo que criou Rolim de Moura. No projeto do INCRA era só distribuição de lotes rurais. O povo foi chegando, abrindo as picadas até onde deveria ser o lote. Depois é que o INCRA fazia a demarcação topográfica. E esse processo aconteceu tanto na área rural como urbana. Quase não havia ação do governo. A abertura de Rolim de Moura se deu pela ação do povo. O governo não oferecia nenhuma estrutura. As pessoas iam na frente e o governo vinha atrás.

Conforme afirma Amaral (2004, p. 58), por meio de seus estudos, tal situação ocorreu em outras áreas de Rondônia, isto é, os próprios colonos passaram a ocupar as terras que eles mesmos iam demarcando ao longo das linhas vicinais, pois não tinha como esperar uma solução governamental. Tudo estava nas mãos da população recém-chegada. Na fala do Sr. João H. Selhorst (Entrevista em 13/01/2010), isso fica evidente quando ele relata a presença do governador Jorge Teixeira na Linha 164, para solucionar um problema relacionado ao traçado da

estrada desenhado por um Engenheiro autorizado pelo INCRA em 1978, que os próprios agricultores haviam pagado para que pudessem ter um caminho para se chegar aos sítios, já que as estradas só seriam abertas pelas máquinas do governo em 1980.

> Aquilo foi rolo que deu ali na linha; porque a entrada não era aquela que tem ali onde está; era prá baixo onde era a entrada da linha mesmo mais ali tinha o rio que cruzava três vezes. Aí virou um rolo, um rolo aí fomos no executor do INCRA; a turma estava fazendo pressão pra cima de mim, pra nossa turma. Aí o executor falou eu vou mandar o governador Teixeirão vim aí; ele vai resolver o problema pra vocês; aí tinha na entrada da linha lá onde é da entrada da linha mesmo era a mãe do 'Zé dos Anjos' que morava na entrada ali. Ela tinha um sítio bem na entrada; aí tinha um lugarzinho, não sei como é que foi, como ele conseguiu descer de helicóptero porque ali era pequeno tudo; helicóptero desce em qualquer terreiro. O administrador do começo de Rolim de Moura estava com o governador. Aí ele falou a estrada não vai passar reto não, porque não temos máquina ainda pra isso e essa aqui precisa de máquina pesada. Se um dia chegar fazer as vezes eu não vou fazer, as vezes é outro governador; só que provavelmente vai ficar onde está, porque do jeito que está ali gasta muito dinheiro e aí não é garantido, com enchente pode chegar e estragar tudo de novo, aí vocês fica a pé..." [*sic*].

As informações que se tem é que a picada da Linha 25 de Agosto findava na linha 172, dali em diante era mata virgem. A continuidade da picada só passou a existir a partir de 1978. Na época das chuvas, o trajeto Cacoal a Rolim de Moura e vice–versa era feito totalmente a pé.

4.2 A cidade de Rolim de Moura e suas origens culturais.

A respeito das falas apresentadas, verifica-se que a cidade no início, era um pequeno aglomerado de casas, tinha seis rodoviárias (*sic*), muita poeira, havia aproximadamente 200 serrarias (*sic*) e muita gente. Na fronteira, neste caso em Vilhena, as pessoas ouviam dizer que entravam por dia em Rolim de Moura seiscentas (600) pessoas. Naquela época, a energia aparecia das 18 às 24h, quando não quebravam os motores. O setor madeireiro era ativo. Todas as ruas eram de terra batida, sendo que às margens das principais avenidas 25 de Agosto e Norte e Sul havia poucas casas de moradias e alguns comércios. Isto é, existia o básico. Caracterizando-se assim por uma cultura urbana que, segundo Loureiro (1995, p. 55), é marcada por trocas simbólicas com outras culturas e locais onde a velocidade das mudanças é mais intensas que nas comunidades rurais amazônicas. Neste sentido, Santos (2009, p. 42), complementa, assinalando que:

> De fato, os processos de simbolização são muito importantes no estudo da cultura. É a simbolização que permite que o conhecimento seja condensado, que as informações sejam processadas, que a experiência acumulada seja transmitida e transformada.

Assim, ao aplicar o estudo da diversidade cultural em Rolim de Moura verifica-se que a cidade em fase de crescimento, com a chegada de muitos migrantes foi sendo transformada e composta por simbologias específicas e de acordo com as colocações de Bhabha (1998, p. 23/27) de “diferenças sociais” que estariam consolidando na criação de espaços culturais híbridos.

O local que tinha muitas matas vê casas sendo construídas de pau a pique. O centro era uma esplanada de ‘toras’, porque o forte era a madeira. As estradas, as picadas, eram abertas braçalmente. Na realidade, Rolim de Moura não era cidade, era só uma vila com muita poeira ou lama, dependendo da época do ano.

Mesmo com o fracasso da extração da madeira, a visão em relação ao comércio era otimista, pois, as condições financeiras eram razoáveis. Ao responder o questionário, o casal Lenir Bissoloti de Oliveira & Antônio Barbosa de Oliveira (Rede de Contatos, fevereiro de 2010) lembrou a fala de outros migrantes que aqui chegaram e que vivenciaram a mesma realidade, entre as décadas de 1970 e 1980:

> Rolim de Moura estava começando, as estradas era de chão, as casas eram feitas de tábuas e de chão, a maioria não tinha piso. No centro havia alguns botecos e tinha um bar que era ponto de ônibus, a Igreja Católica já existia era de madeira e nós participávamos das celebrações lá e batizei meus filhos na Matriz porque não havia comunidade nos bairros, surgiram bem depois. E eu sempre morei no bairro São Cristóvão mas minha filha mais velha se deslocava até o centro para estudar; hospital só tinha um e uma ou duas farmácias. O comércio gera em torno da madeira, eram muitas as serrarias, que gerava emprego para a população, até meu marido trabalhou na FRAMA uns três anos, depois passou a ser servidor da Prefeitura Municipal. Os rios eram limpos não havia poluição nas águas e tinha muita mata virgem, no tempo das águas chovia bem mais que hoje. [*sic*]

Outros aspectos apontados pelos entrevistados indicam que a cidade de Rolim de Moura origina-se de um agrupamento de pessoas nas proximidades do Rio Anta Atirada, à espera de lotes agrícolas a serem distribuídos pelo órgão competente. O povo constrói a igreja católica e a primeira escola dentro do vilarejo, ambas feitas de taipa e cobertas de tabuinhas. Em entrevista à Revista Ideias & Fatos, o Sr. Francisco Ferreira Moreira (Entrevista à Revista Ideias e Fatos Ano I nº 2, dezembro de 1998) afirma que a primeira escola, a Pereira da Silva e a Igreja católica surgiram em função da necessidade que os moradores tinham destas entidades. De acordo com os relatos orais, eles mesmos as construíram.

Culturalmente falando, havia indiretamente a necessidade de procurar localizar e entender os aspectos da vida social, não precisamente materiais, haja vista que a discussão de cultura, de acordo com Santos (2009, p. 40) está muito ligada à constatação da diversidade ligada à realidade da população migrante. Hall (2003, p. 55), acrescenta que a migração e os deslocamentos de migrantes constituíram uma “sociedade culturalmente mista”, estabelecendo o que ele denomina de “localismo”, que “surge em muitos locais”, a partir de várias circunstâncias. O localismo, segundo Hall (2003, p. 61-62), vem emergindo em muitos locais, entre os quais o mais significante é a migração planejada ou não, forçada ou denominada livre.

Assim sendo, a migração dirigida para Rolim de Moura se fez a partir de agrupamentos de pessoas com objetivos comuns. Para Santos (2009, p. 11), é fundamental observar que o destino de cada agrupamento esteve marcado pelas maneiras de organizar e transformar a vida em sociedade e de superar os conflitos de interesse e as tensões geradas na vida social.

Com o passar do tempo, as pessoas que aqui chegaram foram estabelecendo contatos (SANTOS, 2009, pp.12; 36-40) com outras culturas, as quais podem ter características bem diferentes, interagindo de forma a cumprir o objetivo cultural, isto é, dar conta de particularidade de cada realidade social, localizar e entender os seus aspectos e constatar a diversidade presente nesta localidade.

Na realidade, ninguém sabia a dimensão do vulto populacional, cultural e social presente em Rolim de Moura, que poderia transformá-la em uma vila sem grande expressão no Estado de Rondônia. Havia um descrédito muito grande em relação à região. Maria de Fátima Oliveira (Rede de Contatos, fevereiro de 2010), ao relatar fatos sobre a cidade de Rolim de Moura, diz que seu cunhado contou um fato ocorrido quando aqui chegou:

> Num final de tarde, quando todos se reuniram no acampamento à margem da picada onde hoje é a 25 de Agosto um dos homens que estava no acampamento disse assim ‘Ó gente, esse lugar aqui vai ser uma cidade de 4km x 4km, ela vai ser bem aqui, eu sei porque estava junto com o pessoal que veio medir.’ Todos riram do rapaz, disse meu cunhado e começaram a dizer em forma de gozação: ali vai ser o Banco do Brasil, mais ali na frente vai ser um mercado, e assim por diante. No dia seguinte, o rapaz, não suportando as “chacotas” deixou o acampamento e foi-se embora. Ao contar-lhe essa história o cunhado de Maria de Fátima acrescentou ‘Ele sabia o que estava dizendo’ [*sic*].

Um dos motivos do descrédito para o crescimento de Rolim de Moura estava em sua localização geográfica fora do eixo da BR 364, mas isso não obscureceu a coragem de homens e mulheres que logo viram, por meio do árduo trabalho, o surgimento do povoado e, nele, uma oportunidade de iniciar uma atividade comercial. Aos poucos, então, surgem os primeiros comércios – o mercadinho, a farmácia, o restaurante, a mecânica, revenda de baterias e outros pontos comerciais que tem seu apogeu com a extração da madeira, por meio das serrarias e, posteriormente, o café que ampliou os lucros, tanto para os agricultores quanto para o comércio local.

Os depoimentos divergem-se no que se refere à questão da fertilidade do solo para a produção agrícola. Mas, de modo geral, mesmo aqueles que acreditavam terem encontrado 'terra roxa' similar à do Paraná ou algumas faixas de terra com o mesmo tipo de solo no Mato Grosso, hoje, sabem que, para mantê-lo produtivo, é necessário corrigi–lo com nutrientes, calcário, fertilizantes, ureia, que são os mecanismos mais utilizados e, em muitos locais, nem isso resolve.

O solo só era bom quando a floresta fornecia, através das folhas, adubo suficiente, isto é, fortalecia superficialmente e o protegia. Quem confirma esta situação é a Sra. Olaídes Amaral da Silva (Revista Ideias & Fatos, 25/03/1999): "Tinha propaganda do governo. O governo incentivava, dizendo que a terra era fértil, que produzia bem. Tinha propaganda que o INCRA estava dando terra, que tinha financiamento. Mas chegava aqui e descobria que não tinha nada. "

Diante de tal realidade, centenas de famílias que não tinham condições em investir na terra, buscam outras formas de sobrevivência, aqui ou em alguma fronteira agrícola, seja em Rondônia ou no Mato Grosso, Acre e Amazonas, por exemplo, sempre almejando terra produtiva que pudesse dar retorno financeiro. Sr. Geraldino R. Jorge (Revista Ideias & Fatos, maio de 1999) lembra que:

> "Muita gente vendeu. Acho que só uns 10% permaneceu no terreno. Os outros 90% vendeu. Alguns, por causa das dificuldades, outros por que a política econômica do país muda todo dia. E ai os juros e as dificuldades obrigam o agricultor a vender o sítio. Dentro de pouco tempo já estava falido (*sic*)".

Quem permaneceu mantém um padrão de vida que aos olhos do mundo capitalista estaria hoje entre as classes C-D-E da sociedade brasileira. No entanto, eles se consideram ricos. Isso fica evidente na fala do Sr. Erotides Cesário (Roda de Conversa, 10/01/2010): "A grande mudança é que hoje estamos ricos, não de

saúde, porque estamos ‘estourados’ de tanto trabalhar. Mas temos terra, estradas, uma casa, um carro ou moto para se locomover. Não precisamos andar quilômetros e quilômetros a pé” [*sic*].

4.3 A mulher migrante: educação, olhares, saberes e perspectivas.

Ao abordar a questão da mulher, no contexto das migrações, geralmente se discutem os assuntos relacionados às atividades desenvolvidas por elas. Nesse sentido, Amaral (2004, p. 105) associa a esposa do chefe da família às atividades domésticas e na criação de pequenos animais no Peri-domicílio, enquanto os demais membros da família trabalham na roça. No entanto, esta realidade não se repetia em todo Estado de Rondônia, na homogeneidade. Pelo contrário, há diferenças no que tange a esse assunto, em detrimento à posição social da mulher, ou seja, havia distinção entre as mulheres que tinham seus afazeres somente no perímetro do domicílio e as mulheres que, além destas atividades, se desdobravam no trabalho braçal de modo particular no período das colheitas.

A mulher migrante, geralmente, estava condicionada ao casamento, em seguir as decisões do marido. Onde ele fosse ela deveria ir, indicando que na maioria dos casos que, quem pensava e decidia, era o homem. A visão das mulheres migrantes em relação às atividades diverge quanto sua situação financeira, principalmente no que condiz ao cuidado dos filhos, enfrentando as dificuldades, morando em barraco, cozinhando em fogão de barro, cuidando e protegendo a família, dos animais domésticos, da horta e também indo ajudar nas colheitas de arroz, café, feijão, entre outras atividades. Quando os companheiros saiam de casa para abrir o lote a quilômetros de onde residiam, a mulher ficava sozinha. Neste caso, Sra. Olaídes Amaral da Silva (Revista Ideias & Fatos, 25/03/1999) lembra que “a mulher sofria porque tinha que ficar sozinha. Não tinha recurso. Não tinha energia. Eram as mulheres que enfrentavam tudo, com a criança doente e tudo o mais”.

A mulher era o suporte para os homens, em todos os sentidos: no apoio moral, no sustento e apoio aos filhos, enfim, a mulher foi a base de muitas famílias no processo de colonização. Ela desenvolvia todo tipo de atividades, inclusive o trabalho braçal para abrir as propriedades, na lavoura desde o plantio até a colheita das lavouras, ou seja, as mesmas atividades praticadas pelos homens. As mulheres

sempre exerceram cargos de lideranças nos trabalhos das comunidades, como nas pastorais e até na política, lentamente, mas, estão ocupando seu espaço. Na educação, as mulheres foram às primeiras educadoras na região, outras já estabeleciam algum tipo de comércio.

Tal constatação foi confirmada, em uma entrevista junto aos proprietários de uma loja de confecções e calçados, na qual eles afirmaram que as mulheres têm feito muito, são entusiasmadas no trabalho e nos estudos, a mulher está estudando e especializando-se, pois, a parte feminina da população se preocupa mais com a formação. Ela tem ocupado a cada dia mais trabalhos ditos masculinos, por exemplo, nos postos de gasolina, laminadoras, laticínios e frigoríficos, quando não como boia-fria na colheita do café e 90% dos crediários estão no nome de mulheres.

Este reflexo é perceptível também na educação local, resultado em grande parte da ação das mulheres guerreiras, que encararam os desafios de ensinar as dos pioneiros que aqui chegaram, enfrentando obstáculos postos, tanto no que se refere à estrutura física e material quanto às limitações de sua própria formação escolar. A adaptação ao meio foi primordial para que houvesse a superação das dificuldades e o reconhecimento do outro, bem como o respeito às diversas culturas experimentadas no contexto investigado, onde seria preciso acolher os diferentes conhecimentos trazidos por estudantes, filhos de migrantes do Sul, do Sudeste, do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste brasileiro e que tinham na bagagem cultural a apreensão dos seus sentidos respectivamente ligados as regiões de origem, pois com base em Oliveira (2011, p. 117),

> Respeitar os saberes dos educandos significa respeitar a sua forma de expressar, a sua linguagem, os saberes culturais apreendidos em suas práticas sociais, como os da religiosidade, da saúde, enfim, respeitar a sua cultura.

Isso, sem contar que aprender a trabalhar em meio a tantas turbulências, distância da formação e da infraestrutura foi a opção de todas as pessoas que assumiram o papel de ensinar. Era necessário elaborar materiais de acordo com que a natureza oferecia. Então, as cascas e sementes de árvores, como o mogno e cerejeira; terra e serragem de diversas tonalidades, por exemplo, eram utilizados na produção de giz de cera, resultante da tinta extraída era misturada a parafina, sendo esta mistura depositada em mangueiras doadas pelos médicos que já tinham se instalado na região. Assim sendo, Oliveira (2011, p.118) assinala que,

> Em sua relação com a natureza o ser humano cria formas de ser e de viver diferentes, constituindo-se a experiência social da cultura. Ao transformar a natureza dando-lhe significado, homens e mulheres fazem-se no mundo como seres culturais.

As agências bancárias repassavam para estas professoras, bobinas de papel usadas em calculadoras e, deste papel, surgiam cadernos, papel sulfite, e outros materiais entregues às crianças, para que pudessem ter onde copiar os conteúdos trabalhados pelas professoras e produzir seus desenhos. Conforme referência de Moreira & Candau (2003, p. 2),

> Certamente, em muitos casos, a ausência de recursos e de apoio, a formação precária, bem como as desfavoráveis condições de trabalho constitui fortes obstáculos para que as preocupações com a cultura e com a pluralidade cultural [...].

As dificuldades não paravam somente na falta de materiais. O treinamento, para estas professoras, bem como o pagamento de seus salários era feito em Porto Velho. Com o passar de alguns anos, Cacoal centralizou as duas atividades, facilitando a vida destas mulheres que andavam a pé, a cavalo, de bicicleta, entre outros meios de transportes, em busca de formação no magistério e por meio da qual pudessem aprimorar a prática pedagógica junto à comunidade escolar. A todas elas, temos uma dívida muito grande de gratidão.

É possível estabelecer um paralelo do papel da mulher nas atividades educacionais desenvolvidas aqui em Rolim de Moura com a afirmação de Heleieth Saffioti (2013, p. 325), quando ela se refere à vocação profissional das mulheres, pois a sociedade decidiu em que setor das atividades econômicas seria aproveitado a força de trabalho feminina, ou seja, principalmente na educação, haja vista a concepção de que a mulher tinha e continua tendo um trato melhor com as crianças, reproduzindo na sala de aula o papel de mãe.

Entretanto, ainda há mulheres como Maria de Lurdes Rocha (Roda de Conversa, 10/01/2010) que, em função da formação religiosa recebida, vê o casamento como estado de graça e felicidade. Mesmo defendendo a ideia do casamento para toda vida, as coisas foram difíceis. Segundo ela, hoje, “as mulheres têm o acompanhamento do pré-natal, o chá de bebê, o salário maternidade, a licença maternidade, entre outros benefícios” [*sic*]. - Em sua simplicidade, confirma um fato que ocorre com muitas mulheres: a falta de estudo. Chegando a dizer que “sem estudo a gente está no mundo para ver os outros viver... eu vou fazer de tudo para que minha filha estude” [*sic*].

A fala de Maria de Lurdes Rocha (Roda de Conversa, 10/01/2010) nos remete a Zélia M. M. Biasoli-Alves (2000, p. 235), quando menciona que a mulher em si está sob o domínio, isto é, a 'submissão', pois este tem sido o papel exercido por excelência pela mulher durante os séculos XIX e XX, e continua presente em pleno século XXI. Em muitas comunidades rurais de Rolim de Moura, ainda há quem pense que as jovens precisam de um marido, e, sobretudo, fazer um bom casamento, com um rapaz de 'bom partido'.

Em síntese, a mulher migrante de Rolim de Moura caracteriza-se como milhares de mulheres em Rondônia e no Brasil, que se despojam de sua própria vida em prol dos seus esposos e filhos. Isso é possível ser observado nos inúmeros casos de mulheres que tiveram a oportunidade de estudar, mas em função da decisão, geralmente dos maridos, de virem para Rondônia, abandonam tudo para segui-los. Corroborando com essa ideia, Biasoli-Alves (2000, p. 236) complementa,

> Também se observa que, com raras (e muitas vezes criticadas) exceções, a mulher prioriza a sua vida doméstica, mesmo tendo conseguido obter um diploma (universitário) e um emprego, deixando tudo de lado quando se casa ou chegam os filhos, o que evidencia o papel principal do homem dentro da família, que é o de provedor de todas as necessidades materiais. Este comportamento 'de renúncia' por parte da mulher é valorizado; sendo dever dela 'se dedicar' aos seus'.

Tal constatação aproxima-se do passado, quando as mulheres circulavam sem medo de ganhar a vida, seguindo seus companheiros na luta pela sobrevivência (DEL PRIORE, 2000, p. 10-21); as mulheres que vieram para cá tiveram a mesma prática, superando inúmeras dificuldades, tais como a distância e saudade dos familiares que ficaram em sua terra natal, o cuidar dos filhos e dos problemas de saúde sozinhas, enquanto os companheiros iam cumprir a árdua missão de abrir os lotes, o trabalho pesado no campo, conciliado com os afazeres domésticos como frisa a autora, com os trabalhos braçais na roça, puxando a enxada, ao lado de irmãos, pais ou companheiros, faziam todo o trabalho considerado masculino: torar paus, carregar feixes de lenha, cavoucar, semear, limpar a roça do mato e colher.

Na Zona Rural de Rolim de Moura, unir as atividades do lar e o trabalho na roça era prática considerada normal para os padrões da época. A Sra. Maria Celimar Vieira Rolim (Rede de Contatos, fevereiro de 2010) fez esta experiência junto com suas irmãs, na Linha 208, lado Sul e relata "as mulheres desde meninas trabalhavam na roça de segunda a sábado. Pilar arroz era função delas. Elas tinham

que lavar roupa na beira do rio" [*sic*]. Informações estas confirmadas por Gonçalves (2001, p.178) quando menciona que as mulheres eram responsáveis pela busca da água e da lenha, bem como do tratado do roçado.

Esta colocação vem de encontro com a fala de Del Priore (2000, p. 16) que amplia a discussão pontuando que além das atividades já mencionadas, todas as mulheres eram e continuam sendo responsáveis por cuidar de uma pequena horta a volta da casa e da criação de galinhas, na produção de sabão, fazer farinha de mandioca, pilar arroz e café, além de torrar o café, entre outras atividades dependendo da distância que a localidade está do centro urbano. Quanto maior a distância da cidade mais estas atividades eram comuns.

A situação feminina no campo em Rolim de Moura ficou melhor depois que veio a associação rural com a máquina de limpar arroz, quando os cursos ditos femininos, como o de pintura, chegaram às comunidades rurais e, principalmente, com a abertura da comunidade religiosa, que ajudou muito as mulheres. Elas se sentiam acolhidas e afetivamente apoiadas umas pelas outras.

Em conformidade com Gonçalves (2001, p. 182), uma acolhida real e efetiva desdobra-se em esforços pelo fortalecimento das lutas populares, seja no sindicato e em associações, seja nos movimentos sociais e organização de base, isto é, vem ao longo de quase quarenta anos contribuindo de certa forma na "superação" da ausência dos familiares que ficaram para trás, em sua terra natal.

Essas premissas apontam que, muito além de enfrentar estes desafios e saná-los, outro problema ainda maior e comum na época era a aquisição da propriedade de terra em nome das mulheres. Esse direito só foi conquistado com a Constituição Federal de 1988 que, no Art. 189, Parágrafo único quando menciona "O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem e à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei". Assim sendo, deu-se então, às mulheres do campo, segundo a análise de Del Priore (2000, p. 17) o direito de registrar no seu nome os títulos de propriedade da terra. Direito até então negado.

A insatisfação se generaliza quando o assunto é atendimento médico, principalmente no que diz respeito ao pré-natal que, na época, devido à falta de acesso aos meios de comunicação social, a mulher nem sabia que existia este acompanhamento especializado e acabava por não o fazer. A Sra. Marlene Justino

da Cruz (Entrevista em 22/01/ 2010), mãe de sete filhos confirma essa informação quando diz:

> Nada! Nenhum fez acompanhamento. Nunca fez nenhum ultrassom. Nunca sabia nada. Quando fiquei grávida da Cristiane só fiquei sabendo que eram duas crianças quando nasceu. Nem a parteira sabia que era. Ela que era entendida não falou que era duas. O médico que consultou também não falou que era duas. Nem pediu nada. Não pediu exame nenhum [*sic*].

Este é somente um exemplo para identificar uma realidade em que muitos partos colocavam em risco a vida da mãe e da criança. Muitas mortes aconteceram justamente por não ter atendimento médico em Rolim de Moura. A melhor alternativa era recorrer a Cacoal. Nesse meio tempo, a mulher grávida não aguentava e vinha a óbito como relata a Sra. Maria Teresa Tassi (Entrevista em 20/01/2010):

> O mais triste foi que uma vez que a menina da farmácia que tinha. Ela era parteira. A mulher chegou passando mal pra ganhar 'nenê'. Tinha passado da hora. Ela falava: salva pelo menos meu filho. Salva pelo menos meu filho. Ela falava. E não tinha jeito. A parteira tentou de todo jeito e não tinha mais jeito. Ela falou: leva pra Cacoal. Mas, quando chegando, passando mais ou menos perto de Cacoal ela morreu. Foi uma coisa triste. Ela pediu pra salvar o filho dela. Nenhum dos dois. Nenhum escapou [*sic*].

Estes casos expressam bem a situação em que as mulheres se envolveram em nome de uma vida digna. Em busca de terra. Não havia o mínimo de estrutura que pudesse garantir a elas um atendimento pelo menos regular. Elas foram expostas a um mundo desumano. Sem que a própria vida pudesse ser preservada.

No campo das realizações pessoais, as mulheres migrantes se dividem em dois grupos antagônicos. No primeiro classificam-se as mulheres agricultoras aposentadas e uma dona de casa com Ensino Médio completo, cujos sonhos se materializam na realização pessoal dos filhos. Isto significa dizer que suas expectativas se concentram em tudo de bom para eles, seja por meio de um bom casamento, do estudo, de emprego, salário ou a aquisição da casa própria e do automóvel. Isso fica evidente com a seguinte expressão, da Sra. Marlene Justino da Cruz (Entrevista em 22/01/ 2010) ao dizer: "É uma vitória mesmo. Uma vitória ver meu filho ter o carro dele" [*sic*].

Elas não pensam em estudar, iniciando do zero ou continuar de onde parou, garantindo e ocupando seu espaço na sociedade. Sair do anonimato. Isso se deve principalmente, a aposentadoria que recebem de um salário mínimo. Por isso, não se preocupam em estudar e se ocupar com outras atividades. O dinheiro da aposentadoria significa liberdade e independência financeira para este grupo de mulheres que sempre dependeram das atividades agrícolas e das colheitas anuais

para adquirir seus pertences pessoais, tais como roupas, calçado, perfume e outros objetos particulares.

Entretanto, há outro grupo de mulheres que estão ativas no mercado de trabalho independente se estão ou não aposentadas. Elas almejam uma formação para si mesma e por meio do trabalho em que atuam, vem contribuindo na sustentação dos filhos e dos gastos domésticos. Neste grupo está presente uma professora aposentada e empresária no setor educacional, uma professora universitária aposentada, uma professora universitária, duas funcionárias públicas e uma auxiliar de serviços gerais de uma empresa terceirizada. Superando de algum modo a imagem da mulher, considerada segundo Biasoli-Alves (2000, p. 239) um:

> Ser frágil necessitado de proteção, sob o domínio dos sentimentos (do nervosismo), atuando na intimidade e presa aos cuidados com a prole, ganha outros contornos que fazem dela um ser em construção, na busca de seu desenvolvimento e da realização de suas potencialidades.

Isso fica evidente, pois, embora tenham suas vidas resolvidas econômica e socialmente, também são mulheres como as demais. A felicidade delas está literalmente ligada ao progresso dos filhos. Como de práxis, as mulheres mães serão mães em todos os lugares e classes sociais. Assim se destaca a fala da Sra. Benta Idavina Ferreira P. Peres (Entrevista em 23/01/2010) “Eu vim com minhas filhas pequenas. Hoje elas são empresárias e eu tive a grande felicidade de que elas tendessem para o lado da educação” [*sic*].

Na realidade, isto justifica o papel da mulher está envolto de valores culturais arraigados na sua história, haja vista que para Biasoli-Alves (2000, p. 239) os valores acham-se entranhados na cultura e sua assimilação é lenta, constante e profunda, de tal modo que transformações drásticas levam muito tempo para se efetivarem, em um país cuja sociedade ainda tem raízes patriarcais e machistas.

4.4 “Rolim de Moura: um mosaico cultural”.

No decorrer das entrevistas e análise dos dados obtidos junto aos migrantes, neste trabalho, e em outros materiais que trazem o mesmo método investigativo, foi possível detectar dados comuns em suas vidas que refletem o processo de exclusão causado pela má distribuição de renda no Brasil e o caminho percorrido por estas pessoas até chegarem a estas terras e conquistar em definitivo seu lote, na tentativa

de reproduzir as experiências camponesas adquiridas em outras regiões do país, de modo particular no sul.

Isso fica explícito no gráfico (Apêndice H) que aborda o retrato do Brasil em Rolim de Moura onde há casos múltiplos de migrantes de origens diferentes, mas, que passaram por diversos caminhos, em busca de tornarem-se proprietários de terra efetivamente, pois, o agricultor não quer perder sua identidade propriamente agrícola. Segundo Amaral (2004, pp. 83-84), o pequeno produtor brasileiro que aqui chegou, é um personagem insistente, a terra, agora tornada estranha e hostil, obriga-o a migrar, a buscar terras, mesmo que distantes de seu lugar de origem, onde possa se reproduzir enquanto tal, reproduzindo suas identidades culturais, contribuindo desta forma para a diversidade cultural se tornasse mais complexa e com características próprias do hibridismo cultural, adaptando-se aos novos padrões que em Rolim de Moura vem se constituindo há quase quatro décadas de história.

Considerando este período pós-ocupação e colonização de Rolim de Moura, constata-se que se criaram laços de amizade e uniões, casamentos entre jovens migrantes que vieram de inúmeros estados brasileiros, constituindo-se novas famílias e resultante dela uma nova geração, ou seja, “os filhos da terra”. Isto é, a mesma terra, que acolheu os avós, os pais e agora garante também a vida e a sobrevivência de crianças, jovens, homens e mulheres que constituem o rosto miscigenado, uma sociedade multicultural que conforme afirma Damázio (2008, p. 63-86) aqui é compreendida e reconhecida como resultante da migração, integrando as diversas culturas no espaço onde reside a população rolimourense. Sobre esse assunto, Santos (2009, p.19) assinala que,

> Essa diversidade não é só feita de ideias; ela está também relacionada com as maneiras de atuar na vida social, é um elemento que faz parte das relações sociais no país. A diversidade também se constitui de maneiras diferentes de viver, cujas razões podem ser estudadas, contribuindo dessa forma para eliminar preconceitos e perseguições de que são vítimas grupos e categorias de pessoas.

A partir da análise deste núcleo de pensamento, Rolim de Moura em uma expressão mais popular é o resultado da união dos migrantes que representam os diversos “cantos” e regiões do Brasil que, com o passar do tempo ganha características próprias de um povo, que, ao mesmo tempo em que come o acarajé e o cuscuz da Bahia, aprendeu com a nova família e degustar o churrasco gaúcho, o

baião de dois das Minas Gerais, a polenta de origem alemã, ou então, a saborear a tapioca, o suco de açaí, acerola e cupuaçu típicos da Amazônia.

A percepção dos múltiplos aspectos culturais, da alimentação, das relações pessoais e da religiosidade trazidos pelos migrantes e assimilados comumente, possibilitando de certa forma a romperem com determinados preconceitos, mesmo porque, de acordo com Adelita Neto Carleial (2002, p. 14), a discussão sobre o processo migratório é o reforço de um sistema cultural onde valores devem ser mantidos para dar consistência aos grupos sociais, sem os quais essas sociedades perderiam o sentido de identidade.

4.5 Os aspectos culturais a partir dos relatos dos migrantes.

4.5.1 A vida comunitária: das Colheitas ao campo de futebol.

Ao fazer uma interpretação da temática em questão, busca-se integrar a questão à história cultural, pois na proposta de Burke (2005, p. 46) as pesquisas estão neste caminho onde tudo: “sonhos, comida, emoções, viagem, memória, gesto, humor, exames e assim por diante” fazem parte dos jogos culturais propostos pelo autor.

A respeito das falas apresentadas sobre o cotidiano dos entrevistados, verifica-se que os sonhos dessas pessoas, a princípio, se materializavam nas colheitas do plantio realizado nos primeiros anos; era uma prática comum entre esses agricultores migrantes em Rolim de Moura e surpreendia a todos já que, inicialmente, o nível de produção era altíssimo, tornando-se um “chamariz” de famílias camponesas para estas terras. Em fevereiro de 1976, José Souza da Silva, Nildo Cesário e Erotides Cesário, pela primeira vez em Rondônia, viram a colheita de arroz da família Martins na Linha 45, região de Pimenta Bueno e ficaram entusiasmados. De acordo com o Sr. José Souza da Silva (Entrevista em 12/01/2010), “eles haviam plantado uma lata de arroz. Colheram sessenta e sete (67) sacas de arroz. Era um absurdo prá gente vê naquela época” [*sic*].

Entretanto, para que isso fosse uma realidade, o INCRA induzia a abertura das terras e a presença dos agricultores no local indicado, pois era o modo mais prático e rápido de assegurar o acesso à alimentação para as famílias agricultoras e evitar que as mesmas chegassem ao estágio de passar fome. Neste caso, o plantio

de alimentos básicos fixou muitas famílias na área rural de Rolim de Moura. Quando o acesso a estas propriedades teve início, isto é, a partir de 1980, é que a venda da madeira e seu escoamento das propriedades agrícolas tornou-se fato concreto, principalmente nas localidades mais distantes da sede do distrito de Rolim de Moura.

No primeiro momento, as madeireiras, por meio dos 'toreiros', buscavam a madeira boa, ou seja, a madeira de lei - o Mogno, a Cerejeira, o Ipê entre outras, selecionavam-nas, descartando as demais, cujo valor era inferior. Após 1983, quando a madeira 'nobre' considerada de bom valor comercial estava praticamente extinta na região, é que as madeireiras optaram pela madeira branca, o Angelim, Garapeira, Barriguda, Pinho Cuiabano, Caxeta, sendo que a última mencionada era destinada às laminadoras.

A produção cafeeira e a pecuarização da economia foram consequências dos fatos citados anteriormente, ocorrendo passo a passo. A lavoura branca aos poucos foi cedendo espaço ao café. O auge do café é relatado por José Souza da Silva (Entrevista em 12/01/2010):

> Deus abençoou que em 1979 nóis mudou já pra dentro do sítio. Aí depois que estava lá dentro com todas as dificuldades mas já começou a melhorar porque já tinha muitas coisinhas plantadas: mandioca, banana, cana, de tudo um pouco. O café tava também já bem bonitim. Foi aquela, aquela batalha até começar a fazer a primeira colheita de café que quando Deus abençoou que a gente já começou adquirir uma primeiras cabecinhas de gado [*sic*].

Além do mais, a ajuda mútua acontecia mesmo antes de ter os grandes plantios. Ainda no decorrer das derrubadas os homens se ajudavam nas inúmeras roçadas, para que o responsável pelas derrubadas pudesse executá-la. Na conversa com o Sr. João H. Selhorst (Entrevista em 13/01/2010) ele deixou a seguinte expressão:

> Daí nóis comecemos a mexer, quando foi dia, quando acabamo. Foi dia primeiro de maio. Nóis entremo aqui pra derrubar. Ai eu 'truxe' um pra derrubar. Comprei um motosserra, eu trouxe um pra derrubar e aí eu fiquei vinte quatro dias ali. Derrubei quatro alqueires pra mim, dois pro Erotides, dois pro teu pai, um pro 'Zé dos Anjos'. Sei que eu tinha comprado um motosserra, paguei o motosserra, ganhei a derrubada de graça, fiquei lá trabalhando, fazendo comida pra todo mundo porque entrou na hora foi dez homens e aí todo mundo entrou roçando. Primeiro roçaram o meu, aí meteram o motosserra pra cima. Ai quando derrubaram o meu, foram pro do Erotide, do Erotide passaram pro teu pai derrubar lá. Do teu pai, do teu pai não me lembro mais que era dois alqueire também, ai derrubaram mais dois alqueire pro 'Zé dos Anjos. Quando deu vinte e quatro dias mais ou menos acabou a comida eu digo vamos sair fora. Aí a turma também já estava satisfeito, a turma já estava satisfeito [*sic*].

Os grandes mutirões foram além das roçadas e derrubadas feitas na floresta. No decorrer das grandes colheitas de arroz, milho, feijão e café os vizinhos se ajuntavam para colher os frutos das sementes outrora plantadas. Esta prática era o ponto central das grandes colheitas. Os vizinhos que moravam próximo uns dos outros ajudavam e recebiam em troca a mesma ajuda, pois muito além dos grandes mutirões, Gonçalves (2001, p. 181), destaca que:

> A integração com a nova vizinhança requer, por outro lado, o apoio na luta por emprego e moradia, escola e saúde, enfim, para reiniciar uma nova vida. Aqui são de extrema importância as relações de amizade e compadrio, bem como as redes de solidariedade entre os próprios migrantes.

Mesmo havendo a integração e apoio mútuo, com o passar do tempo, as reais condições do solo rondoniense aos poucos se afloraram, demonstrando que a retirada da floresta foi reduzindo as propriedades vitais da terra, deixando-a desprovida de nutrientes necessários para a produção agrícola, alterando por completo as atividades desenvolvidas na zona rural de Rolim de Moura, ou seja, as grandes plantações foram ao longo dos anos sendo substituídas por pastagens.

Além da coragem de permanecer na propriedade agrícola, é perceptível nos relatos outros elementos apontados pelos entrevistados, que contribuíram para a efetivação e permanência das famílias em muitas comunidades rurais, dentre eles dois fatores foram primordiais, as celebrações comunitárias e o campo de futebol. As celebrações comunitárias e os cultos religiosos como são denominados até hoje a princípio eram realizados de casa em casa e, posteriormente, em uma capela construída, conforme afirmação da Sra. Ana Selhorst Silva (Entrevista em 12/01/ 2010)

> No começo lá fazia as celebrações nas casas. No primeiro ano que nós moremos lá comecemos a fazer celebrações todo o domingo nas casas. Cada vizinho tinha um domingo para fazer a celebração. Depois foi feito um rancho, feito então a capela, mas, de pau–a–pique, feito de coqueiro não sei daí depois foi feito a Igreja mesmo lá [*sic*].

A prática religiosa vem aqui expressar a linguagem destes sujeitos que, para Bourdieu (2007, p. 28), é “a primeira tradição trata a religião como uma língua, ou seja, ao mesmo tempo um instrumento de comunicação e enquanto um instrumento de conhecimento, ou melhor, enquanto veículo a um tempo estruturado [...]”, pois se apresenta como maior símbolo de união, de dominação e convencimento entre as pessoas nas frentes de ocupação e colonização em Rolim de Moura. Sr. João H. Selhorst (Entrevista em 13/01/2010), rememora os fatos dizendo: “Daí começaram lá a Igreja tudo. A primeira igrejinha foi no meu sítio, feito de pau–a–pique. Aí depois o

Sr. Narciso já tinha falado que queria dar a área pra fazer a Igreja. Eu disse: Não! Se você quer arrumar, às vezes fez uma promessa" [*sic*].

Isso se repete em outras comunidades como expressa Paulo Feitosa (Entrevista em 05/02/2010):

> Aí tivemos a oportunidade de primeiro formar até uma comunidade é católica, uma comunidade católica e logo quando nós chegamos lá. Então foi uma experiência assim muito boa porque era uma oportunidade de você doar um pouco do tempo daquilo que você tem, daquilo que você sabe para aquelas pessoas que precisam um pouco mais do apoio. Então nós vivenciamos um pouco disso [*sic*].

Ambos referem–se às comunidades das Linhas 164, Km 10, lado Sul e Linha 184, Km 18, lado Norte, respectivamente, município de Rolim de Moura onde residiram por muitos anos, fazendo parte do grupo de migrantes que colaboraram para a manutenção de uma história fantástica, que se preserva na atualidade e que já está se perpetuando há quase quarenta anos, de modo particular desta comunidade organizada na Linha 164. Entre as várias contribuições verificam-se os almoços e festas comunitárias, que atende a todos os moradores católicos de modo mais específico. Por meio das representações dos entrevistados, confirma-se a ideia de Santos (2001, p. 09) que, ao "falar de cultura e de religião é falar das diferenças, de fronteiras, de particularismos", nesse caso, corrobora e amplia a discussão, priorizando a vida comunitária constatada por José Martins de Souza (2009, p. 163):

> A busca tem um forte caráter comunitário. Em parte, porque esses grupos são constituídos por extensas parentelas, agregando ascendentes, descendentes e colaterais, grupos que mesmo uma adversidade econômica não destrói.

Isso ocorria em função da necessidade da ajuda mútua, que foi característico no processo migratório haja vista que "Nessas áreas de assentamento teve forma diferente, sendo feito através do "mutirão" (ajuda mútua), em que os colonos abriam as estradas e demarcavam os lotes sob a supervisão do INCRA" (BECKER, 1990, p. 156), sinalizando que havia a auto dependência entre estas pessoas, já que não tinham a quem recorrer.

A sede comunitária também era e continua sendo o ponto dos casamentos que ocorrem na região. Ao fazer um paralelo entre cidade e campo, a pequena comunidade católica assim como uma cidade tem seu início com alguns comércios, escola e uma igreja, principalmente a Católica que, desde o processo de colonização, deixou seu rastro por onde passava e, nas Linhas ou comunidades, isso não foi diferente. Como não havia padres ou religiosas para celebrar, as

famílias que ali fixaram moradia construíram uma pequena comunidade, uma CEBs – Comunidade eclesial de base cujo nome até hoje é intitulado “São José”, na Linha 164. Lá se reuniam para celebrar a vida. Socializavam a palavra sagrada e ao mesmo tempo se divertiam, pois, a comunidade era e continua sendo o ponto de encontro dominical.

A partilha dos alimentos fazia parte da vida de muitas famílias que residem nas linhas vicinais e agrícolas de Rolim de Moura. Se algum vizinho matasse um porco, por exemplo, ele distribuía a carne entre os moradores mais próximos para que pelo menos fosse uma ‘mistura’ de um almoço. O que era mais intenso no passado hoje ocorre com menos frequência, porque há energia elétrica e é possível guardar as carnes em freezer.

A segunda característica marcante é o campo de futebol que, além de agrupar toda comunidade local é o ponto de encontro de lazer das pessoas que curtem o esporte. O time de futebol recebe vários nomes em cada linha. A referência aqui são os times da Linha 164, o time recebeu no nome de “Esporte Clube Guarani” e o time localizado no núcleo urbano de Rolim de Moura, que fora denominado “MEC Silva”, em referência a Mecânica Silva do casal Tassi & Silva, assim como tantos outros times, que se organizaram em todas as linhas vicinais de Rolim de Moura, na certeza de oferecer uma alternativa a quem precisava distrair-se e buscar um meio diferenciado de se conhecerem melhor.

Juntamente com a comunidade, surge o campo de futebol local. Os jogos de futebol ocorriam após o culto dominical. Geralmente aspirantes X titulares. Com o tempo havia visita entre os ‘times’ existentes nas linhas adjacentes. Os torneios de futebol também eram muito comuns neste período, principalmente na década de 80. As mulheres compunham as torcidas ou simplesmente se encontravam para conversar após o culto no pátio da Comunidade. Quando não havia jogo ocorriam visitas na vizinhança. Sr. José Souza da Silva (Entrevista em12/01/2010) disse:

> Bem a gente começou no campo de futebol. O Sr. Paulo, irmão do José Carlos muito animado com futebol, a gente começou a formar um timezinho, fazer que nem diz o ditado, as ‘pelada’. O nosso time era “Esporte Clube Guarani” também lá na linha 164 porque nóis tinha um fardamentozinho velho que o Sr. Paulo tinha trazido do Guarani lá de São Paulo. Ele morava lá em Campinas. Então nóis tinha Esporte Clube Guarani. Mas o time até hoje existe na Linha 164. Mas foi um time que deu assim pra gente brincar a gente brincou bastante. Deu pra rodar uns par de jogos junto. Jogamos na Brasilândia, jogamos nos times nas linhas por aí a fora. Graças a deus deu pra conhecer um pouco de companheiros da pesada na época, que era todo mundo do serviço pesado, foi muito divertido o futebol na época na linha [*sic*].

No que diz respeito a organização esportiva no núcleo urbano de Rolim de Moura, Sr. Altamiro da Silva (Entrevista em 20/01/2010) fez a seguinte referência:

> O Valdir Raupp falou assim: Vamos fazer um time de futebol. - Eu nunca fui ligado a isso aí e ele era jogador de bola. Ai nos ficamo de noite como é que nos vamos escrever... Vamos escrever, eu falei, põe aí: "MEC Silva" – aí de mecânica Silva que todo mundo vai entender. Aí ajuntou a essa aqui (Teresa), a Maria e todo mundo lá escrevendo as camisas de noite. Pra nóis no outro dia jogar. E o 'galego' José Shenider, o diretor tinha me reclamado uns dias antes sobre a energia: "lá não tem energia, não sei o que. Ai eu falei: olha o que vai precisar lá. – Um rolo de fio e seis luminárias. Eu falei: Eu compro. Eu vou pra Cacoal hoje eu vou comprar, eu vou dar isso pro 'ceis'. Eu era meio metido, tinha um dinheirinho na época. Aí comprei na casa TAC e trouxe as coisas e o Danilo colocou lá, ajeitou tudo. Aí nóis tinha que preparar essas camisas que era pra inaugurar a iluminação puxada da oficina [*sic*].

Como não havia energia elétrica para assistir ao jogo de futebol na televisão, a prática desta modalidade esportiva era tida como único momento de lazer para quem vivia nas comunidades rurais e na vila de Rolim de Moura. Em pleno século XXI, as 'peladas', os torneios e competições organizadas oficialmente ou não ainda são muito comuns não só na zona rural, mas também, no recinto urbano rolimourense fazendo parte do cotidiano das comunidades envolvidas. Assim sendo, os discursos apresentados sobre o cotidiano no início da colonização de Rolim de Moura evidenciam a seguinte colocação de Martins (2012, p. 71):

> A vida cotidiana se instaura quando as pessoas são levadas a agir, a repetir gestos e atos numa rotina de procedimentos que não lhes pertence nem está sob seu domínio. A vida cotidiana começa a nascer quando as ações e relações sociais já não se relacionam com a necessidade e a possibilidade de compreendê-las e de explicá-las, ainda que por meios místicos ou religiosos; quando o resultado do que se faz não é necessariamente produto do que se quer ou do que se pensa ter feito. O vivido torna-se o vivido sem sentido, alienado. Ou, melhor, seu sentido se restringe às conexões visíveis dos diferentes momentos do que se faz.

A vida cotidiana destes grupos pode ser exemplificada aqui pelos momentos em que as famílias iam visitar alguém doente ou parturiente; ou ainda comemorar um aniversário de alguma pessoa da comunidade. Não havendo energia elétrica, estes eventos eram excelentes 'passa–tempo'. Tais encontros, de modo geral, eram marcados com a reza do terço. Em muitos casos andava-se de três a cinco quilômetros para celebrar um aniversário e uma promessa, cuja graça havia sido alcançada. A meninada aproveitava para brincar de pega–pega, passa anel, cai no poço, ciranda cirandinha, Terezinha de Jesus, 'atirei o pau no gato', 'um, dois, três', entre outras atividades que encantava a todos os brincantes.

4.2 A pinga, a famosa cachaça: consolo e remédio.

A famosa cachaça e o Brasil têm muito em comum. Os fatos históricos foram marcados pela presença da aguardente. Para Lucas Endrigo Brunozi Avelar (2010, p. 18) os sertanejos faziam usos corriqueiros da cachaça, passando por formas de preparo e funções sociais, econômicas e políticas atribuídas à aguardente.

> A aguardente compõe a identidade nacional porque mediou um conjunto de acontecimentos históricos diferentes que variaram em cada região e tempo. Faz parte da identidade nacional não como agente histórico, mas como elemento que intermediou relações entre sujeitos e forneceu inteligibilidade à interação entre eles.

Além do mais, havia a distribuição da aguardente pelos escravos como forma de aliviar a fome e o cansaço. Ao abordar Mary Del Priore (2005, *apud* AVELAR, p. 18-19) ele menciona que a historiadora em questão se vale de tratados médicos para oferecer a visão de algumas ocasiões de uso da aguardente no Brasil ao longo de sua história: usos terapêuticos, componente de mesinhas e rituais de magia amorosa. Dentro desta ótica, Câmara Cascudo (1986, p. 21)

> O século XVI é o da exaltação da consagrada da aguardente, água-da-vida*, eau-de-vie*, remédio para todos dos males, solução universal, proclamada panaceia. Ainda hoje a cachaça “serve para tudo e mais alguma coisa”, aquece, refresca, consola, alimenta, alegra, revigora.

Entretanto, para Scarano (2001 *apud* AVELAR, 2010, p. 25), de um lado se considerava o álcool bom, curativo, lucrativo, valioso presente para pagar favores ou trabalhos recebidos, e de outro, viam-se apenas os malefícios produzidos, gerando controvérsias a acerca do uso da cachaça.

A retomada da história da cachaça e suas diversas utilizações ocorre em função do assunto ter surgido no processo de investigação quando, na gravação de uma História de Vida, a abordagem surgiu, pois, ‘cachaça’ foi utilizada como consolo, estímulo e ânimo para quem estava no meio da selva rolimourense. Dados do texto com o título “Tudo sobre... Cachaça”, [15] indica que a bebida foi utilizada em diversos trabalhos desenvolvidos pelos escravos, em dias noites e úmidos e frios, bem como, nos canaviais e quando iam trabalhar nas minas auríferas. A aguardente servia para aquecer o corpo.

---

[15]Texto Tudo Sobre... Cachaça está disponível no site <http://www.juraemprosaeverso.com.br>. Acesso em 30 de julho de 2010.

Em síntese, outras pesquisas sobre a temática cachaça, indicam que a aguardente sempre foi o maior “mata fome”, fazendo a população mais pobre esquecer que o estômago ronca e seguir o trabalho. Isto é, se não tivesse o alimento em espécie, a ‘pinga’ o substituía, dando a sensação de satisfação.

Por intermédio da fala do Sr. Altamiro da Silva (Entrevista em 20/01/2010) foi possível estabelecer um paralelo entre tais fatos, ocorridos com estas pessoas aqui, em Rolim de Moura. Assim, ele relatou “se não tomasse uma dose de cachaça pra animar ninguém não tolerava” [*sic*]. É pertinente esta fala, já que encarar a floresta era algo audacioso e a companhia da cachaça, de alguma forma, recobrava as forças e restabelecia as energias dos ‘destemidos pioneiros’.

Ao mesmo tempo em que a ‘cachaça’ era vista como alívio às tensões que a floresta trazia, por outro lado ela era utilizada como remédio, quando nela era imersa alguma erva medicinal ou sementes e até mesmo pura para aquecer o organismo debilitado. Tal informação é confirmada no mesmo texto analisado, pois, quando a medicina sequer podia ser considerada uma ciência já existiam elixires que, em sua grande parte, eram alcoólicos. Até hoje, no interior do Brasil, é comum tomar-se pinga, com limão e mel. “Um saudável remédio para gripes e resfriados”.

Partindo destes pressupostos, a seguir, há três relatos de fatos ocorridos em que a ‘cachaça’ auxiliou em momentos distintos, pessoas que estiveram enfermas ou haviam sofrido acidente ou ataque de animais peçonhentos. Parece comédia, mas, os fatos são verídicos conforme relato do Sr. Altamiro da Silva (Entrevista em 20/01/2010):

> Portanto, chegou um crente lá no nosso barraco um dia. Chegou um homem lá e ele disse que estava com malária. O doutor olhou pra ele assim e falou o senhor está com malária. Eu tenho um remédio ‘pro’ senhor aqui. Foi lá e chacoalhou uma garrafada de pinga com losna e ‘ponhou’ pinga ‘pro’ homem beber. O homem bebeu aquilo ali e dali a meia hora ele falou: o moço ‘cê’ não tem mais daquele remédio que eu já ‘tô’ é ficando é bom já (risos). O doutor falou: este é o melhor remédio que eu tenho aqui. Um mato fresquinho. Ai o homem começou foi embora lá [sic].
>
> E o ‘Zé Baixinho’ que sorte. Tropicou arrancou a unha do dedo e encontrei ele se escorando em um bambu. Ai eu falei: Uai ‘Zé’ aonde é que você vai desse jeito aí... – Ah, rapaz! Você tem cachaça aí... – Aí eu falei: Não! Não tem não! Mas lá no barraco deve ter. – Tenho que tomar mais uma pra mim chegar até no Rio ‘Bambu’ porque tomei um chute numa pedra lá, arrancou minha unha eu rasguei a camisa e enrolei ai. – Arrancou foi a metade do dedão assim! Levei ele torcendo a tempo de dar um tétano nele. – Ele falou: Não! – Depois eu encontrei ele e ele falou assim: O que me salvou a situação foi Deus e aquelas cachaças que eu tomei que me deu força pra mim, animei e fui embora se não eu tinha largado todo meu sangue dentro da mata [*sic*].

O terceiro caso sobre a utilização da cachaça, com finalidade de cura medicinal, foi narrado pelo Sr. Sr. Altamiro da Silva (Entrevista em 20 /01/2010) após a gravação da entrevista; a partir das anotações, possibilito descrevê-lo, via textualização, já transcrito pela pesquisadora e investigadora.

> Um vizinho meu de sítio em uma noite saiu para caçar com um companheiro. Armaram o jirau em uma árvore e lá ficaram algumas horas. Ao descer da árvore um deles ao tentar pisar ao chão teve uma ingrata surpresa. Uma cobra jararaca, altamente peçonhenta estava pronta para dar o bote fatal. Depois de ser atingido pela cobra o companheiro a matou e foi em busca de ajuda para levá-lo ai hospital. Chegando a casa do Sr. Altamiro narrou o caso e pediu para levar o amigo já que Sr. Altamiro era o único vizinho que possuía um meio de transporte. Antes, porém, Sr. Altamiro perguntou se ele tinha cachaça em casa, pois, ele tinha sementes de quiabo que colocado na cachaça tornar-se-ia um antídoto contra o veneno da cobra. E assim fizeram. Colocaram o paciente em cima da caminhoneta e enquanto o Sr. Altamiro dirigia o acompanhante dava cachaça com semente de quiabo para o acamado. Como não havia estradas de fácil acesso a viagem que deveria levar meia hora se estende por horas chegando ao hospital somente de madrugada. Depois do atendimento prestado por uma médica Sr. Altamiro procura saber da real situação de seu vizinho. Então a médica falou: do veneno da cobra ele está livre. Temos que cortar agora é o efeito do excesso da cachaça que está no corpo dele [*sic*].

Hoje, Rolim de Moura tem a produção da aguardente, a pinga, a famosa cachaça artesanalmente em um alambique. Em muitos casos, ainda se utiliza a cachaça como um dos produtos básicos de alguns remédios naturais na garantia de bons resultados para a saúde humana. Além dos remédios naturais, tendo em suas receitas a cachaça, há uma produção significativa da cana-de-açúcar, garantindo a venda e o consumo da garapa, um dos seus subprodutos, mantendo a questão econômica de muitas famílias que sobrevivem da venda do produto nas feiras dos agricultores em Rolim de Moura, bem como na fabricação de ração para o gado nas pequenas propriedades, em tempo de estiagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa investigatória intitulada “As Migrações e a Diversidade Cultural em Rolim de Moura a partir de 1970 e 1980” procurou responder a seguinte questão: “Como ocorreu o processo de migração de diferentes regiões para o município de Rolim de Moura? ” Para que isso ocorresse, procurou-se esboçar o aporte teórico sobre Cultura, Diversidade Cultural, Hibridismo Cultural e Identidade. O objetivo era fazer a exposição dos conceitos sobre cultura, tendo em vista os autores dos estudos culturais e discutir acerca dos olhares sobre cultura e diversidade cultural; e, assim, propor uma reflexão sobre hibridismo cultural e identidade, integrando tal discussão à questão da migração, foco da pesquisa.

Tendo exposto o campo teórico, contextualizou-se um histórico sobre a migração interna brasileira, do movimento migratório para Rondônia e da migração para Rolim de Moura, procurando entender à migração no Brasil de modo geral e os casos particulares que envolvem Rondônia e Rolim de Moura e os resultados destes processos migratórios para os sujeitos envolvidos.

Na sequência, a temática Rolim de Moura: entre os interesses políticos e econômicos do Estado e a história real dos migrantes nesta região de fronteira refletiu-se sobre os caminhos percorridos pelos migrantes e os percalços enfrentados na construção do espaço rural e urbano rolimourense, as contribuições dos migrantes na consolidação da História e “cultura” local bem como os “Ciclos Econômicos” desenvolvidos pela migração em Rolim de Moura. O objetivo, portanto, foi entender os interesses do Estado no desenvolvimento da região.

Complementando a discussão, houve a necessidade de discorrer sobre as influências percebidas a partir do processo migratório para a consolidação da História das pessoas envolvidas e identificar as contribuições trazidas por esses migrantes para a construção da História de Rolim de Moura tendo em vista a diversidade cultural local considerando o tema Rolim de Moura, Terra de Migrantes e de Diversidade Cultural e ainda propôs o debate temático sobre Rolim de Moura: espaço de homens e mulheres, a cidade de Rolim de Moura e suas origens, a mulher migrante: educação, olhares, saberes e perspectivas; e Rolim de Moura: um mosaico cultural.

A utilização do conceito “mosaico cultural” foi pertinente, pois os migrantes, sujeitos da própria história e participantes das atividades propostas no decorrer da

investigação são de fato expressões culturais dos processos sociais vividos e pilares da História de Rolim de Moura, já que aqui, o sonho de conquistar um lote de terra tornou-se algo concreto, mesmo que isso não tenha resolvido os problemas brasileiros, proporcionou a ocupação e colonização de uma região que nem em projetos estava.

Sendo assim, a opção foi responder às inquietações relacionadas ao título do trabalho desenvolvido, recorrendo ao estudo de dados bibliográficos, documentos de cunho jornalístico, com informações de jornais e revistas, que foram complementados com informações detalhadas pelos participantes da Roda de Conversa, dos questionários respondidos pela rede de contatos e das gravações das histórias de vida, ou seja, as narrativas dos migrantes que vivem em Rolim de Moura desde a década de 1970 por meio da técnica cápsula.

Tendo por base as análises das inúmeras fontes, sejam elas primárias ou secundárias, foi possível estabelecer algumas reflexões acerca do fluxo migratório para regiões centrais, isto é, ao longo da BR 364. O INCRA foi pressionado a liberar terras interioranas, distantes do eixo da BR para evitar conflitos que, seguramente surgiriam, em decorrência de uma política agrária que, sem planejamento e sequer orientações dos agentes públicos envolvidos, não suportou o número de migrantes.

Pelas informações obtidas, tudo indica que Rolim de Moura deveria ser um núcleo agrícola, no intuito de assentar agricultores sem terras excedentes de Cacoal, Pimenta Bueno e Ji-Paraná. Porém, todas as expectativas do Estado foram superadas quando se descobriu que aqui não havia ouro, mas era o ‘eldorado’ da madeira de lei, das madeiras nobres em grande escala na região. Partindo deste princípio o governo incentiva o desmatamento e a entrada das grandes madeireiras, com o objetivo de lucrar com as divisas que a madeira poderia trazer ao Estado sem calcular os danos ambientais que tais ações poderiam trazer futuramente.

Entretanto, cabe aqui ressaltar que, antes mesmo haver estradas, das madeireiras ou do governo ter voltado o olhar para a região com o interesse de extrair a madeira regional, milhares de migrantes embrenharam-se na floresta sem a estrutura necessária e prometida pelo INCRA. Foram eles que abriram as ‘estradas’, construíram pontes, derrubaram as primeiras árvores, fizeram as plantações de cereais, que lhes garantiu o alimento e a ‘posse’ da terra.

Nada foi encontrado pronto. Tudo foi sendo estruturado passo a passo, sob a influência dos migrantes que reproduziram em Rolim de Moura as experiências

assimiladas e praticadas em outras regiões do Brasil, contribuindo deste modo para o desenvolvimento econômico, social, político e cultural rolimourense.

Os dados bibliográficos sobre a ação do INCRA na região abrem uma discussão particular, quando os colaboradores trazem em suas falas informações sobre as listas de agricultores beneficiados e aqueles que ficavam excluídos, já que as evidências são claras no que se refere a reserva dos melhores lotes a pessoas capitalizadas. As terras distantes da BR 364, como é caso de Rolim de Moura, eram destinadas às pessoas desprovidas de qualquer recurso financeiro, tanto é que, entre os migrantes que ocuparam as terras de Rolim de Moura, a maioria caminhava dezenas de quilômetros para chegar à terra destinada pelo INCRA. Relatos dos migrantes que podiam ir e vir de avião vêm confirmar tais informações, quando citam as filas de pessoas que se formavam em meios as ‘picadas’ abertas na floresta. Somente ia para Cacoal e vinha para Rolim de Moura de avião quem tinha condições de pagar a passagem; caso contrário era utilizado o famoso ‘pé dois’, já que carro e ônibus foram vistos somente depois de 1980 na região.

A superação dos inúmeros problemas caracterizou estes migrantes em destemidos pioneiros que, por meio do trabalho braçal construíram o espaço rural e urbano rolimourense. Essa presença migratória primou direta ou indiretamente pela consolidação da história e da cultura local, que vem se constituindo a partir da diversidade e do hibridismo cultural, elementos estes primordiais neste processo, pois a cultura, aos poucos, vem se definindo como resultado de uma junção dos costumes e tradições trazidas pelas pessoas migrantes, que lentamente estão sendo assimilados pela população local.

Além da história e cultura, coube lembrar os ‘ciclos’ econômicos pelos quais Rolim de Moura vem passando desde seus primórdios por intermédio da fixação dos migrantes nesta região de Rondônia, sendo eles: a madeira e a cafeicultura, ambos acompanhados pelo desenvolvimento comercial com amplitude regional, ainda na década de 1980.

No entanto, isso ocorreu justamente porque homens e mulheres de inúmeros estados brasileiros tiveram a coragem de agir, permitindo que Rolim de Moura ganhasse destaque no Estado de Rondônia, tanto na economia quanto na política. Tudo que se fez aqui é fruto das atividades desenvolvidas por eles, pois, estes sujeitos acreditaram no progresso da região e tinham esperança de que apesar das adversidades, tudo sairia a contento.

Da conquista de Rolim de Moura ao seu ‘progresso’, muitos fatos aconteceram. Os relatos dos colaboradores resgataram situações que a teoria não havia registrado, ou seja, a prática da pesquisa in loco proporcionou descobertas sobre a cidade com um primor imenso, uma vez que a história necessita ser narrada por quem a viveu e conheceu detalhes do processo de ocupação, colonização e desenvolvimento da localidade estudada, neste caso, Rolim de Moura.

Assim sendo, as pessoas, que participaram das atividades propostas no início da investigação, trouxeram informações curiosas por meio dos causos vivenciados por elas, desde as colheitas, a vida comunitária, o campo de futebol, o uso da pinga como remédio e consolo, até miscigenação das culturas, as rupturas, permanências e transformações ocorridas na região de Rolim de Moura.

Certamente as questões abordadas neste trabalho estão em fase de continuidade dos estudos, já que não foi possível aprofundar a pesquisa bibliográfica em todos os assuntos que surgiram no decorrer da investigação. A prática da pesquisa abriu um leque de estudo em diversas áreas, tendo em vista que as informações abordadas pelos colaboradores necessitam de estudos mais específicos. É o caso da utilização da cachaça, da comunidade da Linha 164, lado Sul, dos NUARS que deram origem aos municípios de Novo Horizonte do Oeste e Castanheiras, do mito “Teixeirão”, da produção agrícola das propriedades rurais que destinam esta produção às feiras livres, que ocorrem de domingo a domingo em Rolim de Moura e da política local, visto que, um dos focos da investigação seriam os grandes nomes da política rolimourense que de acordo com Paulo Feitosa (Entrevista em 05/02/2010) foram emprestados ao Estado.

Faz-se necessário ainda um detalhamento aprimorado da ação do INCRA na região e um estudo particular sobre a mulher migrante no decorrer da ocupação e colonização de Rolim de Moura entre outros aspectos que são essenciais para se compreender a História desta cidade.

O tema em estudo foi tão pertinente aos migrantes, a empolgação tamanha, que eles se colocaram à disposição no sentido de colaborar, haja vista a importância deles para a investigação ganhar espaço. Muitos sujeitos envolvidos jamais haviam sido procurados para contar suas experiências de vida ao longo dos anos.

Falar de Rolim de Moura permitiu aguçar o interesse das pessoas envolvidas na investigação. No entanto, as barreiras encontradas são inúmeras. Uma delas está no campo político. Muitas informações sobre o município rolimourense tiveram

um fim ignorado por agentes públicos, que não se preocuparam em arquivar dados essenciais para que fosse possível compreender o desenvolvimento da região.

A proposta exposta é um dos meios viáveis para que a História local se torne conhecida pela sociedade rolimourense, já que por meio da fala dos migrantes foi possível rememorar os fatos ocorridos de Rolim de Moura, que de certo modo vem mostrar o quanto é fundamental fazer este registro a partir das histórias de vida dos migrantes que participaram do desenvolvimento do presente trabalho.

O contato com o resultado da pesquisa fará com que a população rolimourense se reencontre com suas raízes históricas. Perceba o quanto sua contribuição transformou a floresta em uma cidade acolhedora e está de portas abertas a receber pessoas que queiram viver aqui. Que as gerações que nasceram e que estão por vir conheçam a História do município como ela ocorreu e percebam o quanto os primeiros habitantes desta região lutaram, desbravaram e deram a vida pelo progresso da nossa terra.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvia. **Multiculturalismo RPC**. Disponível em <https://pt.scribd.com/archive/plans> Acesso em 30 de Janeiro de 2015.

ALVES, Érica F. & ALEIXO, Regina L. Racismo e abertura do multiculturalismo em Small Island (2004) e Fruit of the Lemon (1999) de Andrea Levy. *IN:* BONNICI, Thomas (Org). **Multiculturalismo e diferença: Narrativas do sujeito na literatura negra britânica e em outras literaturas**. Maringá – PR: EDUEM, 2011, 359p.

AMARAL, Januário. **Latifúndios do INCRA**. Porto Velho: EDUFRO, 2007.

_____. **Mata Virgem – Terra Prostituta**. Porto Velho: ABG Gráfica, 2004.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

A Tribuna. **Messias confirma a emancipação de Rolim de Moura e Cerejeiras**. Porto Velho: 09 Junho de 1983.

_____. **Governador Teixeira decreta emancipação de Rolim de Moura e Cerejeiras**. Porto Velho: 06 de Agosto de 1983.

AVELAR, Endrio B. **Cascudo, cachaça e a história das bebidas no Brasil**. Disponível em <https://minhateca.com.br/leonardo.efege> Acesso em 15 de Fevereiro de 2015.

AZEVEDO, Carlos do Amaral. **Dicionário de nomes e conceitos históricos**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BHABHA, Homi K. **O local da Cultura**. Tradução de Myriam Ávila et al. Belo Horizonte: Editora EFMG, 1998.

BECKER, Berta K. ; MIRANDA, Mariana & MACHADO, Lia O. **FRONTEIRA AMAZÔNICA. Questões Sobre a Gestão do Território**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1990.

BEOZZO, Pe. Jose Oscar. **Brasil – 500 anos de Migrações**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1992.

BIASOLI-ALVES, Zélia M. M. **Continuidades e Rupturas no Papel da mulher Brasileira no Século XX**. Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa. Set-Dez 2000, Vol. 16 n. 3, pp. 233-239

BIERSACK, Aletta. Saber local, história local: Geertz e além. In: HUNT, Lynn. **Nova História Cultural**. São Paulo: Ed.Livraria Martins Fontes, 1995.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2001.

BOLOGNINI, Carmen Z. **Relações de Contato: A questão da Cultura**. Disponível em <https://www.revistas.iel.unicamp.br/index.php> Acesso em 19 de Janeiro de 2015.

BONNICI, Thomas (Org). **Multiculturalismo e diferença: Narrativas do sujeito na literatura negra britânica e em outras literaturas**. Maringá – PR: EDUEM, 2011, 359p.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elemento para uma reflexão crítica sobre a ideia de região In: **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989.

_____. O poder político e poder religioso In: **A Economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção de Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007. (Coleção Estudos)

BRANT, Leonardo. **Diversidade Cultural: globalização e culturas locais, dimensões, efeitos e perspectivas**. São Paulo: Editora Escrituras, 2005.

BURGEILE, Odete. **Aspectos lingüísticos e sociolingüísticos de uma comunidade falante de língua inglesa, em Porto Velho – RO**. Curitiba: PR, 1989. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, 1989.

_____. **Um estudo Sociolingüístico dos Afro-amazônidas no Brasil A Imigração e a Mudança de língua**. Lewinston, New York: The Edwin Mellen Press, 2009, 472 p.

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **O que é história cultural?** Tradução de Sergio Goes de Paulo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. Unidade e variedade na história cultural. *IN*: **Variedades de história cultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CALDAS, Alberto Lins. **Oralidade – texto e história para ler a história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

CAMARA CASCUDO, Luis da. **PRELÚDIO DA CACHAÇA**. Etnologia, História e Sociologia da aguardente no Brasil. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1986.

CANCLINI, Néstor García**. *Culturas Híbridas* - estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997. p. 283-350.

CANDAU, Vera M. **Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença**. Revista Brasileira de Educação. V. 13. Nº 37. Jan/Abril 2008.

CANOVA, Loiva. **Antônio Rolim de Moura: Um Ilustrado na Capitania de Mato Grosso**. Coletâneas do nosso tempo. 2008, Ano VII – v. 8, p. 75-86 nº 8. Disponível em <www.periodicoscientificos.ufmt.br.> Acesso em 17 de Junho de 2015.

CARDOSO, Fernando H. & MULLER, G. **AMAZÔNIA: Expansão do Capitalismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1977.

CARLEIAL, Adelita Neto. **Cultura Migratória**. Fortaleza: IPLANCE, 2002 – Disponível em <https://www.abep.nepo.unicamp.br> Acesso em 15 de Fevereiro de 2015.

CARNEIRO, Neri de Paula. **Invenção de Rondônia: Apontamentos para um estudo da História da Educação em Rolim de Moura**. In Revista FAROL, ano II número III, Janeiro \ Junho de 2006. Rolim de Moura – Rondônia.

_____, Neri de Paula. **Educação em Rolim de Moura: das iniciativas privadas às ações públicas (1975 – 1983)**. Campo Grande – Mato Grosso do Sul, 2008. (222 p) Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Programa de Pós – Graduação em educação.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. v. II – Tradução: Klauss B. Gehardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CEVASCO, M. E. **Dez lições sobre Estudos Culturais.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

CRUZ, Valter do C. **Povos e Comunidades Tradicionais**. *IN*: CALDART, Roseli Salete et al. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

DAMÁZIO, Eloise S. P. **Multiculturalismo versus interculturalismo: para uma proposta intercultural do Direito**. Vol. 6, nº 12, Julio- Diciembre, 2008, pp. 63-86. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, Brasil.

DEL PRIORE, Mary. Mulheres Brasileiras: uma certa história IN **500 anos de Brasil, história e reflexões**. São Paulo: Ed. Scipione, 2000.

ESCOSTEGUY, Ana C. **Uma Introdução aos Estudos Culturais**. Revista FAMECOS. Porto Alegre. Nº 9. Dezembro 1998. Semestral.

_____. **Os Estudos Culturais**. Disponível em <https: //www.pucrs.br/famecos/pos/cartografias/.../**estudos_culturais**_ana.pdf.> Acesso em 15 de Fevereiro de 2015.

FREITAS, Sônia Maria de. **E chegam os Imigrantes... O café e a imigração em São Paulo**. São Paulo: Ed. da autora, 1999.

FREUD, Sigmund. **O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos.** Rio de Janeiro: Imago Editora, 1974.

GIOMMI, Francesco. Diáspora, Hibridismo e memória na ficção “Igbo Globlal” de Chris Abani. *IN*: BONNICI, Thomas (Org). **Multiculturalismo e diferença: Narrativas do sujeito na literatura negra britânica e em outras literaturas**. Maringá – PR: EDUEM, 2011, 359p.

GONDIM, Neide. **A Invenção da Amazônia**. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1994.

GONÇALVES, Alfredo J. **Migrações Internas: Evoluções e desafios**. Revista Estudos Avançados 15 (43), 2001.

GONÇALVES, Luiz A. O. & GONÇALVES E SILVA, Petronilha B. **O Jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos**. 4ª ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HALL, Stuart. Fundamentalismo, diáspora e hibridismo. In: _____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. Quem precisa de Identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2000.

_____. A Questão Multicultural In: **DA DIÁSPORA: Identidades e Mediações Culturais**. Tradução de Adelaine La Guardia (et all). Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília – Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 1ª ed. – Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006, 102 p.

_____. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo**. Disponível em <http://www.gpef.fe.usp.br/teses/agenda_2011_02> Acesso em 28 de Fevereiro de 2015.

HOGGART, R. **As utilizações da cultura.** Lisboa: Presença, 1973.

IANNI, Octavio. **Ditadura e Agricultura. O Desenvolvimento do Capitalismo na Amazônia**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979.

IBGE. **Dados Demográficos e Econômicos de Rolim de Moura**. <http:\\www.ibge.com.br> Acesso em 05 de Abril de 2010.

____**. Dados Demográficos e Econômicos de Rolim de Moura**. <http:\\www.ibge.com.br> Acesso em 15 de Fevereiro de 2015.

INCRA. **Princípios Básicos da Seleção de Parceleiros**. Brasília, INCRA, 1977.

JANUÁRIO, Maria Liriece. **Rolim de Moura: Uma viagem no tempo**. Rolim de Moura – RO: D' Press Editora e Gráfica, 2009.

JAMESON, F. **O pós-modernismo ou a lógica cultural do capitalismo tardio.** São Paulo: Editora Ática, 1996.

KEMPER, Lourdes. **Cacoal sua História sua gente**. Cacoal: Grafopel Gráfica e Editora Ltda, 2002.

LIMA, Teófilo L. de. **Do Monte Nebo a Jaru – Um passado a ser conhecido**. Canoas – RS: Ed. da ULBRA, 2001.

MARTINS, Dora & Sônia Vanalli. **Migrantes**. São Paulo: Geografia Contexto, 1994.

MARTINS, José de Souza. **FRONTEIRA – A Degradação do Outro nos Confins do Humano**. São Paulo: Ed. Contexto, 2009.

_____. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

MEIHY, José C. S. B. & RIBEIRO, Suzana L. S. **Guia Prático de História Oral**. São Paulo: Contexto, 2011.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História e Memória a cultura popular revisitada**. São Paulo: Ed. Contexto, 2007.

MOREIRA, Antônio F. B. & CANDAU, Vera Maria. **Educação escolar e cultura (s): construindo caminhos**. Revista Brasileira de Educação. Maio/Jun/Jul/ Ago 2003, nº 23.

MOURA, Clóvis. **História do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

MOURA, Milton. **Cultura e Diversidade: Considerações sobre a multiplicidade das manifestações**. Revista Antíteses, vol.3, n. 5, jan. – jun. de 2010, pp. 321-346. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antíteses> Acesso em 15 de Fevereiro de 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **AMAZÔNIA: Monopólio, Expropriação e Conflitos.** 5ª ed. - São Paulo: Papirus Editora, 1997.

OLIVEIRA, Ivanilde A. de. **Culturalidade e Interculturalidade na educação de popular de Paulo Freire**. Eccos Revista Científica, n. 25, enero-junio, 2011, pp.109-126. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo> Acesso em 19 de Janeiro de 2015.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O Caboclo e o Brabo *In: SILVEIRA, Ênio et al.* **Encontros com a Civilização Brasileira**. v.11 -Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

ORTIZ, Renato José P. **A moderna tradição brasileira**. Cultura brasileira e indústria cultural. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1991.

PERDIGÃO, Francinete & BASSEGIO, Luiz. **Migrantes Amazônicos Rondônia: A Trajetória da Ilusão**. São Paulo, Atual, 1992.

PESSOA, Maria do Socorro. **ROLIM DE MOURA – Um ponto vista**. CEGRAF, Brasília,1988.

PETIT, Pere. **REFLEXÕES SOBRE AS "RODAS DE CONVERSA" COMO FONTE PARA O ESTUDO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**. Disponível em <http://www.encontro2012.historiaoral.org.br> Acesso em 06 de Agosto de 2014.

PINTO, Emanuel P. CAIARI: **Lendas, Proto-História e História**. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1986.

PRYSTHON, Angela. Histórias da teoria: os estudos culturais e as teorias pós-coloniais na América Latina. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens.** Universidade Tuiuti do Paraná**,** v. 9, n. 1, 2013 (2010).

REVISTA IDÉ IAS & FATOS - Revista Mensal de Reflexão e Informação In Galeria dos Pioneiros, Ano I nº 3, Janeiro de 1998.

_____ - Revista Mensal de Reflexão e Informação In Galeria dos Pioneiros, Ano I nº 1, Novembro de 1998.

_____ - Revista Mensal de Reflexão e Informação In Galeria dos Pioneiros , Ano I nº 2, Dezembro de 1998.

_____ - Revista Mensal de Reflexão e Informação In Galeria dos Pioneiros, Ano I nº 4, Fevereiro 1999.

_____ - Revista Mensal de Reflexão e Informação In Galeria dos Pioneiros, Ano I nº 5, Março de 1999.

_____ - Revista Mensal de Reflexão e Informação In Galeria dos Pioneiros, Ano I nº 7, Maio de 1999.

_____ - Revista Mensal de Reflexão e Informação In Galeria dos Pioneiros, Ano II nº 11, Dezembro1999 \ Janeiro de 2000.

REVISTA MOMENTO. A Revista da Amazônia. Ed. Rota Oeste, Ano I nº 02 Setembro e Outubro de 1984.

RIBEIRO, Darcy. **Os Brasileiros - 1. Teoria do Brasil***.* 3º ed. – Petrópolis-RJ: 1978.

SAID, E. **Cultura e imperialismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011 (1995).

_____. **O povo brasileiro**. 2º ed. – São Paulo: Companhia da Letras, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na luta de classes: mito e realidade**. 3ª ed. – São Paulo: 2013.

SANTOS, Boaventura S**. Para uma concepção multicultural dos Direitos Humanos**. Revista Contexto Internacional. Rio de Janeiro, vol. 23, nº 1, Janeiro/Junho 2001, pp. 7-34.

SANTOS, Carlos. **A Fronteira do Guaporé**. Porto Velho: EDUFRO, 2001.

SANTOS, José Luiz. **O que é Cultura?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

SILVA, Amizael Gomes da. **No Rastro dos Pioneiros. Um Pouco da História Rondo**niana. Porto Velho: SEDUC, 1984.

SILVEIRA, Denise T. & CORDOBA, Fernanda P. A Pesquisa Científica. *In:* **Métodos da Pesquisa***. GERHARDT, Tatiana E. & SILVEIRA, Denise T. (Org.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.*

STELIDE, João Pedro (Org**). A questão agrária no Brasil. O debate tradicional 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, pp. 15-31.

TEIXEIRA, Carlos Correa. **SERINGUEIROS E COLONOS: encontros de culturas e utopias de liberdade em Rondônia**. Tese de Doutorado. UNICAMP. Campinas – São Paulo: [s.n], 1996.

TEIXEIRA, Marcos Antônio Domingos & FONSECA, Dante Ribeiro. **História Regional (Rondônia)**. Porto Velho: Porto Velho Rondoniana, 1998.

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia: Natureza, Homem e Tempo**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército: Ed. Civilização Brasileira, 1982.

OBSERVADOR AMAZÔNICO. A Revista da Amazônia. Circulação Internacional, Ano 3 Março de 1980.

VALLESCAR PALANCA, Diana de. **Hacia una racionalidad intercultural: cultura, multiculturalismo e interculturalidad**. 2000. 454f. Tese (Facultad de Filosofía) Universidad Complutense de Madrid, 2000.

VIEIRA, Maria do P. de Araújo; PEIXOTO, Maria do R. da Cunha & KHOURY,.Yara Maria A. **A Pesquisa em História**. 4ª ed.- São Paulo: Ática, 1998.

VILHENA, João & SIQUEIRA, José P. **OS PIONEIROS**. Ji-Paraná: Ed. Ji – Paraná Agora, 2001.

WILLIAMS, R. Uma tradição do século XIX. *In*:_____. **Cultura e Sociedade**: 1780-1850. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

ENTREVISTAS

SILVA, Altamiro & TASSI, Maria Teresa. Ambos são migrantes que vieram para Rolim de Moura na década de 1970 e participaram da Cápsula Narrativa. **Entrevista** realizada em: 20/01/10. Rolim de Moura.

KELER, Jorge de Souza & Dicéia Vieira Keler retrata um caso específico de migrantes retornados, ou seja, eles vieram em 1986 para Rondônia e retornaram para Minas Gerais. No entanto, como diz o ditado 'quem bebe da água de Rondônia volta'. **Entrevista** realizada em: 21/01/10. Rolim de Moura.

SILVA, José Souza da - popular 'Zé Paraíba' juntamente com sua esposa Ana Selhorst Silva são migrantes que chegaram a Rondônia em 1976 e participaram Atividade Cápsula Narrativa concedendo uma entrevista riquíssima em detalhes sobre a ocupação e colonização de Rolim de Moura, mais precisamente após 1978. **Entrevista** realizada em: 12/01/10. Rolim de Moura.

SELHORST, João Huberto Selhorst (*in memoriam*) chegou a Rondônia em 1976 e desbravou as terras rolimourenses. Por meio de sua fala na Atividade Cápsula Narrativa foi possível diagnosticar uma liderança em meio aos migrantes que vieram ocupar as terras na Linha 164, lado Sul. Entrevista em: 13 de Janeiro de 2010 – Rolim de Moura.

CRUZ, Aparecido Gonçalves da Cruz & C_____, Marlene Justino da. - vivem em Rondônia desde o início da década de 1970. Entrevista em: 22 de Janeiro de 2010 – Rolim de Moura.

FEITOSA, Paulo. - ex-secretário Municipal de Educação e assim como muitos outros migrantes também chegou à região de Rolim de Moura na década de 1970. **Entrevista** realizada em: 05/02/2010. Rolim de Moura/RO. Ele assim como muitos migrantes também chegou à região de Rolim de Moura na década de 1970.

PERES, Benta Idavina Ferreira P. É professora aposentada e empresária no setor educacional. Entrevista em: 23 de Janeiro de 2010 – Rolim de Moura.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Relatório da Atividade Roda de Conversa ocorrida em 10 de Janeiro de 2010.

Aos dias dez de Janeiro de 2010, reuniram na casa do casal José Souza da Silva e Ana Selhorst Silva as seguintes Ana Selhorst Silva pessoas para participar da Atividade Roda de Conversa as seguintes pessoas: Antônio Nunes Nóbrega, Aparecido Gonçalves da Cruz, Erotides Cesário da Silva, Huberto Pedro Selhorst, João Huberto Selhorst, José Carlos da Silva, José Souza da Silva, Leonildes Conceição da Silva, Maria de Lurdes da Rocha, Maria de Souza da Nóbrega e Vilma Odete S. Selhorst (In memoriam).

A conversa teve início com a fala de Erotides que relatou a primeira estadia de José Souza da Silva, popular ‘Zé’ Paraíba, Erotides e Nildo Cesário da Silva que vieram conhecer Rondônia em Fevereiro de 1976, pois a família Martins que conhecia Erotides fez a propaganda. Chegando à Rondônia foram levados para conhecer a Linha 45 no atual município de São Felipe onde já havia a demarcação de terras. Conheceram o ‘cacaio’. Desanimados com a realidade voltaram para o Paraná e chegando lá souberam que João H. Selhorst estava morando em Cacoal. Eles se empolgaram com a notícia e em Maio do mesmo ano decidiram vir com suas famílias em um caminhão pau de arara. Foram cinco dias e cinco noites na estrada. A presença de alguém conhecido ou parente era um meio de ‘conseguir’ um pedaço de terra.

A busca pela terra como realização pessoal e econômica garantiria o sustento da família mesmo que eles tivessem que encarar o medo da selva, dos bichos ferozes e peçonhentos e das doenças, além das dificuldades para se conseguir os lotes de terra e posteriormente abri-los, torná-los prósperos. Um dos problemas enfrentados foi encontrar na suposta terra pessoas que já estavam em suas terras na Linha 172 – onde os supostos sítios de Erotides, José Carlos e José Souza ‘pertenciam’ ao fazendeiro que se considerava dono das três áreas. Já que no Paraná perdeu tudo o que tinham para o processo de mecanização ou em virtude da concentração de extensas faixas de terra sob o poder do latifúndio.

Um relato importante na atividade proposta foi do Sr. João Huberto Selhorst, um catarinense que saiu de Santa Catarina com seus pais em busca de terras no Paraná justamente por que a família dos pais era muito grande e precisavam de

terra para garantir a sobrevivência. Então no Paraná passaram por Arapongas, depois por Graciosa um distrito Paranavaí e posteriormente Planaltina; passaram os anos e decidiram mudar para Naviraí em Mato Grosso do Sul e de lá vieram para Cacoal e Rolim de Moura logo após tornar – se proprietários de lotes agrícolas na Linha 164 Km 10 – Sul. Assim como em Rondônia, João afirma que ao chegar ao Paraná a malária também era uma doença muito comum e atingia muitos migrantes catarinenses.

Na época, em 1976 – 1977 havia um “picadão” que os conduzia até os lotes conquistados. Em Abril de 1978 iniciaram a abertura dos lotes na Linha 164. Rolim de Moura era um pequeno amontoado de barracas cobertas por lonas. De Cacoal à Linha 200 vinham de bicicleta e de lá até a Linha 164 a pé.

Para o Sr. Erotides a grande mudança é que hoje estamos ricos, não de saúde porque estamos ‘estourados’ de tanto trabalhar. Mas temos terra, estradas, uma casa, um carro ou moto para se locomover. Não precisamos andar quilômetros e quilômetros a pé. Hoje, se fizermos esta proposta aos mais jovens, eles vão falar que estamos loucos.

Algo interessante foi a lembrança que tiveram da visita do então governador do Território Federal de Rondônia, Jorge Teixeira. Ele esteve na Linha 164 fazendo uma visita entre o final de 1979 e inicio de 1980 para conversar sobre o traçado da Linha e aliviar as tensões que surgiram em função da falta de acordo entre os colonos. Para todos sem exceção ele foi o melhor governador que Rondônia já teve como administrador.

José Carlos da Silva mencionou que eles vieram para Rondônia no período da Ditadura Militar e até então tivemos oportunidade de eleger 02 governadores, deputados estaduais e federais e senadores, o que trouxe desenvolvimento para Rolim de Moura, tornando-a uma das melhores cidades do estado de Rondônia.

A percepção das diferenças culturais – jeito de falar: passar banha na ‘xana’, ou seja, passar banha na gata para não morrer pela contaminação do veneno e ainda a expressão ‘o cuzin’ está pronto, isto é, o cozido está pronto para o almoço, etc. – entre os descendentes de alemães que vieram do Espírito Santo para os migrantes que saíram de Santa Catarina e do Paraná, por exemplo, foi observado por Antônio Nunes Nóbrega que trabalhava na SUCAM e fazia visita às casas para passar o veneno para eliminar os focos existentes de mosquitos transmissores de malária.

A visão das mulheres: cuidávamos dos filhos, da família, da casa, dos animais domésticos, da horta e também íamos ajudar nas colheitas de arroz, café, feijão. O casamento condicionava a mulher a seguir às decisões do marido. Onde ele fosse automaticamente elas deveriam ir. Indicando que na maioria dos casos que pensava e decidia era o homem. Para Maria de Lurdes Rocha: “O casamento como estado de graça e felicidade; ‘a vida foi muito difícil’. Hoje, as mulheres têm o acompanhamento do pré – natal, o chá de bebê, o salário maternidade, a licença maternidade...; sem estudo a gente esta no mundo para ver os outros viver... eu vou fazer de tudo para que minha filha estude.” Vilma Odete Selhorst (in memorian) abdicou o sobrenome Sthinger e adotou o Selhorst do marido Pedro. H. Selhorst (in memoriam) após o casamento.

Outro dado relatado pelos colaboradores foi o migrante para adquirir terras deveria ser casado e ter um filho era situações fundamentais para conseguir terra. Entre estes migrantes José Carlos e Leonildes não tinham filhos. Então foi arrumar um herdeiro. Na realidade ela já estava grávida e foi ter seu primeiro filho no Paraná.

Em síntese, a idéia geral do grupo é que Rondônia foi adotada como terra natal, pois acolheu a quem não tinha nada certo na vida.

APÊNDICE B

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO ACADEMÊMICO EM HISTÓRIA E ESTUDOS CULTURAIS
QUESTIONÁRIO UTILIZADO NAS ENTREVISTAS IN LOCO COM A

REDE DE CONTATOS.

1. Nome
2. Data de Nascimento
3. Estado de Origem
4. Profissão
5. Religião
6. Ano em que chegou à Rolim de Moura.
7. Por que veio morar em Rolim de Moura?
8. Qual o caminho percorrido para se chegar à Rolim de Moura?
9. Como era Rolim de Moura quando o (a) Sr.(a) aqui chegou?
10. O que mudou desde que o senhor (a) chegou a Rolim de Moura no que se refere ao Comércio de modo geral?
11. Quais as dificuldades enfrentadas?
12. De que modo o (o) senhor (a) contribuiu ou tem contribuído para o Desenvolvimento do Município de Rolim de Moura?
13. Que tipo de Atividade Cultural (Festas, Comida, Bebida e Danças Típicas) de onde o (a) senhor (a) veio é utilizado para lembrar sua História e matar as saudades de sua Terra Natal?
14. Como o (a) senhor (a) ficou sabendo das terras de Rolim de Moura?
15. Como as pessoas faziam para chegar à Rolim de Moura?
16. Quando o (a) senhor (a) chegou a Rondônia veio direto para o Município de Rolim de Moura ou passou por outras Cidades de Rondônia? Por quê?
17. Qual a importância de Rolim de Moura para o Estado de Rondônia na Economia e na Política desde que se tornou Município?
18. Quais as Atividades desenvolvidas pelas mulheres na abertura das Terras Rolimourenses?
19. Qual a sua opinião sobre o Desmatamento ocorrido em Rolim de Moura neste período?
20. Outras considerações...

APÊNDICE C

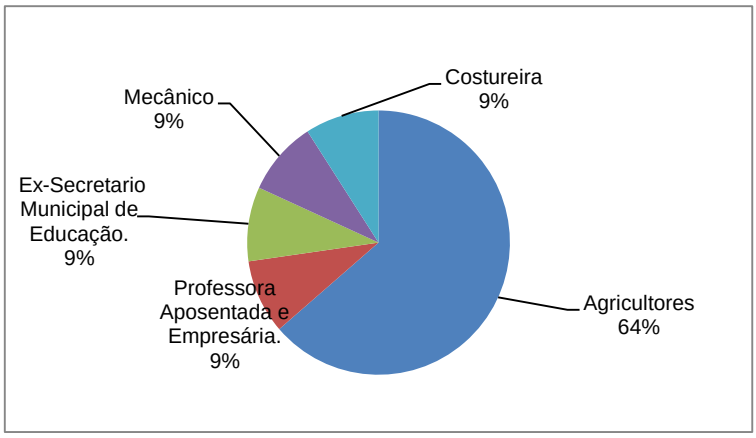
QUADRO: DADOS DOS COLABORADORES DA REDE DE CONTATO/QUESTIONÁRIO.

Colaborador (a)	Sexo	Estado de origem	Profissão	Religião	Ano de nascimento	Ano de chegada
Souza	F	MS	Téc. Adm.	Católica	1967	1980
Silva[1]	F	MG	Agricultora	Católica	1966	1979
Barreira	M	PR	Professor	Católica	1958	1978
Silva[2]	M	PR	Agricultor	Católica	1952	1976
Vieira	M	CE	Comerciante	Católica	1960	1976
Rolim	F	CE	Comerciante	Católica	1966	1977
Ribeiro	M	SP	Professor	Católica	1951	1980
Musial	M	PR	Bioquímico	Católica	1959	1982
Caramori	M	SP	Médico	Católica	---	1981
Soares	F	PR	Do lar	Católica	1964	1981
Ferreira	F	PR	Aux. Adm.	Católica	1968	1981
Oliveira[1]	F	PR	Professora	Católica	1969	1977
Kalb	M	SC	Comerciante	Evangélica	1960	1984
Silva[3]	M	BA	Comerciante	Católica	1926	1986
Oliveira[2]	F	SC	Téc. Adm.	Católica	1960	1981
Tiussi	M	ES	Empresário	Católica	1950	1984
Paes	M	SP	Professor	Evangélica	1961	1984
Bergamin	M	RS	Comerciante	Católica	1960	1980
Borges	F	SP	Professora	Católica	1949	1983
Anjos	M	PR	Advogado	Católica	1974	1982

Fonte: SILVA, M. A., 2015.

APÊNDICE D

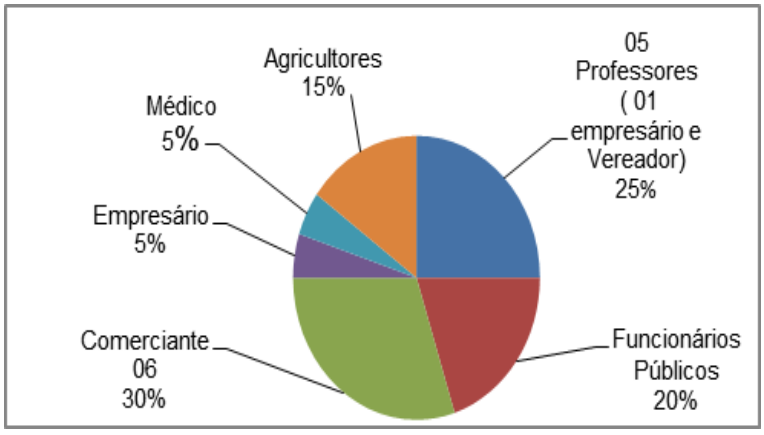
Migrantes e suas Profissões Capsula Narrativa: História Oral de Vida.



Fonte: SILVA, M. A, 2015.

APÊNDICE E

Os Migrantes: Questionário e a Rede de Contatos.



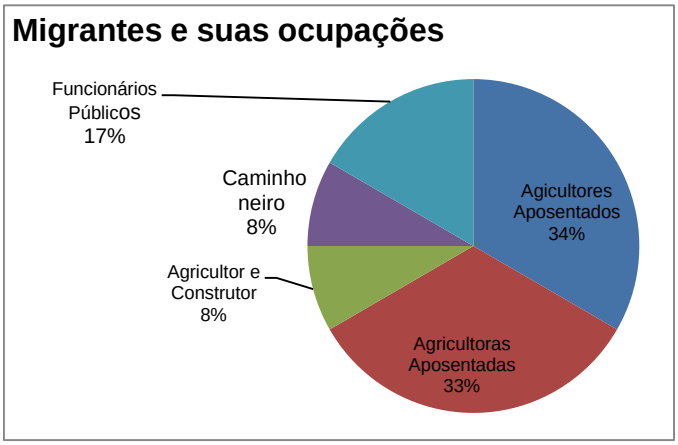
APÊNDICE F

Parada inicial dos Migrantes antes de "optar" por Rolim de Moura.

Fonte: SILVA, M. A, 2015

APÊNDICE G

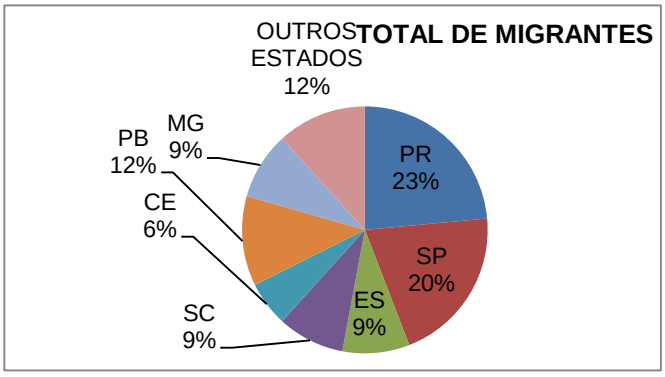
Os Migrantes da Roda de Conversa e suas ocupações.



Fonte: SILVA, M. A, 2015.

APÊNDICE H

O Retrato do Brasil em Rolim de Moura.



Fonte: SILVA, M. A, 2015.

APÊNDICE I

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO ACADEMÊMICO EM HISTÓRIA E ESTUDOS CULTURAIS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Nós, José Souza da Silva
e Ana Selhorst Silva, brasileiros residentes à RO 010, Km 5, cidade de Rolim de Moura, Rondônia, **AUTORIZAMOS** o uso da nossa entrevista ou dados do questionário respondido com dados referentes à nossa família, amigos ou da comunidade para o trabalho científico do Mestrado em História e Estudos Culturais da Universidade Federal de Rondônia, intitulado: **AS MIGRAÇÕES E A DIVERSIDADE CULTURAL EM ROLIM DE MOURA A PARTIR DAS DÉCADAS DE 1970 E1980**.

Outrossim, declaramos para os devidos fins, que disponibilizaremos o referido material, sem acarretar ônus ou qualquer valor numérico, visto que estamos colaborando com a História Regional.

José Souza da Silva

Ana Selhorst Silva

Porto Velho, RO, 30 de Março de 2015.

APÊNDICE J

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO ACADEMÊMICO EM HISTÓRIA E ESTUDOS CULTURAIS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Nós, Aparecido Gonçalves da Cruz e Marlene Justino da Cruz, brasileiros residentes à RO 010, Km 5., cidade de Rolim de Moura, Rondônia, **AUTORIZAMOS** o uso da nossa entrevista ou dados do questionário respondido com dados referentes à nossa família, amigos ou da comunidade para o trabalho científico do Mestrado em História e Estudos Culturais da Universidade Federal de Rondônia, intitulado**: AS MIGRAÇÕES E A DIVERSIDADE CULTURAL EM ROLIM DE MOURA A PARTIR DAS DÉCADAS DE 1970 E1980**.

Outrossim, declaramos para os devidos fins, que disponibilizaremos o referido material, sem acarretar ônus ou qualquer valor numérico, visto que estamos colaborando com a História Regional.

Marlene Justino da Cruz

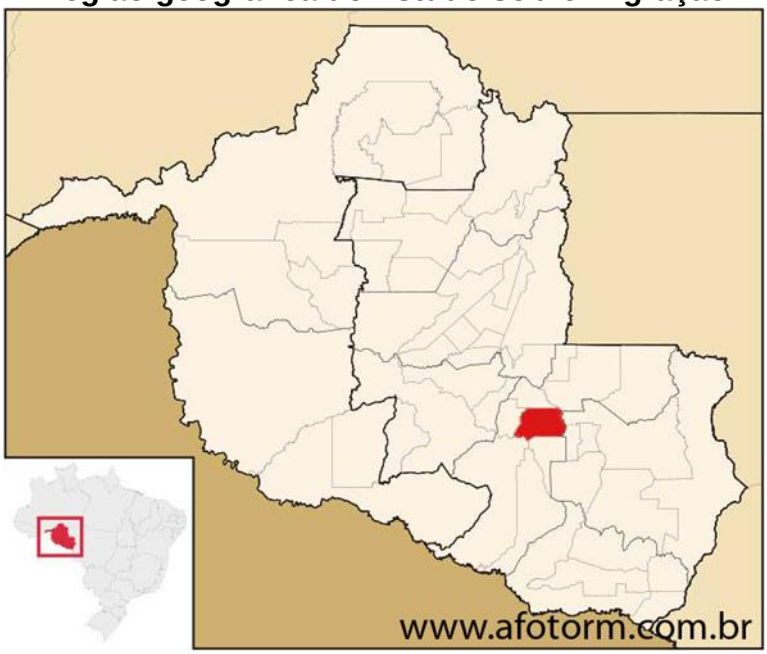
Aparecido Gonçalves da Cruz

Porto Velho, RO, 30 de Março de 2015.

ANEXOS

ANEXO A

Região geográfica do Estudo sobre Migração



Fonte: <http://www.afotor.com.br>. Acesso em 25 de Março de 2015.

ANEXO B

DECRETO LEI DE CRIAÇÃO DO MUNICIPIO DE ROLIM DE MOURA

§ 4º - As contas do exercício imediatamente anterior ao da instalação dos Municípios, serão submetidas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados na data de sua instalação, ao julgamento das Câmaras de Vereadores eleitas simultaneamente com a dos demais Municípios do Estado.

Art. 4º - Os Prefeitos nomeados poderão praticar todos os atos necessários à instalação e administração do Município, inclusive:

I - Celebrar acordos, convênios e contratos, para execução dos serviços e obras Municipais;

II - Aplicar, no que couber, a legislação do Município de Origem.

Art. 5º - Os subsídios dos Prefeitos nomeados, serão fixados pelo Governador do Estado.

Art. 6º - Nos termos da proposta 03/PG de 1º de agosto de 1983, do Tribunal de Justiça do Estado, aprovada em sessão extraordinária do Tribunal Pleno do dia 1º de agosto de 1983, passam a constituir Comarcas Judiciárias de Primeira Entrância dos Municípios ora criados, os quais integram as Sessões Judiciárias dos Municípios de origem, ficando criados os seguintes cargos:

I - No foro judicial:

a) Dois cargos de Juiz de Direito de Primeira Entrância;
b) Dois cargos de Escrivães Judiciais-PG-das 1-classe 100 - referência 101;
c) De técnico Judiciário:
   Quatro cargos referência 27;
   Quatro cargos referência 28;
   Dois cargos referência 29;
   Dois cargos referência 30;
   Dois cargos referência 31;
   Dois cargos referência 32.
d) De auxiliar Judiciário:
   Dois cargos referência 21;
   Dois cargos referência 22;
   Dois cargos referência 24;
   Dois cargos referência 26.
e) Seis cargos de Oficial de Justiça - PG - OJ 1 - classe 200 referência 201.

II - No foro extra-judicial:

a) Dois cargos de Tabelião e um cargo de Tabelião substituto - PG das duas classes 100, referência 102;
b) Quatro cargos de Excrivão Extrajudicial-PG-DAS 2 classe 100, referência 102;
c) Vinte e quatro cargos de Escreventes:
   Quatro cargos referência 27;
   Quatro cargos referência 28;
   Quatro cargos referência 29;
   Quatro cargos referência 30;
   Quatro cargos referência 31;
   Quatro cargos referência 32;

d) Vinte e quatro cargos de Escreventes Auxiliares:
Quatro cargos referência 21;
Quatro cargos referência 22;
Quatro cargos referência 23;
Quatro cargos referência 24;
Quatro cargos referência 25;
Quatro cargos referência 26.

Parágrafo Único - Aplica-se aos Municípios criados por este Decreto-Lei, as disposições do Art. 158 §§ 1º e 2º do Decreto-Lei nº 08, de 25 de janeiro de 1982, com a redação alterada pelo Decreto-Lei 56, de 27 de junho de 1983.

I - As referências, símbolos e graus de vencimentos para os cargos criados por este Decreto-Lei, são os aprovados pelo Art. 5º do Decreto-Lei 56, de 27 de junho de 1983.

II - As despesas decorrentes da implantação e instalação das Comarcas Judiciárias ora criadas, correrão à conta da dotação orçamentária do Poder Judiciário.

Art. 7º - O art. 147, inciso II, "C" do Decreto-Lei 09, de 25 de janeiro de 1982, passa a vigorar com a seguinte redação:

"c) na 1ª Entrância: Dez cargos de Promotor de Justiça".

Art. 8º - A disposição constante do art. 79 do Decreto-Lei nº 06, de 31 de dezembro de 1981, deixa de ser observada na criação dos Municípios de que trata este Decreto-Lei.

Art. 9º - Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho-RO., 05 de agosto de 1983.

JORGE TEIXEIRA DE OLIVEIRA
- Governador -

ANEXO C

JORNAL *A TRIBUNA*
EM 09/06/83

Messias confirma a emancipação de Rolim de Moura e Cerejeiras

Os distritos de Rolim de Moura e Cerejeiras, atualmente subordinados aos municípios de Cacoal e Colorado, respectivamente, serão emancipados até no máximo o mês de agosto. A confirmação da medida foi feita pelo Governador Jorge Teixeira ao deputado Manoel Messias (PDS) durante audiência no Palácio Presidente Vargas, em Porto Velho.

A emancipação política e administrativa de Rolim de Moura atende a uma antiga reivindicação do deputado Messias. Segundo ele, entre os distritos cogitados pelo governo para a emancipação, Rolim de Moura e Cerejeiras apresentam as melhores condições para a consolidação da medida.

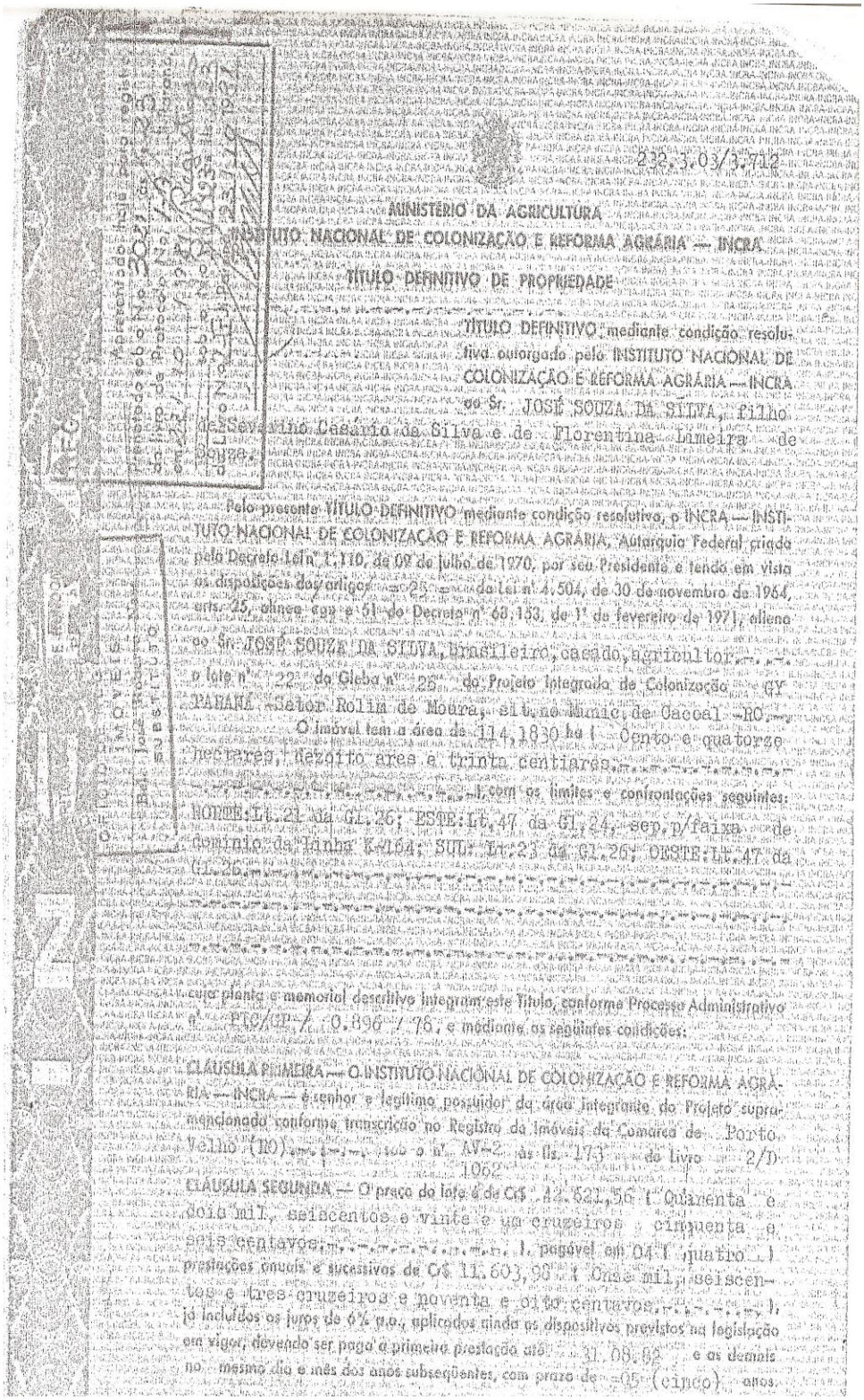
Especificamente em relação a Rolim de Moura, o deputado Messias disse que ele representa hoje 50 por cento da carteira agrícola de Cacoal.

Para ele, este fator já mostra a importância agrícola adquirida pelo distrito, que somente este ano deverá produzir cerca de 170 mil sacas de café.

Conforme o deputado Manoel Messias, além das culturas de café, arroz, milho feijão e mandioca, Rolim de Moura constitui-se em uma importante região de reserva madeireira. Atualmente, o mogno e a cerejeira, encontrados na área, representam grande fonte de divisas para Rondônia. De acordo com o deputado Messias, existe na região de Rolim de Moura um processo de superprodução, constituído basicamente por pequenas e médias propriedades de terras férteis e de grande produção. Conforme disse, por tudo que representa em termos econômicos e sociais, a emancipação de Rolim de Moura somente irá gerar benefícios para o Estado.

ANEXO D

DOCUMENTO DE TERRAS ADQUIRIDAS PELOS MIGRANTES POR MEIO DO INCRA.



232.3.03/3.712

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA — INCRA

TÍTULO DEFINITIVO DE PROPRIEDADE

TÍTULO DEFINITIVO mediante condição resolutiva outorgado pelo INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA — INCRA ao Sr. JOSÉ SOUZA DA SILVA, filho de Severino Cesário da Silva e de Florentina Limeira de Souza,

Pelo presente TÍTULO DEFINITIVO mediante condição resolutiva, o INCRA — INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970, por seu Presidente e tendo em vista os disposições dos artigos 25 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, arts. 25, alínea «a» e 61 do Decreto nº 60.133, de 1º de fevereiro de 1971, alienou ao Sr. JOSÉ SOUZA DA SILVA, brasileiro, casado, agricultor, o lote nº 22 da Gleba nº 25 do Projeto Integrado de Colonização GY-PARANÁ - Setor Rolim de Moura, situado no Município de Cacoal - RO. O imóvel tem a área de 114,1830 ha (Cento e quatorze hectares, hezoito ares e trinta centiares), com os limites e confrontações seguintes: NORTE: Lt. 21 da Gl. 26; LESTE: Lt. 47 da Gl. 24, sep. p/faixa de domínio da Linha E-164; SUL: Lt. 23 da Gl. 26; OESTE: Lt. 47 da Gl. 26.

Cuja planta e memorial descritivo integram este Título, conforme Processo Administrativo nº 0.896 / 76, e mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA — O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA — INCRA — é senhor e legítimo possuidor da área integrante do Projeto supramencionado conforme transcrição no Registro de Imóveis da Comarca de Porto Velho (RO) sob o nº AV-2 às fls. 173 do livro 2/D 1062

CLÁUSULA SEGUNDA — O preço do lote é de Cr$ 12.521,56 (Quarenta e dois mil, seiscentos e vinte e um cruzeiros e cinquenta e seis centavos), pagável em 04 (quatro) prestações anuais e sucessivas de Cr$ 11.603,90 (Onze mil, seiscentos e três cruzeiros e noventa e oito centavos), já incluídos os juros de 6% a.a., aplicados ainda os dispositivos previstos na legislação em vigor, devendo ser paga a primeira prestação até 31.08.82 e as demais no mesmo dia e mês dos anos subseqüentes, com prazo de 05 (cinco) anos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — O preço a que se refere esta cláusula compreende:

a) valor da terra nua — Cr$ 21.409,31 (Vinte e um mil, quatro centos e nove cruzeiros e trinta e um centavos.-.-.-.-.-);

b) demarcação — Cr$ 13.026,11 (Treze mil, vinte e seis cruzeiros e onze centavos.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-);

c) benfeitorias — Cr$ 3.619,54 (Tres mil, seiscentos e dezenove cruzeiros e cinquenta e quatro centavos.-.-.-.-.-.-.-);

PARÁGRAFO SEGUNDO — Sobre a prestação vencida incidirão juros de mora, à taxa de 12% a.a., computáveis somente nos atrasos superiores a 30 (trinta) dias e em um máximo de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA TERCEIRA — Fica preservada a destinação da área com obrigatoriedade do OUTORGADO cumprir as exigências estipuladas neste Título, sendo-lhe vedada a alienação sem prévia anuência do INCRA, sob pena de nulidade absoluta.

CLÁUSULA QUARTA — O INCRA autoriza a constituição de hipoteca em garantia de financiamentos concedidos por entidades oficiais de Crédito para exploração e melhoria do imóvel, hipótese em que, constituída a hipoteca, assegura-se ao INCRA a condição de segundo credor hipotecário para a satisfação dos seus créditos, após a liquidação dos créditos das entidades já referidas.

CLÁUSULA QUINTA — Após decorrido o prazo de carência é facultado ao adquirente liquidar seu débito para com o INCRA, sem prejuízo das demais obrigações assumidas.

CLÁUSULA SEXTA — O não cumprimento de qualquer disposição legal aplicável à espécie, bem como das condições estipuladas neste Título, autoriza a adjudicação do imóvel pelo INCRA, mediante pagamento das benfeitorias realizadas pelo Outorgado, com resilição de pleno direito do domínio ressalvados os créditos hipotecários.

O presente Título é firmado em 3 (três) vias, aceitando o OUTORGADO, expressamente, as cláusulas e condições dele integrantes, eleito o foro de Porto Velho (RO), com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer questões que resultarem deste.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-

Porto Velho (RO), em 25 de Agosto de 1980

PRESIDENTE DO INCRA
Reginaldo Galvão Modesto
Deleg. de Comp. - Port. n.º 589 de 27.06.79.

OUTORGADO

Testemunha

Testemunha

A 2ª via deste Título, acompanhada da planta e memorial descritivo da área, constituirão Folha de Livro Fundiário da Divisão de Terras Públicas do Departamento de Recursos Fundiários do INCRA.

ANEXO E

A TRIBANA
6/8/1983

Governador Teixeira decreta emancipação de Rolim de Moura e Cerejeiras

Depois de tomar conhecimento dos resultados do plebiscito realizado em Rolim de Moura e Cerejeiras e que apontaram, por esmagadora maioria, o desejo da população para a transformação dos dois distritos em municípios, o Governador Jorge Teixeira de Oliveira assinou ontem os decretos de emancipação. Ao chegar a Rolim de Moura e Cerejeiras, a notícia da assinaturra dos decretos teve um efeito bombástico. Desde o momento em que as populações dos dois distritos aguardavam com expectativa a notícia da assinatura dos decretos pelo Governador do Estado. Ontem, no final da tarde, toda a expectativa explodiu em uma alegria incontida. O povo saiu às ruas para festejar a criação dos dooís mais novos municípios do Estado de Rondônia. Ao decretar a emancipação de Rolim de Mooura e Cerejeiras, o Governador Jorge Teixeira criou também suas Comarcas cujos juizes e promotoores deverão ser nomeados pelo Poder Uudiciário.

Agora deverão ser marcadas as datas da instalação dos dois mais novos municípios brasileiros, fato que se constituirá em motivo de nova manifestação popular. Ao comentar a criação dos municípios de Rolim de Moura e Cerejeiras, o Governador Jorge Teixeira de Oliveira parabenizou sua população e disse que "estamos fazendo justiça à capacidade de trabalho e à fé desse povo que soube compreender que somente com trabalho, dignidade e honestidade, Rondônia chegará ao seu grande destino".